



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
NÚCLEO DE ESTUDOS TRANSDISCIPLINARES EM EDUCAÇÃO BÁSICA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO NA AMAZÔNIA

MONIKA DE AZEVEDO RESCHKE

**A IMPLEMENTAÇÃO DO INSTITUTO CÍVICO-JURÍDICO PAES DE CARVALHO  
NO CONTEXTO REPUBLICANO NO MUNICÍPIO DE BELÉM (1898-1911)**



BELÉM – PA  
2024

MONIKA DE AZEVEDO RESCHKE

**A IMPLEMENTAÇÃO DO INSTITUTO CÍVICO-JURÍDICO PAES DE CARVALHO  
NO CONTEXTO REPUBLICANO NO MUNICÍPIO DE BELÉM (1898-1911)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação na Amazônia, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Educação na Amazônia.

Orientador: Prof. Dr. Alberto Damasceno.

BELÉM – PA  
2024

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD  
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará  
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

---

R431i Reschke, Monika de Azevedo.  
A IMPLEMENTAÇÃO DO INSTITUTO CÍVICO-JURÍDICO  
PAES DE CARVALHÔ NO CONTEXTO REPUBLICANO NO  
MUNICÍPIO DE BELÉM (1898-1911) / Monika de Azevedo  
Reschke. — 2024.  
119 f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Dr. Alberto Damasceno  
Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de  
Estudos Transdisciplinares em Educação Básica, Programa de Pós-  
Graduação em Educação na Amazônia, Belém, 2024.

1. Instituto Cívico-Jurídico Paes de Carvalho. 2. História  
da Educação Paraense. 3. Primeira República. I. Título.

CDD 370

---



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARA  
NÚCLEO DE ESTUDOS TRANSDISCIPLINARES EM EDUCAÇÃO BÁSICA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO NA AMAZÔNIA  
ASSOCIAÇÃO PLENA DE REDE-EDUCANORTE

### ATA DE EXAME DE DEFESA Nº 19/2024 POLO BELÉM

Aos vinte e nove dias do mês de agosto de dois mil e vinte e quatro, na sala NEB 02, reuniu-se a Banca Examinadora homologada pelo Colegiado do Polo Belém, do Programa em Pós-Graduação em Educação na Amazônia - Associação Plena de Rede-Educante, composta pelo Prof. Dr. Raimundo Alberto de Figueiredo Damasceno (Orientador do trabalho e Presidente da Banca - PGEDA/UFPA), pelo Prof. Dr. Anselmo Alencar Colares (Examinador Interno - PGEDA/UFOPA), pela Profa. Dra. Vivian da Silva Lobato (Membro externo - PPEB/UFPA), pelo Prof. Dr. Sidney da Silva Lobato (Examinador Externo - PPGED/UNIFAP) e pelo Prof. Dr. Marcus Levy Albino Bencostta (Examinador Externo – PPGE/UFPR). A reunião teve por objetivo julgar o relatório de Defesa de Tese da doutoranda **Monika de Azevedo Reschke** sob o título **A IMPLEMENTAÇÃO DO INSTITUTO CÍVICO JURÍDICO PAES DE CARVALHO NO CONTEXTO REPUBLICANO NO MUNICÍPIO DE BELÉM (1898-1911)**. Os trabalhos foram abertos pelo presidente da Banca, a seguir foi dada a palavra à doutoranda para apresentação do trabalho após o que cada examinador(a) arguiu a examinanda, sendo-lhe garantido tempo de resposta, posteriormente procedeu-se o julgamento do trabalho pela Banca Examinadora, que deliberou por sua **APROVAÇÃO** sem recomendações ao texto.

Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata que vai assinada pelos membros da Banca Examinadora.

Belém, 29 de agosto de 2024.

Documento assinado digitalmente  
 **VIVIAN DA SILVA LOBATO**  
Data: 05/09/2024 18:45:38-0300  
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Profa. Dra. Vivian da Silva Lobato

Documento assinado digitalmente  
 **ANSELMO ALENCAR COLARES**  
Data: 09/09/2024 20:59:52-0300  
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof. Dr. Anselmo Alencar Colares

Documento assinado digitalmente  
 **MARCUS LEVY ALBINO BENCOSTTA**  
Data: 05/09/2024 11:28:55-0300  
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof. Dr. Marcus Levy Albino Bencostta

Documento assinado digitalmente  
 **Raimundo Alberto de Figueiredo Damasceno**  
Data: 30/08/2024 14:01:24-0300  
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof. Dr. Raimundo Alberto de Figueiredo Damasceno

Documento assinado digitalmente  
 **SIDNEY DA SILVA LOBATO**  
Data: 01/09/2024 21:05:20-0300  
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof. Dr. Sidney da Silva Lobato

MONIKA DE AZEVEDO RESCHKE

**A IMPLEMENTAÇÃO DO INSTITUTO CÍVICO-JURÍDICO PAES DE CARVALHO  
NO CONTEXTO REPUBLICANO NO MUNICÍPIO DE BELÉM (1898-1911)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação na Amazônia, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Educação na Amazônia.

Aprovada em: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA:**

---

Prof. Dr. Alberto Damasceno (Orientador) – PGEDA/UFPA

---

Prof. Dr. Anselmo Alencar Colares (Examinador Interno) – PGEDA/UFPA

---

Profa. Dra. Vivian da Silva Lobato (Examinadora Interna) – PPEB/UFPA

---

Prof. Dr. Sidney Lobato (Examinador Externo) – PPGH/UNIFAP

---

Prof. Dr. Marcus Levy Albino Bencostta (Examinador Externo) – PPGE/UFPR

---

Profa. Dra. Ney Cristina Monteiro Oliveira (Examinadora Suplente) – PGEDA/UFPA

*Aos meus amados pais, Gunter Heinz Reschke (in  
memoriam) e Domingas Reschke, dedico esta tese  
como forma de agradecimento ao amor e apoio  
incondicional que me fizeram seguir adiante.*

## AGRADECIMENTOS

A conclusão de uma tese representa o culminar de uma jornada repleta de desafios e conquistas, uma trajetória que não teria sido possível sem o apoio e a presença de pessoas especiais em minha vida. É com muita gratidão no coração e emoção que dedico este espaço para expressar meus sinceros agradecimentos a todos que contribuíram de maneira significativa para esta realização.

Em primeiro lugar, agradeço a Deus, por me conceder saúde, sabedoria e força para trilhar este caminho. Sua presença em minha vida foi e sempre será fundamental para superar os obstáculos e continuar firme nos momentos de incerteza. A fé e a confiança em Seu propósito me sustentaram ao longo desta jornada.

Agradeço profundamente ao meu orientador, Professor Dr. Alberto Damasceno, pela orientação, pelas chamadas de atenção, pela paciência e dedicação ao longo deste percurso. Suas valiosas contribuições e seu incansável incentivo foram fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho. A sua confiança em meu potencial – até mesmo quando eu não confiava – e suas críticas construtivas permitiram-me crescer academicamente e pessoalmente. Obrigada por ser mais do que um orientador, por ser um verdadeiro mentor, um amigo e um exemplo de profissionalismo e competência.

Em memória do meu amado pai, Gunter Heinz Reschke, que já não está entre nós, dedico esta conquista. Sua sabedoria, valores e amor incondicional continuam a guiar meus passos. Pai, sua ausência é sentida diariamente, mas é a sua força e os seus ensinamentos que me impulsionam a seguir em frente e alcançar meus objetivos. Este trabalho é uma homenagem a tudo o que senhor representou e ainda representa em minha vida. Amor eterno!

A minha amada mãe, Domingas Reschke, minha eterna fonte de amor, força e inspiração. Obrigada por seu apoio incondicional, por todas as palavras de incentivo e por acreditar em mim mesmo nos momentos mais difíceis. Sua dedicação, sacrifício e orações são a base sobre a qual construí todos os meus sonhos. Sua presença constante e seu carinho são fundamentais para todas as minhas conquistas. Muitíssimo obrigada!

À minha irmã, Erika, e ao meu irmão Gunter, meu eterno agradecimento por todo o apoio, amor e compreensão. Vocês sempre estiveram ao meu lado, compartilhando alegrias e me amparando nos momentos de dificuldade. A nossa união e o carinho que temos um pelo outro são inestimáveis. Obrigada por serem os melhores irmãos que alguém poderia ter, na verdade são mais que irmãos, são verdadeiros pais para mim.

Ao meu cunhado, Sérgio, que me acompanha desde a infância, agradeço o apoio incondicional ao longo da minha jornada, como também por ser uma fonte de inspiração e determinação. Agradeço à minha cunhada, Giselle, pela amizade e pelo apoio, sou muito grata por vocês fazerem parte da minha vida e por todo o carinho e suporte.

Ao meu marido, Luiz Miranda, meu companheiro de todas as horas. Obrigada por sua paciência e compreensão ao longo deste percurso, em que tantos momentos precisei me ausentar para realizar este objetivo. Obrigada por acreditar em mim e por ser meu porto seguro.

Aos meus amados sobrinhos, André, Felipe, Karen, Anabella, Giovanna, Heloísa, que trazem alegria e luz aos meus dias. Vocês são uma inspiração constante e um lembrete do que é importante na vida. Obrigada por suas risadas, pelo amor puro e pela energia contagiante que me motiva a ser uma pessoa melhor a cada dia. Amo vocês!

A todos os meus amigos do grupo de pesquisa LAPEM, em especial Suellem, Marcus, Viviane e Smile, meu profundo agradecimento por todas as discussões produtivas, o apoio mútuo e a troca de conhecimentos. A colaboração e o espírito de equipe foram essenciais para enriquecer este trabalho.

Agradeço às minhas chefias, Marcia Lopes e Alberto Damasceno, que foram compreensivas e flexíveis durante este período. O apoio e a confiança em meu trabalho permitiram que eu conciliasse minhas responsabilidades profissionais com os estudos de doutorado.

A todos os professores do Núcleo de Estudos Transdisciplinares em Educação Básica da Universidade Federal do Pará (NEB/UFPA) que encontrei ao longo do doutorado, minha gratidão pelas aulas inspiradoras, orientações e trocas de experiências. Cada um de vocês contribuiu de maneira significativa para minha formação acadêmica e pessoal.

Gostaria de expressar minha profunda gratidão aos membros da banca examinadora por aceitarem o convite de avaliar este trabalho desde a qualificação, além dedicarem seu tempo e expertise para contribuir com esta pesquisa. Agradeço imensamente ao Prof. Dr. Anselmo Alencar Colares, Prof. Dr. Sidney Lobato, Prof. Dr. Marcus Levy Bencostta, a Profa. Dra. Vivian Lobato e a Profa. Dra. Ney Cristina Monteiro Oliveira.

À coordenação, ao administrativo e aos docentes do Programa de Pós-Graduação em Educação na Amazônia (PGEDA), agradeço pelo suporte, pelos recursos disponibilizados e pela oportunidade de desenvolver esta pesquisa. A estrutura e o ambiente acadêmico proporcionados foram fundamentais para a realização deste trabalho.

A todos vocês, meu eterno agradecimento. Esta tese é fruto de um trabalho árduo, mas é também o reflexo do amor, da compreensão e do apoio de cada um de vocês. Dedico esta conquista a todos que, de alguma forma, contribuíram para que este sonho se tornasse realidade. Muito obrigada!

*“Ser membro de uma comunidade humana é situar-se em relação ao seu passado (ou da comunidade), ainda que apenas para rejeitá-lo. O passado é, portanto, uma dimensão permanente da consciência humana, um componente inevitável das instituições, valores e outros padrões da sociedade humana. O problema para os historiadores é analisar a natureza desse ‘sentido do passado’ na sociedade e localizar suas mudanças e transformações”*

*(Hobsbawm, 2006, p. 22).*

## RESUMO

Esta tese teve como objetivo analisar o processo de implementação do Instituto Cívico-Jurídico Paes de Carvalho (ICJPC) entre 1898 e 1911. A análise se deu a partir da compreensão do contexto histórico, do projeto educacional republicano, dos marcos legais do período e da organização administrativa e pedagógica do Instituto. A pesquisa buscou responder à questão: como ocorreu o processo de implementação do Instituto Cívico-Jurídico Paes de Carvalho, entre 1898 e 1911, no contexto educacional da Primeira República em Belém? Utilizou-se a pesquisa histórica a partir do levantamento e análise de fontes documentais, que iniciou com as visitas a arquivos e bibliotecas para coletar documentos relevantes, como relatórios, ofícios e atas. O referencial teórico foi composto, entre outros autores por: Saviani (2013, 2014), para tratar do contexto educacional da Primeira República; Carvalho (2001, 2004), para a análise do imaginário e da cidadania republicana; Nosella, Buffa (2013) e Justino Magalhães (1998, 2004), para tratar sobre as instituições escolares, além das contribuições teóricas de Gramsci. A criação do ICJPC, em 1898, pelo intendente Antônio Lemos, com a participação de Virgílio Cardoso de Oliveira, visava proporcionar uma educação cívico-jurídica à população, formando cidadãos conscientes de seus direitos e deveres republicanos. A análise detalha o contexto histórico de sua fundação, o projeto de educação da época e os marcos legais que balizaram sua estrutura e funcionamento, evidenciando que o Instituto foi uma estratégia de fortalecimento do ideário republicano e de formação de uma cidadania ativa e informada. Este trabalho contribui para a historiografia das instituições escolares no Brasil, destacando a relevância da educação cívico-jurídica na consolidação do regime republicano e na formação da identidade nacional.

**Palavras-chave:** Instituto Cívico-Jurídico Paes de Carvalho. História da Educação Paraense. Primeira República.

## ABSTRACT

This doctoral thesis aimed to analyze the implementation process of the Paes de Carvalho Civic-Juridical Institute (ICJPC) between 1898 and 1911. The analysis was based on understanding the historical context, the republican educational project, the legal frameworks of the period, and the administrative and pedagogical organization of the Institute. The research sought to answer the question: how did the implementation process of the Paes de Carvalho Civic-Juridical Institute occur between 1898 and 1911 in the educational context of the First Republic in Belém? Historical research was employed through the collection and analysis of documentary sources, beginning with visits to archives and libraries to collect relevant documents such as reports, official letters, and minutes. The theoretical framework included, among other authors, Saviani (2013, 2014) to address the educational context of the First Republic; Carvalho (2001, 2004) for the analysis of republican imagination and citizenship; Nosella and Buffa (2013), and Justino Magalhães (1998, 2004) to discuss educational institutions, as well as the theoretical contributions of Gramsci. The creation of ICJPC in 1898 by mayor Antônio Lemos, with the participation of Virgílio Cardoso de Oliveira, aimed to provide civic-juridical education to the population, forming citizens aware of their republican rights and duties. The analysis details the historical context of its foundation, the educational project of the time, and the legal frameworks that guided its structure and functioning, highlighting that the Institute was a strategy to strengthen republican ideology and to form an active and informed citizenship. This work contributes to the historiography of educational institutions in Brazil, emphasizing the relevance of civic-juridical education in consolidating the republican regime and in forming national identity.

**Keywords:** Paes de Carvalho Civic-Juridical Institute. History of Education in Pará. First Republic.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> - Planta da cidade de Belém (1905) .....	50
<b>Figura 2</b> - Fotografia de Virgílio Cardoso de Oliveira .....	70
<b>Figura 3</b> - Folheto <i>O Instituto Cívico-Jurídico</i> .....	74
<b>Figura 4</b> - Nuvem de palavras sobre o folheto .....	76
<b>Figura 5</b> - Sessão Solene do Conselho Municipal de Belém.....	78
<b>Figura 6</b> - Tabela de vencimentos do ensino público municipal .....	82
<b>Figura 7</b> - Tabela de vencimentos do Instituto Cívico-Jurídico Paes de Carvalho .....	82
<b>Figura 8</b> - Programa da Cadeira de Direito Constitucional .....	84
<b>Figura 9</b> - Os diplomados de 1905 .....	89
<b>Figura 10</b> - Oficiais do Corpo Municipal de Bombeiros de Belém.....	91
<b>Figura 11</b> - O Instituto Cívico-Jurídico Paes de Carvalho .....	94

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> - Normas encontradas a partir de levantamento das fontes.....	26
<b>Quadro 2</b> - Relatórios encontrados a partir de levantamento das fontes.....	26
<b>Quadro 3</b> - Atas encontradas a partir de levantamento das fontes .....	27
<b>Quadro 4</b> - Pareceres encontrados a partir de levantamento das fontes.....	27
<b>Quadro 5</b> - Ofícios encontrados a partir de levantamento das fontes.....	28
<b>Quadro 6</b> - Bibliografias encontrados a partir de levantamento das fontes .....	28
<b>Quadro 7</b> - Jornais encontrados a partir de levantamento das fontes .....	29
<b>Quadro 8</b> - Descritor "projeto educacional republicano" .....	34
<b>Quadro 9</b> - Descritor “educação na Primeira República paraense”.....	35
<b>Quadro 10</b> - Descritor “instituições escolares” .....	35
<b>Quadro 11</b> - Termos mais utilizados .....	75

## LISTA DE SIGLAS

APEP	Arquivo Público do Estado do Pará
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BPAV	Biblioteca Pública Estadual Arthur Vianna
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
ICJPC	Instituto Cívico-Jurídico Paes de Carvalho
IHGP	Instituto Histórico e Geográfico
LAPEM	Laboratório de Pesquisas em Memória e História da Educação
MEC	Ministério da Educação
NEB	Núcleo de Estudos Transdisciplinares em Educação Básica
OMS	Organização Mundial da Saúde
PGEDA	Programa de Pós- Graduação em Educação na Amazônia
PPEB	Programa de Pós- Graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica
SIBI/UFPA	Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
SIBI/UEPA	Sistema de Bibliotecas da Universidade do Estado do Pará
UFPA	Universidade Federal do Pará
USP	Universidade do Estado de São Paulo

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>16</b>
<b>1</b>	<b>UM RETROSPECTO DO CONTEXTO POLÍTICO, ECONÔMICO, SOCIAL E EDUCACIONAL DA PRIMEIRA REPÚBLICA .....</b>	<b>45</b>
1.1	O cenário nacional .....	45
1.2	O cenário local: o município de Belém .....	49
1.3	O projeto de educação e a constituição da identidade da nação brasileira no entresséculos .....	56
1.3.1	As bases da educação republicana .....	61
1.3.2	As instituições escolares de um novo tempo .....	65
<b>2</b>	<b>DA IDEALIZAÇÃO À CONCRETIZAÇÃO: A CRIAÇÃO DO INSTITUTO CÍVICO-JURÍDICO PAES DE CARVALHO .....</b>	<b>69</b>
2.1	O idealizador: Virgílio Cardoso de Oliveira .....	69
2.2	A criação do Instituto Cívico-Jurídico Paes de Carvalho .....	77
<b>3</b>	<b>O PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DO INSTITUTO CÍVICO-JURÍDICO PAES DE CARVALHO: UMA ANÁLISE HISTÓRICA.....</b>	<b>98</b>
3.1	Estrutura e objetivos do ICJPC .....	100
<b>4</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>109</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>112</b>

## INTRODUÇÃO

Esta tese de doutorado está inserida no campo da História da Educação, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação na Amazônia (PGEDA) da Universidade Federal do Pará (UFPA) e ao Núcleo de Estudos Transdisciplinares em Educação Básica (NEB), além de integrar as pesquisas realizadas pelo Laboratório de Pesquisas em Memória e História da Educação (LAPEM).

Meu primeiro contato com as pesquisas em História da Educação ocorreu em 2016, quando ingressei no mestrado do Programa de Pós-Graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica (PPEB/UFPA) e no grupo de pesquisa LAPEM, que realiza estudos históricos visando contribuir com produções sobre a memória educacional do estado do Pará, da região amazônica e do Brasil. Antes de 2016, já demonstrava interesse pela linha de pesquisa em História, pois durante minhas duas graduações, Pedagogia e Direito, desenvolvi estudos sobre metodologia do ensino de história nos anos iniciais do Ensino Fundamental e sobre a evolução histórica dos direitos trabalhistas da mulher na legislação brasileira.

Durante o mestrado, produzi a dissertação intitulada *A Administração do Grupo Escolar Benjamin Constant no contexto da década de 20 da Primeira República no Pará*, na qual, entre outros assuntos, investiguei a instrução pública paraense por meio da análise de normas e de relatórios. Nestes documentos, encontrei menções sobre uma instituição de ensino denominada Instituto Cívico-Jurídico Paes de Carvalho (ICJPC), o que inicialmente despertou meu interesse.

Com a conclusão do mestrado e o desejo de continuar os estudos no campo da História da Educação, revisei fontes e novamente me deparei com o ICJPC. As inquietações e questionamentos sobre este objeto foram crescendo e, com isso, aprofundei minhas buscas para amadurecer uma possível pesquisa de doutorado. Contudo, apenas o desejo de aprofundamento do tema não era suficiente para prosseguir o estudo; mais investigações foram necessárias para ampliar o acervo documental e as informações sobre o assunto, visando aferir a viabilidade da pesquisa e encontrar indícios que a justificassem.

O fator decisivo para a escolha deste objeto de estudo foi o contato com um relatório do intendente municipal Antônio José de Lemos<sup>1</sup>, durante uma reunião do grupo de pesquisa

---

<sup>1</sup> Antônio José de Lemos, nascido em 17 de dezembro de 1843, no estado do Maranhão, veio ainda jovem morar na cidade de Belém do Pará. Ao entrar na política, foi “considerado o responsável pela feição de *belle époque* que se instaurou em Belém, foi intendente municipal durante 14 anos, tendo sido eleito pela primeira vez em 1897 e renunciado ao mandato, após várias reeleições, em junho de 1911” (Sarges, 1998, p. 21-22). A título de nota, nesta tese optamos por mencioná-lo apenas pelo nome e sobrenome (Antônio Lemos).

LAPEM. Na leitura desta fonte, novas informações sobre o Instituto surgiram, chamando minha atenção tanto como pesquisadora do campo educacional quanto como profissional da área do Direito – minha segunda formação acadêmica –, uma vez que o ICJPC era uma instituição escolar voltada para a educação cívica e jurídica.

Diante do exposto, a presente tese tem como tema a História das Instituições Escolares, mais especificamente uma instituição escolar belenense do entresséculos<sup>2</sup>. Assim, constitui-se como objeto de estudo o processo de implementação do Instituto Cívico-Jurídico Paes de Carvalho, entre os anos de 1898 e 1911, cuja finalidade era proporcionar conhecimentos cívico-jurídicos na capital paraense e formar cidadãos conscientes de seus direitos e deveres. Este instituto foi fundado em 1898, na cidade de Belém do Pará, durante o governo de Antônio Lemos, e era uma instituição de ensino secundário que concedia vantagens e preferências no serviço municipal de Belém, tendo como principal defensor dessa proposta de educação cívica-jurídica o Dr. Virgílio Cardoso de Oliveira<sup>3</sup>. As atividades educacionais do ICJPC cessaram em 1911.

Durante a Primeira República Brasileira, iniciada em 1889, as instituições escolares eram consideradas fundamentais na consolidação do novo regime e na formação de uma cidadania republicana. As primeiras décadas desse período foram caracterizadas por um esforço deliberado de expandir a rede de escolas públicas e “modernizar” o sistema educacional do país. Paralelamente, o analfabetismo emergiu como um desafio significativo, uma vez que se fazia necessário proporcionar um mínimo de instrução à população para integrá-la à economia urbano-comercial que se estabeleceu no final do século XIX (Ribeiro, 2004).

Segundo Carvalho (2001), a educação era vista como um instrumento essencial para a difusão dos valores republicanos e a construção de uma nova identidade nacional. A Proclamação da República trouxe o desafio de substituir o antigo regime monárquico por uma

---

<sup>2</sup> O termo “entresséculos” vem sendo utilizado no campo da História da Educação para caracterizar períodos de transição entre dois séculos, marcados por transformações significativas nas esferas sociais, políticas, culturais e educacionais. Este conceito permite uma análise mais detalhada das mudanças e continuidades que ocorrem nos períodos limítrofes entre um século e outro, oferecendo uma perspectiva temporal mais precisa e sensível às nuances históricas. É bastante utilizado por estudiosos da história da arte, referindo-se ao período situado entre o fim do século XIX e início do século XX. Corroborando nossa conceituação, Segabinazi, Silva e Oliveira (2019, p. 147) afirmam que o termo “é comumente utilizado para designar o momento histórico de grandes transformações políticas, culturais, filosóficas e sociais que compreendem o final do século 19 e o início do século 20, mais precisamente, no contexto nacional, o período dado à primeira fase da República brasileira, que se estendeu de 1889 a 1930”.

<sup>3</sup> Virgílio Cardoso de Oliveira, nascido em Salvador em 15 de dezembro de 1868, era poeta, romancista, teatrólogo, advogado e exerceu vários cargos públicos em Belém, dentre os quais, foi diretor da Instrução pública e do Instituto Cívico-Jurídico Paes de Carvalho. Além de ser um dos sócios fundadores do Instituto Histórico e Geográfico do Pará em 1900. A título de nota, na escrita deste texto optamos por chamá-lo apenas pelo nome e sobrenome (Virgílio de Oliveira).

nova ordem baseada nos ideais de liberdade, igualdade e fraternidade. As escolas tornaram-se, portanto, um espaço propício para disseminar esses valores.

De acordo com Nagle (2009), a difusão dos valores republicanos envolvia a disseminação de um ideário patriótico que visava formar um novo tipo de cidadão: civilizado, disciplinado e ordenado. Os republicanos tinham diversos objetivos para as instituições escolares, dentre eles a formação de cidadãos republicanos conscientes de seus direitos e deveres, capazes de participar ativamente na vida política e social do país.

A expectativa era que esses novos cidadãos contribuíssem para o progresso do país, sendo uma estratégia de construção nacional, na qual a educação e a cultura desempenham papéis cruciais na moldagem dos valores e comportamentos desejados, buscando consolidar a identidade nacional e fortalecer as bases do regime republicano. Além disso, combater o alto índice de analfabetismo era uma preocupação constante, visto que sua redução era essencial para o progresso do país e a consolidação da democracia. A educação também era considerada um vetor de modernização, crucial para o desenvolvimento econômico e social do Brasil.

Para atingir esses objetivos, diversas reformas educacionais foram implementadas durante a Primeira República. Uma das primeiras medidas foi a laicização da educação, separando a Igreja do Estado na esfera educacional, com o objetivo de garantir a neutralidade religiosa e a universalidade do ensino, um exemplo clássico do processo de laicização do Estado nesse período foi o que aconteceu com as correspondências oficiais que apresentavam como saudação final “Deus Guarde Vossa Excelência” e, logo após, a proclamação foi introduzido, segundo Carvalho (1990, p. 13), “Saúde e Fraternidade”.

A implementação das reformas educacionais enfrentou diversos desafios e limitações, pois o Brasil da Primeira República era marcado por profundas desigualdades regionais, que se refletiam no acesso à educação. Enquanto algumas regiões avançaram na implementação das reformas, outras continuaram com índices elevados de analfabetismo e escassez de escolas.

A I República teve, assim, um quadro de demanda educacional que caracterizou bem as necessidades sentidas pela população e, até certo ponto, representou as exigências educacionais de uma sociedade cujo índice de urbanização e de industrialização ainda era baixo. A permanência, portanto, da velha educação acadêmica e aristocrática e a pouca importância dada à educação popular fundavam-se na estrutura e organização da sociedade (Romanelli, 1993, p. 75).

Um aspecto notável em relação às reformas implementadas durante a Primeira República foi a resistência encontrada em certas áreas, particularmente em relação à laicização da educação e à substituição de métodos de ensino tradicionais. Além disso, a

escassez de recursos financeiros frequentemente representava um desafio significativo, uma vez que a construção de escolas e a capacitação de docentes demandavam investimentos substanciais que nem sempre estavam à disposição. A instabilidade política característica da época também comprometeu a continuidade e eficácia das políticas educacionais, conforme observado por Carvalho (2001).

Antônio Lemos assumiu a intendência de Belém em 1897, em um contexto de mudanças no Brasil, marcado pelo recente advento da República e pelo influxo de recursos do ciclo da borracha. A modernização urbana e social, inspirada em modelos europeus, foi uma prioridade deste intendente, que também estendeu os efeitos da modernidade à educação, pois para ele a sociedade sofreria as consequências da ausência dos efeitos civilizatórios “se não acompanhasse de modo condigno o cuidado de oferecer aos munícipes as maiores facilidades para a instrução pública primária e secundária” (Belém, 1902a, p. 232).

No que tange o contexto belenense, durante o período em análise, os esforços modernizadores de Antônio Lemos são frequentemente destacados por vários autores no que diz respeito ao alargamento das avenidas, na construção de praças, jardins e monumentos, bem como os serviços de saneamento e higiene, que “conferiam uma feição cosmopolita à cidade” (Coelho, 2011, p. 163), transformando a cidade em um dos principais centros urbanos da Amazônia. Entre as várias áreas impactadas por sua administração, as instituições escolares constituíram um dos focos principais de suas políticas públicas.

Também fazia parte desse projeto civilizador a proteção e incentivo aos artistas e às belas artes, dando atenção especial aos escritores, poetas e pintores, tal como foi, de acordo com Sarges (1999), o patrocínio da obra *A Pátria Brasileira* de Virgílio de Oliveira, pois este tipo de investimento expressava

a crença que o intendente nutria pelos valores cívicos, afinal, para inserir os cidadãos belenenses na dita civilização, sempre que podia procurava inculcá-los (os valores de ordem e progresso) por meio de estratégias educativas (Sarges, 1999, p. 972).

Durante a intendência de Antônio Lemos, algumas iniciativas foram implementadas para expandir e melhorar o sistema educacional de Belém, entre elas a criação de novas escolas primárias e a ampliação da rede escolar existente. Todavia, esta condição foi sendo alterada nos últimos anos de seu governo devido à queda do preço da borracha e à consequente redução dos gastos municipais, o que ocasionou cortes em diversas áreas, inclusive na educação, com medidas como a Lei nº 504/1908, que suprimiu escolas e demitiu funcionários. Contudo, durante o mandato de Antônio Lemos, podemos inferir que

as iniciativas do Conselho Municipal no campo da educação demonstram uma preocupação e, em certa medida, um esforço em organizar o ensino, visto que aprovou um conjunto significativo de leis e regulamentos tratando dessa matéria específica e, considerando que havia uma divisão de responsabilidades entre o estado e o município, nos permitimos inferir que o município de Belém, naquele momento, ainda que de maneira preliminar, organizou um sistema municipal de ensino (Pantoja, 2021, p. 90).

Outro aspecto importante desse período foi a introdução de disciplinas voltadas para a formação cívica e moral dos alunos, visando reforçar valores republicanos e a identidade nacional. Esta iniciativa coadunava-se com os ideais republicanos de formar cidadãos conscientes de seus direitos e deveres, capazes de participar na vida política e social do país.

Incorporando este modelo de progresso e civilização para transformar Belém, Antônio Lemos buscou dar ênfase à educação cívica-jurídica dos cidadãos, integrando esta formação no sistema educacional belenense como reflexo dos ideais republicanos de seu tempo. O Intendente viu na introdução desses conteúdos uma ferramenta crucial para a construção de uma cidadania ativa e informada na capital paraense.

No decurso de seu governo, Antônio Lemos teceu elogios ao que para ele foi “uma das mais inspiradas obras de patriotismo do Conselho foi, por certo, a criação do Instituto cívico-jurídico Paes de Carvalho” (Belém, 1902a, p. 235). Este Instituto incluiu disciplinas como instrução cívica e noções de direito no seu currículo, visando criar uma base sólida de conhecimento cívico entre os jovens.

Neste cenário, a criação do Instituto pela Lei nº 201/1898 foi uma das iniciativas mais destacadas na área educacional, responsável por criar na cidade de Belém uma instituição de ensino dedicada à educação cívico-jurídica. O intendente Antônio Lemos foi o responsável por sua fundação e, junto com Virgílio de Oliveira, defendeu a importância desse tipo de educação para a conquista da cidadania republicana almejada.

Após levantamento bibliográfico, verificamos que, o tema das instituições escolares vem sendo amplamente estudado, entretanto, sabemos também que, sobre o ICJPC, não foi encontrado até o momento nenhum estudo sistemático, abordando suas especificidades de forma mais abrangente. As informações identificadas são, em geral, apenas exemplificativas ou referências esparsas sobre sua existência.

Tal constatação revelou a existência de uma lacuna historiográfica no campo da História da Educação, especialmente no que diz respeito às instituições de ensino com o perfil cívico-jurídico durante a Primeira República, e reforçou a relevância de nossa investigação para contribuir com a produção do conhecimento histórico sobre a educação no Brasil.

Assim, a ausência de um estudo específico a respeito desta singular instituição de

ensino nos impõe a necessidade de transformar “[...] aquilo que, para outro estudioso, poderia ter sido uma simples nota de rodapé numa hipotética monografia” (Ginzburg, 2007, p. 265) em uma tese de doutorado. Dessa forma, com a pesquisa, pretendemos ampliar a investigação sobre esse instituto belenense do período da Primeira República, analisando sua organização, estrutura, funcionamento, objetivos e quaisquer outros aspectos relevantes para o melhor entendimento a seu respeito.

Partindo da premissa exposta, o problema que nos propomos a responder baseia-se na seguinte questão: *como ocorreu o processo de implementação do Instituto Cívico-Jurídico Paes de Carvalho, entre 1898 e 1911, durante o contexto educacional da Primeira República em Belém?* Para melhor esclarecer essa problemática, estabelecemos as seguintes indagações complementares: em que contexto histórico o ICJPC foi criado? Quais eram as bases do discurso educacional republicano no período em questão? E quais foram os marcos legais que balizaram a estrutura, o funcionamento e a organização do ICJPC?

Essa investigação justifica-se pela relevância acadêmica, uma vez que a pesquisa possibilita compreender a instrução realizada naquele Instituto, bem como as características do projeto republicano, identificadas por meio da análise dos documentos da época. Além disso, contribui para a construção da historiografia das instituições escolares, especialmente no município de Belém, destacando a importância dos estudos cívico-jurídicos para a formação do cidadão paraense a partir dos ideais propagados no alvorecer da República.

Ademais, o processo de análise das fontes permite a tessitura da história das instituições escolares e ganha significado na medida em que traz à tona a expressão de sujeitos ou grupos sociais específicos, representativos de um determinado contexto histórico. Esses elementos são relevantes para a compreensão da história da educação de uma sociedade. Dessa forma, buscamos contribuir para futuras pesquisas que pretendam tratar da educação no estado do Pará e, mais especificamente, no município de Belém.

No que diz respeito à relevância social, fundamenta-se na importância da abordagem histórica na área da Educação como fonte de conhecimento contextualizado, que proporciona aos leitores a possibilidade de entender as relações existentes entre a atualidade e o contexto histórico da criação de uma instituição diferenciada para sua época, justamente para não incorrerem em uma visão

a-histórica que trata a escola como um tipo de organização que sempre existiu mais ou menos dessa forma que conhecemos, e que, em linhas gerais, sempre teve mais ou menos essa mesma estrutura, essa organização... é como se a escola que temos sempre tivesse existido. Essa visão tende a eternizar a escola que, por isso, não tem passado, não tem presente e, por consequência, não tem futuro (Lombardi *et al.*,

2012, p. 16).

Por isso, entendemos que realizar uma pesquisa que trate e analise os aspectos históricos das instituições escolares é importante como premissa para entender o percurso da educação pública como um todo, corroborando o entendimento de Saviani (2004), para quem há a necessidade de pensar a História dentro de uma concepção de totalidade, inserindo a escola em um contexto mais amplo, comprometido com a construção do conhecimento transformador e servindo de sustentáculo para a reflexão sobre seu papel social e político. Isso, porque a história tem um destaque central na formação do cidadão, no sentido de que é a própria dinâmica social que acaba por criar contradições as quais apresentam como consequência novas formas de produção do homem.

Nesta linha de raciocínio, o objetivo geral desta tese é analisar o processo de implementação do ICJPC entre 1898 e 1911. Para alcançar este objetivo, estabelecemos como objetivos específicos: a) analisar o contexto histórico em que o Instituto Cívico-Jurídico Paes de Carvalho foi criado e funcionou; b) compreender o projeto educacional republicano no período proposto; c) conhecer os marcos legais do ICJPC e investigar a organização administrativa e pedagógica do Instituto.

Temos como hipótese de pesquisa a ideia de que o ICJPC sintetizou em Belém do Pará a tentativa de difundir o ideário republicano que estava em voga no Brasil, além de ser uma instituição pioneira, defendendo uma educação tanto na esfera cívica quanto na jurídica, como um princípio basilar para a construção da República.

O processo de implementação do ICJPC se entrelaça com a atuação de Virgílio de Oliveira, entendido aqui como um intelectual orgânico, da classe dirigente, a partir da perspectiva gramsciana. Ele via na consolidação da República não apenas uma forma de governo, mas um caminho para reformas sociais, entre elas, a escola e os processos formativos do cidadão republicano. Para intelectuais como ele, somente o investimento educacional levaria o país a um alto patamar de progresso.

Nessa perspectiva, defendemos a tese de que a criação deste Instituto foi uma tentativa de fortalecimento do ideário republicano na cidade de Belém no entresséculos, bem como a introdução do ensino cívico-jurídico foi uma estratégia de persuasão e integração de parcelas do povo ao projeto republicano. Além do mais, por meio da instrução, era possível a formação moral e cívica da população, uma vez que

a crença no poder redentor da educação pressupunha a confiança na instrução como elemento (con)formador dos indivíduos. Potência criadora do homem moral, a educação foi atrelada à cidadania e, dessa forma, foi instituída a sua

imprescindibilidade para a formação do cidadão (Souza, 1998, p. 26-27).

De modo a garantir a formação de pessoas com vistas à construção de uma identidade nacional, adequada às novas demandas da modernidade e do progresso do país, surgiu a necessidade de proporcionar à população o acesso a uma educação voltada à difusão de um ideário republicano. Por isso,

um amplo projeto civilizador foi gestado nessa época e nele a educação popular foi ressaltada como uma necessidade política e social. [...] Além disso, a educação popular passa a ser considerada um elemento propulsor, um instrumento importante no projeto prometeico de civilização da nação brasileira (Souza, 1998, p. 27).

Como podemos observar, a implantação desse projeto civilizador creditava à escola o poder de ensinar e simultaneamente de “moralizar, civilizar e consolidar a ordem social [que] difundiu-se a ponto de tornar-se a principal justificativa ideológica para a constituição dos sistemas públicos de ensino” (Buffa; Pinto, 2002, p. 43). Destarte, torna-se imprescindível uma maior intervenção do Estado como forma de deslegitimar a educação doméstica e torná-lo responsável pela educação das massas, com um ensino público e com o intuito de tornar o Brasil um país civilizado.

Voltando aos objetivos propostos, para os alcançarmos, desenvolvemos uma pesquisa histórica a partir do levantamento e análise de fontes documentais, focada na investigação sobre o ICJPC durante a Primeira República em Belém, a qual iniciou com as visitas em arquivos e bibliotecas para coletar documentos relevantes, como relatórios, ofícios, e atas, que ajudaram a explorar as discussões legislativas e outros aspectos do processo de implementação do Instituto.

Nessa conjectura, começamos por descrever o percurso que nos permitiu a formulação da questão de pesquisa. Inicialmente, visitamos os arquivos das bibliotecas da Imprensa Oficial e da Assembleia Legislativa do Estado. Nos dois locais, encontramos apenas documentos do século XX, datados a partir de 1938 e de 1947, respectivamente – portanto, ambos fora do período definido para este estudo.

Também realizamos levantamento no Arquivo Público do Estado do Pará (APEP) e na Biblioteca Pública Estadual Arthur Vianna (BPAV), na seção de Obras Raras. No APEP, encontramos ofícios do Conselho Municipal de Belém, relatórios, pareceres e as atas, documentos nos quais foi possível “acompanhar as discussões dos mais variados projetos legislativos [...]” (Bacellar, 2019, p. 34), que no caso em questão era o processo de implementação do ICJPC. Já na BPAV, tivemos acesso aos relatórios da Intendência Municipal de Belém do período de 1897 a 1910, além de acesso ao artigo intitulado *O*

*Instituto Civico-Juridico* publicado no jornal *A Provincia do Pará*, de autoria de Virgilio de Oliveira, que exaltava a importância do Instituto e a lei de criação deste.

A pesquisa sobre as Instituições Escolares enfrenta o mesmo problema existente em toda investigação documental: as precárias condições de preservação dos arquivos, fontes e acervos, bem como armazenamento e manutenção das fontes, especialmente pelas escolas públicas, em função da ausência de uma política pública efetiva que as oriente e forneça subsídios necessários para a guarda e conservação destes documentos essenciais para a preservação da memória de uma sociedade.

Estes levantamentos preliminares ocorreram antes da pandemia de COVID-19 e demandavam a realização de um aprofundamento. Contudo, no ano de 2020, um novo e desconhecido vírus veio transformar o cotidiano de todos, promovendo impactos nos mais diversos setores da sociedade. Inicialmente era uma epidemia, mas no dia 11 de março, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou uma pandemia, que se consubstanciou como um dos maiores desafios da humanidade no tempo presente.

Diante desse quadro, medidas sanitárias de contenção da propagação do vírus foram instauradas e espaços públicos fechados, afetando diretamente o meio educacional. A partir da Portaria nº 343, de 17 de março de 2020, do Ministério da Educação (MEC), houve a orientação de substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais e, com o aumento das notificações de casos da doença na região Norte, a UFPA suspendeu as atividades acadêmicas a partir dia 19 de março. No meio acadêmico, a pandemia provocou o fechamento das universidades, arquivos, bibliotecas entre outros espaços de pesquisa, o que forçou a adaptação de alunos e professores ao formato de aulas não presenciais, ao aumento de pesquisas online, mudanças nas rotinas e o enfrentamento de desafios inéditos.

Com o cenário pandêmico, outras possibilidades de espaços de investigação de fontes ganharam destaque e “as tecnologias digitais conduziram o historiador ao espaço online, o qual agrega novas formas de interpretar/examinar o passado, em virtude das inovações e atualizações em que o mundo digital se reinventa em suas configurações” (Medeiros Neta; Dantas, 2021, p. 12).

Assim, a metodologia da pesquisa em História da Educação passou e vem passando por transformações significativas com a inclusão de meios digitais para encontrar e analisar fontes, uma vez que, “atualmente, o historiador tem acesso a uma quantidade quase infinita de informações, distribuídas em centenas de milhares de sites que oferecem análises de fatos históricos, cronologias, biografias [...]” (Tavares, 2012, p. 308), que podem enriquecer a investigação histórica.

A partir da digitalização de documentos históricos e da disponibilização dos acervos em uma plataforma online, ocorreu uma maior democratização do acesso às fontes, permitindo aos pesquisadores acessarem materiais antes restritos a locais específicos. Dentre as bases de dados, utilizamos as fontes do acervo digital das obras raras da Biblioteca Arthur Vianna e da Hemeroteca Digital Brasileira, que faz parte da Fundação Biblioteca Nacional; ambos oferecem aos seus usuários um portal com um amplo acervo de jornais, revistas, anuários, boletins, relatórios entre outros. O primeiro site contribuiu, principalmente, no acesso aos relatórios municipais e nos anuários de Belém, já o segundo colaborou para o acesso a jornais com notícias sobre ICJPC.

Contudo, há também os desafios apresentados pelo uso de meios digitais na pesquisa histórica, como a necessidade de avaliar a confiabilidade das fontes digitais e lidar com o volume massivo de informações disponíveis. Diante dessas e outras dificuldades encontradas ao longo da pesquisa, frisamos sobre o inestimado valor do contato com as fontes para trilhar a reconstrução histórica, visto que o pesquisador tem sua percepção ampliada “ao levantar as fontes. Aí ele não identifica apenas objetos específicos, mas descobre outras questões sociais que demarcam um período” (Miguel, 2004, p. 116).

Após a diminuição das restrições sanitárias e com a abertura dos arquivos ao público, foi possível continuar as buscas no APEP, onde as fontes estão catalogadas por “fundos” e não por títulos. Esta imprecisão do assunto exige que o pesquisador realize uma averiguação em vários arquivos para constatar se há documentos sobre o seu objeto. Outros obstáculos são os cuidados ao manusear os documentos antigos, para não os danificar preservando o valor histórico e material, sendo imprescindível a utilização de luvas e máscara, além da leitura paleográfica que exige um olhar mais treinado para compreender a caligrafia antiga e consequentemente maior tempo para a pesquisa. Contudo, nenhuma dessas dificuldades desencoraja a nós pesquisadores, “ao contrário, semelhantes situações são tomadas como desafios por tantos que se instalam nas salas de consultas, sempre animados pelas descobertas realizadas” (Bacellar, 2019, p. 54).

A visitação aos espaços presenciais e virtuais nos proporcionou o contato com as fontes, para questioná-las e aprofundá-las em sua historicidade, compreendendo estes documentos como monumentos à luz do conceito de Le Goff (2013), pois a história se faz presente em vários elementos que circulam na sociedade, como cartas, fotos, esculturas ou pinturas, e não apenas na forma escrita. As fontes são produzidas pela sociedade em suas relações de poder e, por esta razão, segundo o autor, não há neutralidade no que foi produzido, assim apenas “a análise do documento enquanto monumento permite à memória

coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com o pleno conhecimento de causa” (Le Goff, 2013, p. 495).

Após o referido levantamento, os documentos foram sistematizados como normas, relatórios, atas, pareceres, ofícios, bibliográficos e jornais, organizados segundo sua tipologia, o que resultou nos quadros apresentados a seguir.

**Quadro 1** - Normas encontradas a partir de levantamento das fontes

<b>DATA</b>	<b>TIPO</b>	<b>ORIGEM</b>	<b>COMPLEMENTO</b>
1898	Lei nº 201	Legislativo Municipal	Cria o ICJPC
1899	Lei nº 242	Legislativo Municipal	Reorganiza o ICJPC
1899	Regulamento do ICJPC	Gabinete do Intendente Municipal	Normatiza o funcionamento do Instituto
1902	Lei nº 332	Legislativo Municipal	O ICJPC passa a funcionar na Frutuoso Guimarães
1904	Lei nº 371	Legislativo Municipal	Autoriza professor efetivo ser oriundo do ICJPC
1911	Lei nº 576	Legislativo Municipal	Suspende as atividades do ICJPC

Fonte: Quadro elaborado pela autora.

**Quadro 2** - Relatórios encontrados a partir de levantamento das fontes

<b>DATA</b>	<b>TIPO</b>	<b>DESTINO</b>	<b>COMPLEMENTO</b>
1897 a 1902	Relatório	Conselho Municipal de Belém	Relatório apresentado pelo Intendente Senador Antônio José de Lemos, que tratava sobre legislações, finanças, obras, ensino, entre outras temáticas sobre a vida municipal de Belém.
1903	Relatório	Conselho Municipal de Belém	Relatório apresentado pelo Intendente Senador Antônio José de Lemos, que tratava sobre legislações, finanças, obras, ensino, entre outras temáticas sobre a vida municipal de Belém.
1904	Relatório	Conselho Municipal de Belém	Relatório apresentado pelo Intendente Senador Antônio José de Lemos, que tratava sobre legislações, finanças, obras, ensino, entre outras temáticas sobre a vida municipal de Belém.
1905	Relatório	Conselho Municipal de Belém	Relatório apresentado pelo Intendente Senador Antônio José de Lemos, que tratava sobre legislações, finanças, obras, ensino, entre outras temáticas sobre a vida municipal de Belém.
1906	Relatório	Conselho Municipal de Belém	Relatório apresentado pelo Intendente Senador Antônio José de Lemos, que tratava sobre legislações, finanças, obras, ensino, entre outras temáticas sobre a vida municipal de Belém.
1907	Relatório	Conselho Municipal de Belém	Relatório apresentado pelo Intendente Senador Antônio José de Lemos, que tratava sobre legislações, finanças, obras, ensino, entre outras temáticas sobre a vida municipal de Belém.
1908	Relatório	Conselho Municipal de Belém	Relatório apresentado pelo Intendente Senador Antônio José de Lemos, que tratava sobre legislações, finanças, obras, ensino, entre outras temáticas sobre a vida municipal de Belém.
1910	Relatório	Conselho Municipal de Belém	Relatório apresentado pelo Intendente Senador Antônio José de Lemos, que tratava sobre legislações, finanças, obras, ensino, entre outras temáticas sobre a vida municipal de Belém.

Fonte: Quadro elaborado pela autora.

**Quadro 3** - Atas encontradas a partir de levantamento das fontes

<b>DATA</b>	<b>SESSÃO/ REUNIÃO</b>	<b>ORIGEM</b>	<b>COMPLEMENTO</b>
01 de setembro de 1899	1ª sessão da 3ª reunião ordinária	Conselho Municipal de Belém	(pg.58-frente e costa/ pág. 59-frente) Ensino Municipal - Exames do Instituto bem sucedidos, necessidade de alargar o ensino do mesmo, menciona matéria em periódico que critica o currículo do instituto, crítica a sede do estabelecimento, necessidade de ampliação.
10 de setembro de 1898	1ª sessão da 3ª reunião ordinária	Conselho Municipal de Belém	(pg. 96- costa) Educação cívico-jurídica disseminada por uma escola, cumprindo o art. 46 da lei orgânica do Estado, em que se instrui a todas as camadas as noções que habilitam o cidadão ao exercício consciente de seus deveres e direitos - Medida de grande alcance em favor da República.
10 de setembro de 1898	7ª sessão da 3ª reunião ordinária	Conselho Municipal de Belém	(pág. 116 - costa - ordem do dia, 1ª discussão) Discussão do projeto nº 22 que cria um instituto cívico-jurídico - Aprovado, vai a comissão de redação.
12 de setembro de 1898	8ª sessão da 3ª reunião ordinária	Conselho Municipal de Belém	(pág. 121 - costa e frente, 2ª discussão) Discussão do projeto nº 22 - Aprovado, vai a comissão de redação.
13 de setembro de 1899	7ª sessão da 3ª reunião ordinária	Conselho Municipal de Belém	(pág. 70 - costa) Aquisição de prédio ao instituto.
15 de setembro de 1898	9ª sessão da 3ª reunião ordinária	Conselho Municipal de Belém	(pág. 122 - frente) Redação definitiva do projeto nº 22 - Aprovado e vai a intendência para efeito.
18 de setembro de 1899	9ª sessão da 3ª reunião ordinária	Conselho Municipal de Belém	(pág. 73 - costa) 2ª discussão do projeto nº 22 - Aprovado, vai ao intendente.
01 de Dezembro de 1898	1ª sessão da 4ª reunião ordinária	Conselho Municipal de Belém	(pág. 154-costa e pág. 155- frente) Educação cívico-jurídica - inaugurado no dia 16 de Novembro o Instituto destinado a preparar os cidadão a vida republicana.
11 de dezembro de 1899	1ª sessão da 4ª reunião ordinária	Conselho Municipal de Belém	(pág. 114 - costa) Instalação em prédio nobre alugado na Padre Eutíquio.
28 de Dezembro de 1899	14ª sessão ordinária	Conselho Municipal de Belém	(pág. 129 - frente) Desapropriação de endereço compartilhado com a seção de obras e repartição sanitária municipais.

Fonte: Quadro elaborado pela autora.

**Quadro 4** - Pareceres encontrados a partir de levantamento das fontes

<b>DATA</b>	<b>NUMERAÇÃO</b>	<b>ORIGEM</b>	<b>COMPLEMENTO</b>
09 de Março de 1899	S/N	3ª Comissão	Aprova regulamento do Instituto
13 de Setembro de 1899	Parecer nº 71	Conselho municipal de Belém	Conselho municipal autoriza o intendente a fazer aquisição de uma casa apropriada ao Instituto

Fonte: Quadro elaborado pela autora.

**Quadro 5** - Ofícios encontrados a partir de levantamento das fontes

DATA	NUMERAÇÃO	ORIGEM	COMPLEMENTO
11 de Março de 1898	S/N	1ª Directoria da 1ª Secção da Secretaria	Virgílio Cardoso de Oliveira, diretor da entidade emissora do ofício, escreve nota sobre publicação em a “Província do Pará” por Albino Duarte Leal.
11 de abril de 1898	S/N	Secretaria da Intendência Municipal de Belém	Virgílio Cardoso realiza Balanço da Intendência do mês de Março
11 de Outubro de 1898	nº 1562	Secretaria de Segurança Pública do Pará	Declara recebimento de 10 exemplares do folheto que reúnem-se os artigos de Virgílio Cardoso sobre o Instituto Cívico-Jurídico e lei municipal nº 201 que criou o instituto.
20 de Outubro de 1898	S/N	2ª seção da 1ª Directoria	Nomeação ao cargo de professor de Direito Constitucional Federal e Estadual
21 de Outubro de 1898	S/N	Directoria do Instituto Cívico-Jurídico Paes de Carvalho	Institui exercício ao cargo de professor
22 de Outubro de 1898	S/N	Directoria do Instituto Cívico-Jurídico Paes de Carvalho	Agradecimento de Virgílio Cardoso a Nomeação ao cargo de diretor do instituto
22 de Junho de 1899	S/N	Secretaria do Inst. Civ. Jurídico Paes de Carvalho	Assume como diretor interino João Batista de Vasconcelos
15 de Setembro de 1899	Ofício nº 834	Directoria geral da Instrução Publica do Estado do Pará	Virgílio assume como director da instituição emissora
01 de Abril de 1901	Circular nº 702	Secretaria, 1ª directoria do Estado do Pará	Virgílio assume cargo de secretário do Estado
16 de abril de 1901	Circular nº 774	Secretaria do Estado da Justiça, Interior e Instrução Pública	Virgílio assume cargo de secretário
15 de Maio de 1901	Ofício recebido	Directoria do Inst. Civ. Jurídico Paes de Carvalho	Solicita lâmpadas (15) e inspeção de toda a instalação
21 de Outubro de 1901	Ofício recebido	Directoria do Inst. Civ. Jurídico Paes de Carvalho	Define vice-diretor e cargo de professor

Fonte: Quadro elaborado pela autora.

**Quadro 6** - Bibliográficos encontrados a partir de levantamento das fontes

DATA	TIPO	TÍTULO	COMPLEMENTO
1900	Revista	A Escola	Virgílio de Oliveira criou a Revista com a finalidade de bjetivo de informar os docentes sobre os programas e as reformas de ensino
1903	Livro	A Patria Brasileira	Obra escrita por Virgílio de Oliveira e patrocinada pelo Intendente Antonio Lemos, que via ofício solicitou ao Conselho Municipal de Belém um valor pecuniário para financiar a publicação, que foi concedido sob o prisma da importância da obra para a instrução e difusão dos valores republicanos
1898	Artigo	O Instituto Cívico-Juridico	Artigo de autoria de Virgílio de Oliveira, com conteúdo que exaltava a República e a necessidade de criação de um instituto de ensino cívico e jurídico

Fonte: Quadro elaborado pela autora.

Quadro 7 - Jornais encontrados a partir de levantamento das fontes

(Continua)

DATA	TIPO	TÍTULO	COMPLEMENTO
1898	Jornal “O Pará” – edição 235	Conselho Municipal	É submetido a 1ª discussão o projeto nº 22 que cria o Instituto Cívico- Jurídico.
1898	Jornal “O Pará” – edição 288	Mina Litteraria	Convite para assistir a instalação do instituto.
1898	Jornal “A Imprensa” – edição 021	Bibliografia	Informação sobre os artigos de Virgílio de Oliveira sobre o instituto.
1898	Jornal “Jornal do Recife” – edição 237	Gazetilhas	Informe sobre a publicação dos artigos sobre o instituto.
1899	Jornal “O Pará” – edição 409	Expediente do Intendente	Informe da companhia elétrica a gás paraense para o diretor do instituto.
1899	Jornal “O Pará” – edição 537	Governo do município	Resolução nº 71, autoriza intendente a fazer aquisição de uma casa apropriada a instalação do instituto.
1899	Jornal “O Pará” – edição 538	Conselho Municipal	Parecer aceitando o projeto nº 24 que reorganiza o instituto.
1899	Jornal “O Pará” – edição 544	Notas e apanhados	Concurso para amanuense alguns examinadores do instituto.
1899	Jornal “O Pará” – edição 553	Conselho Municipal	Emenda ao curso preparatório do instituto acrescentando a cadeira de matemáticas elementares.
1899	Jornal “O Pará” – edição 613	Governo do município	Resolução 78, aprova o regulamento provisório, baixado pelo intendente, para o instituto e serviço sanitário municipal.
1899	Jornal “O Pará” – edição 617	Belém Elegante	Noticiando que os móveis para a Santa Casa de Misericórdia e do Instituto Cívico-Jurídico Paes de Carvalho eram esplêndidos, vindos do Rio de Janeiro da importante fábrica Leandro Martins. Os móveis não deixavam nada a desejar os que eram fabricados na Europa.
1900	Jornal “O Pará” – edição 626	Bibliografia	Agradecimento pelo exemplar do relatório sobre o instituto.
1900	Jornal “O Pará” – edição 627	Instituto Cívico- Jurídico	Notícia sobre a inauguração do novo e formoso edifício do instituto. Na ocasião foram entregues os diplomas para 5 alunos que concluíram o curso. Proferiram discurso o dr. Virgílio de Oliveira, diretor do instituto, além do dr João Chaves, orador oficial e o paraninfo dos diplomados o dr. Elias Vianna. Pelos diplomados orou o sr. José Carrilho de Oliveira Maciel.
1900	Jornal “O Pará” – edição 627	Belém social	Convite para a festa de entrega dos diplomas dos alunos concluintes do curso.
1900	Jornal “O Pará” – edição 631	Conselho Municipal	Informa que o Conselho Municipal visando unir esforços resolveu dar a imediata execução à Lei nº 242 de 21 de setembro de 1899, que reorganizou o Instituto Cívico-Jurídico Paes de Carvalho. Essa medida foi tomada com urgência, afim de ser regularizado o funcionamento das aulas, que sofreram modificações com a reforma feita. Além de procurar instalar por todo o Instituto no prédio nobre que foi autorizado a alugar na travessa Padre Eutíquio.
1900	Jornal “O Pará” – edição 632	Conselho Municipal	Ofício do intendente baixando o regulamento que reorganização instituto e o serviço sanitário municipal.

Fonte: Quadro elaborado pela autora.

**Quadro 7 - Jornais encontrados a partir de levantamento das fontes**

(Continuação)

1900	Jornal “O Pará” – edição 645	Saúde municipal	Notícia sobre a mudança da repartição e saúde municipal para o prédio contíguo ao instituto.
1900	Jornal “O Pará” – edição 654	Conselho Municipal	Ofício do sr Intendente remetendo para que o conselho resolva a respeito do requerimento de Antonio Vieira Fiuza, oferecendo para serem desapropriados os prédios arrendados pela Intendência à travessa São Matheus para neles funcionarem o Instituto Cívico-Jurídico Paes de Carvalho, a seção de obras e a repartição sanitária municipais.
1900	Jornal “O Pará” – edição 672	Câmara dos Deputados	Notícia que as redações definitivas de alguns projetos, entre eles o n. 795, que garantia aos alunos diplomados pelo Instituto Cívico-Jurídico Paes de Carvalho, a faculdade de advogar nas comarcas do interior do Estado.
1900	Jornal “O Paiz” (RJ) – edição 5611	Publicações	Notícia sobre o recebimento do relatório apresentado pelo dr. Virgílio de Oliveira, diretor do instituto, ao intendente Antônio Lemos.
1900	Jornal “O Jornal” (PA) – edição 028	Fatos	Noticiando reunião da congregação do instituto no dia 15 de outubro no turno da noite.
1901	Jornal “Jornal do Brasil” (RJ) – edição 140	Os estados - Pará	Bacharel Armando de Oliveira foi nomeado secretário do instituto em substituição ao sr. Licínio Silva, que pediu exoneração.
1904	Jornal “Jornal do Brasil” (RJ) – edição 341	Interior - manifestação	Intendente Antônio Lemos recebeu homenagem dos alunos que concluíram o curso no instituto.
1904	Jornal “Gazeta e Notícias” (RJ) – edição 322	Interior - Pará	Notícia sobre as festividades em comemoração a Proclamação da República, entre elas uma sessão solene no Conselho Municipal. Terminada a comemoração o intendente Antônio Lemos entregou o diploma aos alunos que concluíram o curso no instituto. Dentre os diplomados 3 eram oficiais do regimento. O dr. Francisco Pinheiro foi paraninfo.
1905	Jornal “O Paiz” (RJ) – edição 7709	Interior	Notícia sobre as festas em comemoração ao aniversário da República em sessão solene no Conselho Municipal, presidida por Antônio Lemos, 7 alunos receberam o diploma de concluintes no curso do instituto.
1905	Jornal “Almanak Laemert: Administrativo, Mercantil e Industrial” (RJ) – edição 062	Estado do Pará	Notícia sobre a composição do Instituto cívico e jurídico Paes de Carvalho, localizado na Travessa Dr. Fructuoso Guimarães; 59. Director: Virgílio Cardoso de Oliveira, dr. Diretor interino: Augusto Cesar de Moura Palha, dr. Amanuense: Antonio Uchôa Ferreira. Corpo docente: Tito Cardoso de Oliveira. João Marques de Carvalho. Heitor Gil Castello Branco, dr. Laudelino Baptista, dr. Astrogildo Silva, dr. Virginio Santa Rosa, dr.

Fonte: Quadro elaborado pela autora.

**Quadro 7 - Jornais encontrados a partir de levantamento das fontes**

(Conclusão)

1906	Jornal “Jornal do Brasil” (RJ) – edição 005	24 horas - Interior	Notícia sobre a alteração da lista de candidatos do partido republicano do Pará para as próximas eleições, substituindo o dr. João Chaves, que é incompatível por ser professor do instituto, pelo dr. Deoclecio Marinho de Campos.
1907	Jornal “Jornal do Brasil” (RJ) – edição 320	Interior - Pará	Notícias sobre as comemorações do 15 de novembro, correu sessão solene na Intendência Municipal, momento em que foi realizada a distribuição dos diplomas aos alunos que concluíram o curso no instituto. Na cerimônia de entrega falaram paraninfo dr. Laudenilo Baptista e o diplomando João Rangel.
1908	Jornal “Jornal do Brasil” (RJ) – edição 321	Interior - Pará	Sessão extraordinária do Conselho Municipal em homenagem a Proclamação da República. Neste evento o vogal sr. Sabino Luz fez um discurso entregando os diplomas aos senhores Plinio Carneiro, Domingos Leão, Francisco Abrahão Motta e Manuel Porto que concluíram o curso no instituto.
1909	Jornal “Jornal do Brasil” (RJ) – edição 323	Efemêrides	Comemoração ao aniversário de criação do instituto.
1911	Jornal “Estado do Pará” – edição 091	Serviço municipal	Notícia a suspensão das aulas do instituto a partir da Lei nº 576 de 5 de julho de 1911
1918	Jornal “Almanak Laemmert : Administrativo, Mercantil e Industrial” (RJ) – edição 062	Belém	Notícia com uma descrição da cidade de Belém e entre os principais monumentos citados está o Instituto Cívico-Jurídico Paes de Carvalho.

Fonte: Quadro elaborado pela autora.

A análise das fontes é uma atividade central na prática historiográfica. A relação do historiador com as fontes envolve um processo complexo de interpretação, crítica e contextualização. Assim, diante das fontes documentais analisadas, temos a visão de historiadores que “analisam seus discursos, reconhecem seus vieses, descontrolam seu conteúdo, contextualizam suas visões [...]” (Bacellar, 2019, p. 25).

Nessa linha de raciocínio, para a análise dos documentos coletados, buscamos estabelecer conexões entre o que nos propomos analisar e a realidade da época – em nosso caso o entresséculos – e sua relação com a instituição escolar, por entendermos que

assim como uma determinada sociedade foi condição para a criação e o desenvolvimento de uma determinada instituição escolar, esta é condição de existência daquela, porque lhe molda suas relações de produção, sem esquecer, porém, que, na produção da escola, a sociedade opera de forma conflituosa, pois suas opostas classes sociais lutam, em opostos campos, em favor de escolas que atendam aos seus próprios interesses (Nosella; Buffa, 2009, p. 80).

De acordo com Janotti (2019, p. 10), o tratamento das fontes pelo historiador exige conhecimento e sensibilidade na análise, uma vez que “delas depende a construção convincente de seu discurso”, como também por meio delas se produz o conhecimento

histórico, desde que o historiador tenha o interesse em “inquirir o que essas coisas [fontes] revelam sobre as sociedades às quais elas pertencem e na criação de uma narrativa explicativa sobre o resultado de suas análises” (Janotti, 2019, p. 10).

Para um melhor tratamento das fontes, organizamos e separamos a lei de criação do ICJPC, o regulamento interno, o artigo do Virgílio de oliveira, alguns ofícios, pareceres, as atas, os relatórios, anuários e jornais, utilizando a leitura de apoio para auxiliar a análise, pois permite “ao pesquisador estabelecer o necessário diálogo com a produção acadêmica relativa ao tema pesquisado, principalmente, a mais recente e mais especializada” (Toledo; Gimenez, 2009, p. 110-111).

No entanto, não bastou apenas selecionarmos as fontes, pois, a partir do entendimento de que elas não falam por si só, compreendemos nosso papel como pesquisadores no processo de análise e construção do objeto de pesquisa no sentido de se apropriar do conhecimento teórico e ultrapassar o óbvio, ao mesmo tempo em que nos dedicamos a observar os pormenores que as fontes nos forneceram, pois elas reafirmam “seu senhorio dialético, criador/criatura, o documento, em si, torna-se uma personagem histórica, com a beleza da contradição e da imprevisibilidade, com as marcas do humano” (Karnal; Tatsch, 2020, p. 24).

Neste sentido, Ribeiro (2004) verificou ao longo da sua caminhada na História da Educação que não se deve apropriar do aparente como evidente, sendo imprescindível constatar “a natureza dialeticamente contraditória da própria aparência e, em decorrência, a necessidade de não perder de vista a riqueza que as aparências comportam no que têm, a um tempo, de revelação-dissimulação da essência do fenômeno investigado” (Ribeiro, 2004, p. 91).

Corroborando esse pensamento, Saviani (2004) não considera as fontes como origens do fenômeno histórico estudado, pois elas, em si, não se constituem em história pelo fato de necessitarem da ação do pesquisador para obter a compreensão e a interpretação do contexto no qual elas estão inseridas. Para ele

as fontes estão na origem, constituem o ponto de partida, a base, o ponto de apoio da construção historiográfica que é a reconstrução, no plano do conhecimento, do objeto histórico estudado. Assim, as fontes históricas não são a fonte da história, ou seja, não é delas que brota e flui a história. Elas, enquanto registros, enquanto testemunhos dos atos históricos, são a fonte do nosso conhecimento histórico, isto é, é delas que brota, é nelas que se apoia o conhecimento que produzimos a respeito da história (Saviani, 2004, p. 5-6).

Com esse entendimento, evidenciamos o significado de uma fonte histórica na investigação e na construção do objeto e da historiografia, o que exige do pesquisador “se manter sempre alerta e questionar as fontes e documentos [analisando-os] estruturalmente e

historicamente” (Toledo; Gimenez 2009, p. 116). Ou seja, a fonte não pode ser analisada separadamente do contexto histórico que envolve o objeto de investigação.

É por isso que as fontes históricas, na visão de Saviani (2004, p. 6), apresentam um caráter inesgotável, pois “sempre que a elas retornamos, tendemos a descobrir novos elementos, novos significados, novas informações que nos tinham escapado por ocasião das incursões anteriores”.

Após o levantamento das fontes, realizamos um levantamento de produções acadêmicas. Dentre as bases de dados e repositórios digitais, utilizamos: o Google Acadêmico como ferramenta essencial para localizarmos artigos acadêmicos, teses e dissertações; a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), para o acesso a trabalhos acadêmicos produzidos em instituições de ensino brasileiras; e os Repositórios Institucionais das universidades que armazenam a produção acadêmica de seus pesquisadores, como teses, dissertações e artigos.

Entre os repositórios acadêmicos, iniciamos pelo banco de teses e dissertações dos Sistemas de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará (SIBI/UFPA) e da Universidade do Estado do Pará (SIBI/UEPA), utilizando como marcador de busca o descritor “Instituto Cívico-Jurídico Paes de Carvalho” com o intuito de encontrar trabalhos sobre este estabelecimento, mas infelizmente nada foi encontrado. Outro canal para consulta foi o catálogo da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), onde usamos o mesmo marcador, reduzindo a pesquisa à grande área de conhecimento das Ciências Humanas e limitando-a à área da Educação nas opções sobre conhecimento, avaliação, concentração, programa, além de selecionar a busca apenas na Biblioteca Central. Por fim, realizamos um levantamento no banco de teses da Universidade do Estado de São Paulo (USP) com o mesmo descritor e, novamente, em ambas as plataformas, nada foi encontrado sobre o objeto.

Com a falta de trabalhos sobre a temática específica, percebemos a necessidade de utilizar outros descritores com temas adjacentes que nos ajudassem a analisar os documentos e formular nossa problemática. Assim, realizamos novas buscas com descritores relacionados ao nosso objeto, compreendendo que ele foi criado no contexto do projeto educacional republicano, instalado na capital paraense e era uma instituição escolar pautada por um ensino cívico-jurídico. A partir dessas ponderações, realizamos buscas nos mesmos bancos de dados mencionados anteriormente e formulamos os quadros a seguir.

A partir da pesquisa exploratória em teses e dissertações relacionadas ao Instituto Cívico-Jurídico Paes de Carvalho e da ampliação para temas adjacentes à educação na

Primeira República, elaboramos os quadros a seguir.

**Quadro 8** - Descritor “projeto educacional republicano”

REPOSITÓRIO	AUTOR	TÍTULO	DOCUMENTO	ANO
SIBI/UFPA	Moraes, Felipe Tavares de	A educação no primeiro governo de Lauro Sodré (1886-1897): os sentidos de uma concepção político-educacional republicana	Dissertação	2011
	Costa, Renato Pinheiro da	O Grupo Escolar Lauro Sodré em face da política de expansão do sistema escolar no estado do Pará: institucionalização, organização curricular e trabalho docente (1968-2008)	Dissertação	2011
	Lima, Maria do Socorro Pereira	Infância, educação e criança: um estudo histórico-literário nas obras Serões da Mãe Preta e Chove nos Campos de Cachoeira (1897-1920)	Tese	2015
SIBI/UEPA	<i>NENHUM REGISTRO ENCONTRADO</i>			
CAPES	Machado, Marcelo Oliano	BE A BA, BE É BÉ, BE I BI, O ALMANAQUE FONTOURA: entre práticas de leituras escolares e o projeto educacional republicano, uma representação de sertanejo (1914-1920)	Dissertação	2011
USP	<i>NENHUM REGISTRO ENCONTRADO</i>			

Fonte: Quadro elaborado pela autora.

Com o descritor “projeto educacional republicano”, encontramos três (3) trabalhos no repositório da UFPA, todos com objetos diferentes, mas que trouxeram na sua estrutura elementos sobre a República e a institucionalização de uma concepção político-educacional republicana, o que nos possibilitou perceber um panorama geral sobre este período histórico. Como estratégia, realizamos a leitura dos resumos e sumário para identificar se os textos possuíam dados relevantes para nossa pesquisa. Outro resultado encontrado foi no site da CAPES, com uma única dissertação a que não tivemos acesso por ser anterior à plataforma Sucupira.

Continuando a investigação, outro descritor utilizado foi “educação na Primeira República paraense”, a partir do qual buscamos encontrar elementos mais específicos do cenário paraense. Com este termo, encontramos apenas dois (2) resultados, mas apenas a tese de Iza Helena Araújo contribuiu com as notas introdutórias sobre a implementação do regime republicano no Pará, enquanto o outro trabalho não apresentou informações pertinentes para esta pesquisa. O resultado desta busca foi representado no Quadro 9.

**Quadro 9** - Descritores “educação na Primeira República paraense”

REPOSITÓRIO	AUTOR	TÍTULO	DOCUMENTO	ANO
SIBI/UFPA	Araújo, Iza Helena Travassos Ferraz de	A disciplina escolar matemática no Gymnasio Paes de Carvalho durante a Primeira República.	Tese	2017
	Barros, Jônatas Barros e	A escola normal do Pará e a introdução do ensino das ciências naturais no Pará (1870 a 1930).	Dissertação	2010
SIBI/UEPA	<i>NENHUM REGISTRO ENCONTRADO</i>			
CAPES	<i>NENHUM REGISTRO ENCONTRADO</i>			
USP	<i>NENHUM REGISTRO ENCONTRADO</i>			

Fonte: Quadro elaborado pela autora.

Utilizamos mais um descritor, “instituições escolares”, a partir do qual surgiram doze (12) registros no site da UFPA (reduzimos a pesquisa à unidade de informação do Instituto de Ciências da Educação), contudo, nem todos tratavam do período analisado ou tinham relação com história da educação; dentre os resultados, selecionamos apenas um (1) trabalho. No portal da CAPES foram identificados duzentos e quarenta e um (241) registros; devido ao alto quantitativo, a triagem inicial foi feita com a leitura do título do trabalho, verificando se este estava no mesmo período da nossa pesquisa ou se continha elementos do objeto desta tese. Após esta etapa, restaram dezenove (19) trabalhos, sobre os quais foram feitas uma análise mais aprofundada, com a leitura do resumo e índice. Após essa nova seleção, restaram seis (6) dissertações. No SIBI/UEPA, houve quatro (4) registros, dos quais dois (2) se inseriam na temática. Na plataforma da USP, tivemos vinte e sete (27) resultados, sendo que apenas um (1) contribuiu para a pesquisa. Dados que originaram o quadro a seguir:

**Quadro 10** - Descritores “instituições escolares”

REPOSITÓRIO	AUTOR	TÍTULO	DOCUMENTO	ANO
SIBI/UFPA	Costa, Renato Pinheiro da	O Grupo Escolar Lauro Sodré em face da política de expansão do sistema escolar no Estado do Pará: institucionalização, organização curricular e trabalho docente (1968-2008)	Dissertação	2011
SIBI/UEPA	Santos, Darlene da Silva Monteiro dos	A arte de civilizar: a educação cívico-patriótica na revista A Escola e na Revista do Ensino no Pará Republicano (1900-1912).	Dissertação	2018
	Pinheiro, Marinaldo Pantoja	Instruir e civilizar: educação de crianças no Grupo Escolar de Igarapé-Miri, Pará (1904-1943).	Dissertação	2017

CAPES	Schram, Aline Cristina	Reconstrução histórico do primeiro Grupo Escolar dos Campos Gerais: Vicente Machado (1904).	Dissertação	2014
	Gracino, Eliza Ribas	A Educação para o trabalho no processo de Institucionalização do Instituto das Artes Práticas de Castro.	Dissertação	2016
	Camargos, Ailton	Educação, Ordem E Progresso: Grupo Escolar Afonso Pena (São Gotardo-Mg, 1913-1931).	Dissertação	2019
	Silva, Jose Gustavo Almeida Da	História Da Escola Normal Do Colégio Providência De Mariana – Mg (1902 - 1930).	Dissertação	2017
	Borges, Gabriela Ferreira De Mello	Dos Cenários Nacional E Estadual À Gênese Do Grupo Escolar Gomes Da Silva, Frutal-Mg, Triângulo Mineiro (1913-1927).	Dissertação	2015
	Oliveira, Andrea De	História De Instituições Escolares De São Francisco Do Sul, Sc 1835 – 1935.	Dissertação	2019
USP	Reis, Rosinete Maria dos	A escola isolada à meia-luz (1891/1927)	Tese	2011

Fonte: Quadro elaborado pela autora.

Por meio dos trabalhos encontrados, no quadro 10, apropriamo-nos de algumas temáticas que envolvem as instituições educativas no alvorecer do século XX, como os debates teóricos, as ideias republicanas e a contextualização na historiografia brasileira. Por fim, empregamos o descritor “ensino cívico-jurídico”, porém, nenhum resultado foi encontrado, razão pela qual não retratamos em quadro este dado.

Para dialogar criticamente com as fontes documentais e bibliográficas, realizamos uma revisão da literatura com autores reconhecidos, principalmente, no campo da História da Educação. Em primeiro lugar, destacamos as obras que nos possibilitaram realizar um panorama geral e nacional sobre a educação no período da Primeira República, como o livro *O Legado Educacional do Século XIX no Brasil*, de autoria de Dermeval Saviani *et al.* (2014), que foi fundamental para adquirirmos noções gerais sobre o Projeto Republicano de Educação e contribuiu com a contextualização histórica da escola pública no Brasil. Nesta obra, os autores revisitam novos e velhos objetos para fazer um balanço histórico do processo de democratização do acesso da escola pública.

Outra obra importante é a *História das ideias pedagógicas no Brasil*, de autoria de Dermeval Saviani (2013), que apresenta uma síntese das principais ideias pedagógicas e das práticas educacionais difundidas ao longo de nossa história, como também aborda as reformas da Instrução Pública, dos métodos de instrução e das instituições escolares. Oferece uma análise abrangente das ideias pedagógicas que influenciaram a educação brasileira desde a

chegada dos jesuítas até o início do século XXI, com o objetivo de construir uma história consistente e sistemática com a reunião de diversas fontes documentais e historiográficas.

O livro está estruturado em quatro períodos principais da História da Educação do Brasil; para a nossa pesquisa, focamos nas informações referentes à Primeira República. É uma obra fundamental para a compreensão das bases e evoluções das práticas educativas no Brasil, a partir de uma análise crítica e contextualizada, que oferece uma visão abrangente e detalhada das ideias pedagógicas que moldaram a educação brasileira, proporcionando um recurso valioso para educadores e pesquisadores.

Acentuamos as contribuições de Rosa Fátima de Souza (1998), no livro *Templo da Civilização: A Implantação da Escola Primária Graduada no Estado de São Paulo: 1890-1910*, originalmente elaborado como tese de doutorado, em que examina a fundação e a institucionalização dos grupos escolares no estado de São Paulo entre os anos de 1890 e 1910. Mesmo que nosso foco não sejam os grupos escolares, a leitura nos ajudou a compreender o contexto histórico e a necessidade de se criar instituições escolares voltadas para a propagação do ideário republicano.

Souza (1998), em sua obra, articula as mudanças no modelo e na cultura das escolas primárias às características sociais, políticas e econômicas do estado de São Paulo do período. Explora como estes estabelecimentos de ensino incorporaram, modificaram e devolveram à sociedade a partir dos discursos de progresso, cientificidade e civilização do projeto republicano. Além da função social das escolas, que não era apenas o de transmitir conhecimento, elas deveriam também ensinar regras de comportamento e desenvolver o caráter dos alunos.

De acordo com Souza (1998), a criação dos grupos escolares ocorreu no início da década de 1890, com regulamentações que estabeleceram escolas em prédios monumentais, organizados de forma a racionalizar tanto a administração quanto a pedagogia. A autora destaca que estes estabelecimentos significaram uma tentativa de racionalização administrativa e pedagógica, promovendo a reunião de escolas isoladas e a implementação de métodos de ensino mais avançados.

A obra descreve também como os grupos escolares não só educaram as crianças, mas influenciaram a sociedade urbana de São Paulo, com a arquitetura monumental, as festividades, os desfiles e as exposições escolares, que serviram como instrumentos de propaganda do novo regime republicano. As práticas escolares, como a homogeneização dos alunos e a adoção de novos métodos, transformaram os espaços e tempos escolares em dispositivos de disciplina e higiene.

A contrapelo dos avanços, Souza (1998) aponta que a implementação dos grupos escolares enfrentou dificuldades, como a diversidade de tipos de escolas primárias e a formação desigual dos professores. O interessante de adentrarmos nas discussões e mudanças promovidas pelos grupos escolares em São Paulo é verificarmos como influenciaram outros estados e ajudaram a moldar o padrão do ensino primário brasileiro por décadas.

Em suma, a autora mergulha na “caixa-preta” dessas instituições para revelar práticas e saberes escolares, contribuindo significativamente para o campo histórico e historiográfico, permitindo novas reflexões sobre a educação paulista e brasileira no final do século XIX e início do XX.

Outro livro que apresenta um panorama geral é a obra *As lentes da história: estudos de história e historiografia da educação no Brasil*, de Diana Vidal e Luciano de Faria Filho (2005), referência sucinta, mas que retrata a história da educação e da escola brasileira. Os autores utilizam-se da metáfora da lupa e deslocam suas lentes da história sobre alguns temas, como os tempos e os espaços da escola elementar nos séculos XIX e XX e sobre a historiografia educacional brasileira do final do oitocentos aos dias atuais.

As obras citadas anteriormente oferecem uma análise das reformas educacionais e das transformações sociais ocorridas em um importante período de modernização no Brasil. Como já exposto, estes textos não tratam especificamente sobre o nosso objeto, mas a relevância desses estudos não se limita a um determinado contexto, pois eles também proporcionam percepções valiosas para compreender as mudanças educacionais e sociais em outras regiões brasileiras, como Belém do Pará.

A importância de conhecer outras instituições educativas diferentes dos moldes do ICJPC fornece a compreensão da política de modernização e racionalização da educação, e como essas instituições não apenas elevaram o padrão educacional, mas também funcionaram como instrumentos de socialização, disciplina e difusão dos ideais republicanos. Analisar essas transformações é fundamental para entendermos como iniciativas semelhantes poderiam afetar outras partes do Brasil, incluindo a capital paraense, considerando as especificidades locais, como o impacto da economia da borracha e as particularidades políticas e sociais da região. Estes estudos sobre a realidade educacional e social brasileira no final do século XIX e início do XX nos permitiram uma compreensão mais rica e matizada das políticas educacionais, dos processos de modernização e das transformações sociais em um Brasil

É importante destacar as produções de José Murilo de Carvalho como um dos mais proeminentes historiadores, cujo trabalho tem sido fundamental para a compreensão da Primeira República no Brasil. Suas obras abordam temas como cidadania, políticas públicas e

formação do Estado brasileiro, com uma de suas obras mais influentes, *Os Bestializados*, na qual Carvalho (1990) explora a relação entre o Estado e a cidadania no início da República. O autor argumenta que a população do Rio de Janeiro, capital da República na época, estava comumente alheia às mudanças políticas, sendo “bestializada”, ou seja, politicamente inativa e ignorante dos processos políticos.

Uma contribuição da obra *Os Bestializados* no processo de construção de nosso objeto foi a análise de Carvalho sobre a relação entre o povo e o novo regime republicano, destacando a exclusão das camadas populares dos processos políticos, que nos ajudaram a refletir sobre como a percepção da alienação e da apatia política nos permite entender os desafios enfrentados pelos republicanos belenenses para tentarem engajar a população em uma nova ordem política por meio da educação.

Em *A Formação das Almas: O Imaginário da República no Brasil*, Carvalho (2004) retrata o processo relativo à proclamação e solidificação da República, bem como a construção da memória e a confecção de imaginário político-social do Brasil da época. Apresenta um conflito simbólico, que era restrito aos grupos políticos categoricamente constituídos, com marcada ausência de grande parte da população. Realiza uma análise da consolidação da República a partir da criação de heróis, hinos, bandeiras e simbologias, para a difusão na população de um sentimento de nacionalidade.

O livro *Cidadania no Brasil: O Longo Caminho* é talvez a obra mais abrangente de Carvalho sobre o desenvolvimento da cidadania no país, na qual traça um panorama desde a Colônia até o final do século XX, destacando os avanços e retrocessos no caminho da cidadania plena. Carvalho (2001) argumenta que a cidadania sempre foi limitada, primeiro pela escravidão, depois pelo voto censitário e por uma longa história de exclusão política e social. Essa obra é essencial para entendermos os desafios persistentes relativos à participação plena dos cidadãos na vida política do Brasil.

As análises de Carvalho sobre a evolução histórica da cidadania no Brasil, são particularmente relevantes para vislumbrarmos os avanços e retrocessos na consolidação dos direitos políticos, civis e sociais. Assim, fornecem-nos dados para compreendermos a criação do ICJPC à luz dessas ambivalências, entre promover cidadania e valores republicanos, com os desafios típicos do período, como a desigualdade social e a resistência às mudanças.

As obras de José Murilo de Carvalho foram essenciais para compreendermos o contexto da Primeira República e realizarmos aproximações com o cenário belenense e com a criação do Instituto Cívico-Jurídico Paes de Carvalho, por exemplo, a análise feita por Carvalho sobre como os republicanos utilizaram e divulgaram símbolos, rituais e heróis para

legitimar o novo regime, fornece elementos essenciais para entendermos o ICJPC como uma manifestação concreta dos ideais republicanos de cidadania e educação cívica.

Essas percepções nos ajudaram a refletir sobre a fundação do ICJPC como uma intenção dos republicanos residentes no município de Belém em promover a educação cívica e jurídica como parte do processo de formação de cidadãos conscientes de seus direitos e deveres. Esse foi um movimento alinhado com a estratégia nacional, descrita por Carvalho, que utilizou a educação como ferramenta de declarações do novo regime.

Sobre a temática específica das instituições escolares, destacamos a pesquisa desenvolvida por Paolo Nosella e Ester Buffa (2013) em *Instituições escolares: por que e como pesquisar*. O livro, mesmo que de forma resumida, apresenta observações profundas realizadas por esses dois pesquisadores que buscam compreender o complexo mundo das instituições escolares, ao passo que dá um direcionamento para aqueles que se interessam pela pesquisa sobre o tema.

Destacamos também as obras do historiador Justino Magalhães (1998, 1999, 2004), professor da Universidade de Lisboa, que produziu paralelamente textos que alcançariam pesquisadores em Portugal e no Brasil, sobre a reflexão teórica no campo da história das instituições educativas, dos quais destacamos *Um Apontamento Metodológico sobre a História das Instituições Educativas* (Magalhães, 1998), *Breve Apontamento para a História das Instituições Educativas* (Magalhães, 1999a), *Contributo para a História das Instituições Educativas: entre a memória e o arquivo* (Magalhães, 1999b), e *Tecendo Nexos: história das instituições educativas* (Magalhães, 2004).

Os textos de Magalhães são contribuições significativas para se dar a devida atenção à história das instituições educativas, seja pela densidade das reflexões, seja pela qualidade das sugestões teórico-metodológicas apresentadas pelo autor. Destacamos os expressivos aportes teóricos de *Tecendo Nexos*, por reunir, em uma única obra, um conjunto de análises mais densas e apontamentos teóricos, que condensaram muitos textos que antes estavam esparsos.

Com o enfoque nas instituições, destacamos também o artigo *Instituições Escolares: Conceito, História, Historiografia e Práticas*, de Saviani (2008a), que busca definir o significado de instituições educativas e sugere ideias para a história, historiografia e análise das práticas desenvolvidas nestes estabelecimentos, bem como examina a evolução ao longo do tempo e a importância destas instituições para a sociedade. O autor ainda destaca no texto que as instituições escolares não são entidades estáticas, mas sim organismos dinâmicos que refletem e influenciam a cultura e a estrutura social em que estão inseridas.

Saviani explora também o conceito de historiografia, enfatizando sua relevância na

compreensão das práticas educacionais, argumentando que a história das instituições escolares não se limita a uma narrativa cronológica de eventos, mas sim a uma análise crítica das ideias, políticas e práticas que moldaram essas instituições ao longo do tempo. Sendo assim, uma das principais contribuições deste artigo é a discussão sobre a abordagem dialética na pesquisa sobre instituições escolares ao argumentar que é essencial relacionar o particular (o dado empírico) com o geral (a totalidade social) para uma compreensão mais profunda das contradições e conflitos presentes nas instituições educacionais.

Outro historiador que utilizamos em nossa pesquisa foi Décio Gatti Júnior (2002), do qual destacamos *A História das Instituições Educacionais: Inovações Paradigmáticas e Temáticas*, trabalho em que o autor explora as mudanças paradigmáticas e temáticas na pesquisa sobre instituições educacionais e como a temática tem sido abordada de diferentes perspectivas teóricas e metodológicas, destacando as inovações recentes na área. O texto foca na análise das instituições escolares como espaços de construção e reprodução de práticas culturais e sociais, utilizando uma abordagem que combina a história da educação com a sociologia e a antropologia.

Mais uma pesquisa que contribuiu com nossa escrita foi o artigo *Percursos da Pesquisa em História da Educação e Formas de Compreensão das Instituições Escolares*, de Décio Gatti Júnior (2006), no qual Gatti Júnior analisa os caminhos da pesquisa em história da educação, com ênfase na história das instituições escolares, discutindo a evolução teórica e metodológica da historiografia da educação, destacando a importância das instituições escolares na construção da cidadania e da identidade nacional.

Acrescentamos o texto *História das Instituições Escolares* de José Luís Sanfelice (2007), que destaca a importância crescente dos estudos históricos sobre instituições escolares na historiografia educacional recente e reflete sobre os riscos teórico-metodológicos que podem comprometer os resultados cientificamente significativos nesse campo.

O pesquisador argumenta que a prática de estudar a história das instituições escolares se tornou comum entre os historiadores da educação, especialmente a partir dos anos 1990. A consolidação da pós-graduação e uma possível crise de paradigmas impulsionaram um pluralismo epistemológico e temático, privilegiando o estudo de objetos singulares. Neste texto, Sanfelice discute a tensão entre o estudo de objetos singulares (como instituições escolares específicas e aqui remetemos ao ICJPC) e a necessidade de uma visão de totalidade histórica. O autor esclarece que, embora o estudo de objetos singulares possa fragmentar a compreensão do fenômeno educacional, não deve ser interdito aos pesquisadores comprometidos com a visão de totalidade.

Cabe destacar a relevância dada por Sanfelice ao argumento de que as instituições escolares não são recortes autônomos da realidade social, política, cultural e econômica. A identidade de uma instituição é fruto das determinações externas a ela, acomodadas dialeticamente no seu interior. A postura metodológica utilizada pelo autor é descrever o particular, explicitando suas relações com o contexto econômico, político, social e cultural.

Assim, o artigo de José Luís Sanfelice contribui significativamente com o debate teórico-metodológico da nossa pesquisa sobre a história do ICJPC, com destaque para a importância que o autor deu para uma abordagem que combina a análise dos objetos singulares com a compreensão da totalidade histórica, enfatizando a necessidade de superar os desafios metodológicos para produzir resultados cientificamente significativos.

Na esfera local, ou seja, pesquisas que enfatizam o estado do Pará e/ou o município de Belém, evidenciamos a tese de doutorado de França (2004), *José Veríssimo (1857-1916) e a Educação Brasileira Republicana: raízes da Renovação Escolar Conservadora*, que discute o pensamento educacional desse período por meio da análise da bibliografia de José Veríssimo, que se ocupa de conceitos como o progresso, a educação nacional e a formação do caráter do povo brasileiro, fornecendo-nos uma visão ampla da educação experimentada nesse período histórico.

Dentro do contexto belenense, a pesquisa de Pantoja (2021) *A Organização do Ensino Primário Municipal no Governo de Antônio Lemos 1898-1908* foi essencial para um panorama geral das iniciativas do Conselho Municipal no campo da educação, o esforço do Intendente para organizar o ensino, assim como as leis e regulamentos que foram aprovados à época.

Por sua vez, Nazaré Sarges, mais uma pesquisadora de suma importância para a nossa pesquisa, teve contribuições que foram significativas para compreendermos a história de Belém durante a Primeira República, especialmente em relação ao papel do Intendente Antônio Lemos. Suas pesquisas nos permitiram conhecer o contexto político, social e econômico da época, além de nos possibilitar compreender o impacto das políticas implementadas por Antônio Lemos na capital paraense.

Destacamos as pesquisas de Nazaré Sarges (1998) iniciadas pela tese *Memórias do “velho” intendente: Antônio Lemos – 1869-1973*, obra seminal que contribuiu para retratarmos o município de Belém no período da Primeira República e nos trouxe elementos importantes sobre o Antônio Lemos, intendente na época da criação do ICJPC. Também merecem menção: *Antonio Lemos: a construção do mito*, em que Sarges (2014) investiga o contexto político em que Antônio Lemos exerceu seu poder em Belém, analisando suas

relações com as elites locais e suas estratégias de governança; *Memória iconográfica e mecenato durante a época áurea da borracha na Amazônia: o projeto artístico-civilizador de Antônio Lemos* (Sarges, 1999), que retrata as alianças feitas por Antônio Lemos e a importância que ele dava para as artes; *Belém: riquezas produzindo a belle-époque* (Sarges, 2000), estudo aprofundado que examina o legado da economia da borracha, destacando suas políticas de modernização e seu impacto na sociedade paraense

Em que pese a existência de razoável quantidade de pesquisas sobre a educação paraense na Primeira República, verificamos uma carência de um estudo específico sobre o Instituto Cívico-Jurídico Paes de Carvalho; da mesma forma, também não encontramos indícios da existência de outros institutos com objeto ou características semelhantes ao existente na capital paraense.

Nessa investigação, buscamos desenvolver uma metodologia que nos permitiu analisar criticamente o objeto na realidade educacional brasileira e belenense da época, além de nos ajudar a identificar, nos documentos relacionados ao Instituto, as características da sociedade e do ideário educacional republicano, compreendendo que “a história é um processo contínuo, constituído por rupturas e descontinuidades, e não uma mera somatória de fatos” (Rodriguez, 2010, p. 36). Com isso nos propomos, enquanto pesquisadores da História da Educação, a contribuir com o resgate da memória da instrução pública da capital paraense durante a Primeira República, para que possamos compreender melhor a educação do século XXI.

Esta pesquisa foi estruturada em cinco partes, sendo a primeira esta introdução, na qual buscamos apresentar ao leitor a natureza da pesquisa e o que pretendemos com ela, expondo a trajetória para a sua elaboração, o percurso da investigação, com um apanhado geral sobre o corpus documental e o procedimento metodológico utilizado para a coleta e análise dos dados.

Na primeira seção, é realizada um retrospecto do contexto político, econômico, social e educacional da Primeira República nacional e local, perpassando pelas reformas educacionais, o projeto republicano de educação, as instituições escolares da época e a constituição da identidade da nação brasileira no entresséculos.

Na segunda seção, denominada “Da idealização à concretização: a criação do Instituto Cívico-Jurídico Paes de Carvalho”, tratamos inicialmente da difusão e propagação da ideia de criação de uma instituição voltada para conhecimentos cívicos e jurídicos, tendo como um dos principais defensores e idealizadores Virgílio de Oliveira, até o efetivo surgimento deste espaço propagador dos ideais republicanos.

Já na terceira seção, realizamos a análise histórica do processo de implementação do

ICJPC, fazendo contraponto entre os ideais republicanos em defesa de um ensino cívico-jurídico e as teorias, as fontes e as categorias gramscianas.

Por fim, nas considerações finais, respondemos aos objetivos da pesquisa, relacionando a criação do Instituto Cívico-Jurídico Paes de Carvalho com o ideário republicano para a instrução e o contexto existente à época.

## **1 UM RETROSPECTO DO CONTEXTO POLÍTICO, ECONÔMICO, SOCIAL E EDUCACIONAL DA PRIMEIRA REPÚBLICA**

A Primeira República Brasileira, que se estendeu de 1889 a 1930, foi um período de transformações políticas, econômicas e sociais. A mudança do Império para a República trouxe novas dinâmicas de poder, alterações nas estruturas econômicas e redefinições sociais que moldaram o Brasil moderno. Nesta seção, buscamos explorar o contexto político, econômico, social e educacional do Brasil e do município de Belém, destacando os principais eventos e processos que marcaram esse período histórico.

### **1.1 O cenário nacional**

A segunda metade do século XIX no Brasil foi um período de profundas modificações, como a abolição da escravatura em 1888, com a Lei Áurea, que intensificou as tensões entre os setores agrários escravocratas e o governo imperial. Segundo Barman (2012), a Lei Áurea sintetiza o que foi a atuação política de D. Pedro II, fazendo a seguinte comparação

se D. Pedro II tivesse falecido no momento em que a lei da abolição da escravatura foi promulgada, a medida seria agora considerada a suprema realização de um reinado dedicado ao progresso e à justiça. Em vez disso, a Lei Áurea é geralmente tida como um ato precipitado que alienou os proprietários de terras e, por conseguinte, derrubou o Império (Barman, 2012, p. 562).

Além disso, o crescimento do movimento republicano, inspirado pelas ideias positivistas e liberais, questionava a legitimidade da Monarquia, uma vez que “os republicanos advogavam por um sistema político que refletisse a modernização pela qual o país passava, promovendo valores como a cidadania e o progresso” (Carvalho, 2004, p. 45).

O contexto político foi marcado pela Proclamação da República em 15 de novembro de 1889, que, cronologicamente, representou o fim da Monarquia e o início de um novo regime político no Brasil. Este evento culminou após várias tensões sociais, políticas e econômicas que se acumulavam desde a metade do século XIX. Sendo assim, a República foi imposta por meio de

um golpe de Estado liderado pelo Marechal Deodoro da Fonseca, era derrubado, em 15 de novembro de 1889, o Gabinete Ouro Preto e com ele a Monarquia. No mesmo dia já era escolhido o primeiro ministério republicano e no dia imediato eram divulgados o manifesto do novo governo e o primeiro decreto constitutivo do novo regime. Neste decreto, redigido por Rui Barbosa era proclamada provisoriamente a

República Federativa, as antigas províncias do Império sendo transformadas em Estados com poder de decretar a sua própria Constituição e de eleger os seus corpos deliberantes e os seus governos (Saes, 2005, p. 17).

O golpe que instaurou a República foi liderado por setores do Exército Brasileiro, insatisfeitos com o tratamento recebido pelo governo imperial. A figura central desse movimento foi o Marechal Deodoro da Fonseca, que, em uma madrugada turbulenta, liderou as tropas que marcharam até o quartel-general do Exército no Rio de Janeiro e exigiram a abdicação de Dom Pedro II.

De acordo com Lira Neto (2013),

o Marechal Deodoro, apesar de sua lealdade inicial ao Imperador, foi convencido a liderar o movimento republicano, em grande parte devido à pressão de seus colegas militares e à deterioração de sua própria saúde, que o tornava mais suscetível à influência de seus pares (Lira Neto, 2013, p. 198).

Proclamada a República, uma junta provisória de governo foi estabelecida. Dom Pedro II, surpreendido pela rapidez dos acontecimentos, foi exilado junto com sua família para a Europa, de modo que a instalação da República trouxe consequências imediatas e mudanças significativas para o Brasil (Lira Neto, 2013).

A Constituição de 1891 estabeleceu um governo federalista e secular, marcando uma ruptura com as estruturas monárquicas. Para Carvalho (2004, p. 87), “a nova Constituição buscou alinhar o Brasil às nações republicanas modernas, consolidando direitos civis e políticos, embora estes fossem, na prática, limitados a uma parcela da população”.

Tal Constituição estabeleceu uma república federativa presidencialista, dividindo o poder entre o governo federal e os estados. De acordo com Carvalho (1990), este instrumento tinha por finalidade equilibrar os poderes, contudo, o poder executivo assumiu um papel preponderante.

O período inicial da República, conhecido como República da Espada (1889-1894), foi dominado por militares. Deodoro da Fonseca e seu sucessor, Floriano Peixoto, enfrentaram desafios significativos para consolidar o regime republicano, incluindo revoltas, como a Revolução Federalista<sup>4</sup> no Sul do Brasil e a Revolta da Armada<sup>5</sup> no Rio de Janeiro.

---

<sup>4</sup> A Revolução Federalista, ocorrida entre 1893 e 1895, foi um conflito armado no sul do Brasil que teve como principal palco o estado do Rio Grande do Sul, estendendo-se para Santa Catarina e Paraná. A guerra civil resultou de tensões políticas entre dois grupos principais: os republicanos centralizadores, liderados por Júlio de Castilhos, que apoiavam uma constituição rígida e centralizada, e os federalistas, liderados por Gaspar Silveira Martins, que defendiam maior autonomia estadual e um modelo federalista para o Brasil. O conflito resultou em milhares de mortes e teve um impacto significativo na política e sociedade do sul do Brasil, consolidando a influência dos republicanos castilhistas na região.

<sup>5</sup> A Revolta da Armada, ocorrida entre 1893 e 1894, foi um dos mais importantes movimentos de contestação ao

A partir de 1894, com a ascensão de Prudente de Morais, a República passou a ser dominada por civis, inaugurando a chamada República Oligárquica ou República dos Coronéis. A “política dos governadores”<sup>6</sup> tornou-se um mecanismo central de governabilidade, no qual o governo federal mantinha uma aliança com os governos estaduais para garantir a estabilidade política.

Em troca de apoio político, o governo federal permitia que os governadores controlassem as eleições em seus estados, fortalecendo o poder local dos coronéis – líderes políticos regionais que exerciam grande influência sobre seus eleitorados. O coronelismo, conforme Fausto (1999), foi uma das estruturas políticas da República, o que refletiu na continuidade do poder oligárquico e em um processo de modernização limitada.

A economia da Primeira República foi amplamente baseada na agricultura, com ênfase nas exportações de produtos como café, borracha, cacau e açúcar. O café, em particular, tornou-se o principal produto de exportação, representando uma grande parte da economia brasileira. Furtado (2007) destaca que, durante a Primeira República, a mola propulsora da economia brasileira foi a produção cafeeira, que sustentou a balança comercial, influenciando as políticas econômicas do período em questão.

O sistema de *plantation*<sup>7</sup>, caracterizado por grandes propriedades agrícolas e trabalho extensivo, dominou a produção. Os barões do café, principalmente em São Paulo, exerceram grande influência política e econômica, utilizando sua riqueza para moldar a política nacional.

Embora a economia agrícola predominasse, tivemos na Primeira República também as

---

governo republicano no Brasil. Ela teve início no contexto da Primeira República, caracterizada por uma intensa disputa política entre as facções militares e civis. A revolta foi liderada por oficiais da Marinha insatisfeitos com o governo do presidente Floriano Peixoto, acusando-o de autoritarismo e de não respeitar as normas constitucionais após a renúncia de Deodoro da Fonseca. O conflito envolveu uma série de combates navais e terrestres, especialmente na Baía de Guanabara, no Rio de Janeiro, e resultou em um significativo desgaste para o governo federal. A revolta foi reprimida com rigor pelas forças leais a Floriano Peixoto, consolidando seu poder e reforçando a centralização do governo republicano.

<sup>6</sup> A Política dos Governadores, também chamada de pacto Campos Sales, tornou-se um símbolo do que seria a dinâmica da política na Primeira República. Segundo Ricci e Zulini (2013) a política dos governadores seria um acordo do presidente da república “com os governos estaduais, comprometendo-se a respeitar o poder das oligarquias locais desde que as mesmas lhe garantissem apoio incondicional nas grandes questões legislativas, de âmbito nacional, apreciadas no Congresso. A reforma do regimento interno da Câmara dos Deputados asseguraria o reconhecimento, na Casa, dos indicados pelos governadores – deferindo, neste sentido, a influência e as decisões do localismo no mercado político que o circunscrevia. Consolidar-se-ia também por essa via o poder do presidente da República na condução da agenda nacional, sempre apoiado pelas forças regionais” (Ricci; Zulini, 2013, p. 1).

<sup>7</sup> O conceito de *plantation* utilizado neste texto foi o usado por Diégues Júnior (1958), que baseia seus estudos nas características dadas a esse tipo de exploração da terra por Lynn Smith; segundo autor, o sistema de *plantation* consiste na concentração da propriedade da terra, na especialização em empresa monocultora, no controle de muitos trabalhadores e na especialização por tarefas na distribuição das atividades internas da empresa. Diégues Júnior (1958) completa sua conceituação com o sentido dado por Leo Waibel, acrescentado a característica do beneficiamento dos produtos agrícolas cultivados, mesmo que de forma rudimentar, para valorizá-los no mercado importador.

primeiras iniciativas fabris. A substituição de importações durante a Primeira Guerra Mundial estimulou o crescimento de indústrias nascentes, particularmente em São Paulo. Setores, como têxtil, alimentos e metalurgia, começaram a se desenvolver, ainda que de forma limitada em comparação com a agricultura.

A urbanização foi outro fenômeno importante, com cidades como Rio de Janeiro e São Paulo experimentando crescimento populacional e modernização. O desenvolvimento urbano trouxe melhorias na infraestrutura, como eletricidade, saneamento básico e transporte público, embora esses benefícios fossem desigualmente distribuídos.

A economia também enfrentou crises significativas, a exemplo da crise do encilhamento<sup>8</sup> (1890-1892), causada por especulações financeiras e políticas monetárias inflacionárias, que resultou em uma grave recessão. As flutuações nos preços do café e a dependência de mercados externos tornaram a economia vulnerável a crises internacionais (Furtado, 2007).

Em resposta às crises, o governo adotou políticas intervencionistas, como o Convênio de Taubaté<sup>9</sup> (1906), que buscou estabilizar os preços do café através da compra de excedentes pelo governo. Essas políticas refletiam a crescente percepção de que o Estado precisava desempenhar um papel mais ativo na economia.

Durante esse período a sociedade brasileira foi marcada por profundas desigualdades sociais. A abolição da escravatura em 1888 não resultou em integração socioeconômica para os ex-escravizados, que continuaram a enfrentar discriminação e pobreza. A estrutura social

---

<sup>8</sup> A crise do Encilhamento, ocorrida entre 1890 e 1891, foi uma grave crise econômica no Brasil provocada pela política do então Ministro da Fazenda, Rui Barbosa, que incentivou a emissão de papel-moeda sem lastro em ouro para estimular a industrialização. Essa medida levou a uma intensa especulação financeira, criando uma bolha especulativa com a formação de muitas empresas fictícias. O colapso resultante gerou inflação, falências em massa e profunda desconfiança no sistema bancário. Segundo Almeida e Croce (2016) “O Encilhamento foi caracterizado por momentos de euforia no mercado, com grande volume de negociações e abertura de capitais nas bolsas de valores, além da criação de inúmeros bancos. A maneira como foi levada a política monetária brasileira e as grandes fraudes no mercado foram responsáveis por um período de retração econômica, inflação e quebra de diversas instituições financeiras, o que caracterizou uma das maiores crises financeiras do país, tendo como palco central a capital, Rio de Janeiro, e a próspera São Paulo [atingindo outras regiões, como mostra Croce (2008)]. O modo como se relaciona essa conjuntura às modificações na arquitetura social brasileira, que têm seu ápice na abolição da escravatura, é a que se dedica esse trabalho” (Almeida; Croce, 2016, p. 20).

<sup>9</sup> O Convênio de Taubaté, firmado em 1906, foi um acordo celebrado entre os estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, com o objetivo de estabilizar o mercado cafeeiro e proteger os interesses dos cafeicultores brasileiros diante da crise de superprodução e queda nos preços internacionais do café. O acordo previa a intervenção estatal para a compra do excedente da produção de café, a fim de evitar a desvalorização do produto no mercado externo. Além disso, determinou a criação de um fundo financeiro, alimentado por empréstimos internacionais e garantido pela emissão de títulos públicos, para financiar a compra e o armazenamento do café excedente. De acordo com Andrade (2019), “ainda que o Convênio de Taubaté não tenha sido executado nos moldes propostos inicialmente, sua discussão e aprovação pelo Congresso ilustra a competição política da época, dentro dos padrões de uma República nascente, oligárquica, e com predominância dos estados do Sudeste, o que não anulava os conflitos e a contestação por parte de outros atores, embora minoritários, importantes no cenário político nacional” (Andrade, 2019, p. 273).

permaneceu hierárquica, com uma elite agrária dominante e uma grande massa de trabalhadores rurais e urbanos marginalizados.

A imigração europeia foi incentivada como uma solução para a falta de mão de obra nas fazendas de café e para o “branqueamento”<sup>10</sup> da população. Imigrantes italianos, portugueses, espanhóis e alemães, entre outros, vieram em grande número, contribuindo para a diversidade cultural e econômica, mas também enfrentando exploração e dificuldades.

O início dos processos de industrialização e de urbanização trouxeram consigo o crescimento da classe trabalhadora urbana e o surgimento de movimentos trabalhistas. As condições de trabalho nas fábricas eram geralmente precárias, com longas jornadas, baixos salários e falta de segurança. Essas condições levaram à formação de sindicatos e à organização de greves; este movimento operário foi crucial para a conquista de melhores condições de trabalho e para a formação de uma consciência de classe (Sevcenko, 2003).

No tocante à educação, o período da Primeira República proporcionou reformas significativas, embora ainda estivesse longe de ser acessível a toda a população. O governo republicano promoveu a expansão do ensino público e a modernização do currículo, com ênfase na educação cívica e na formação de uma cidadania republicana. No entanto, o analfabetismo permaneceu alto, especialmente nas áreas rurais. Segundo Romanelli (1993), mesmo que a educação republicana tivesse o objetivo de formar cidadãos, havia o entrave da infraestrutura precária e da dificuldade do acesso.

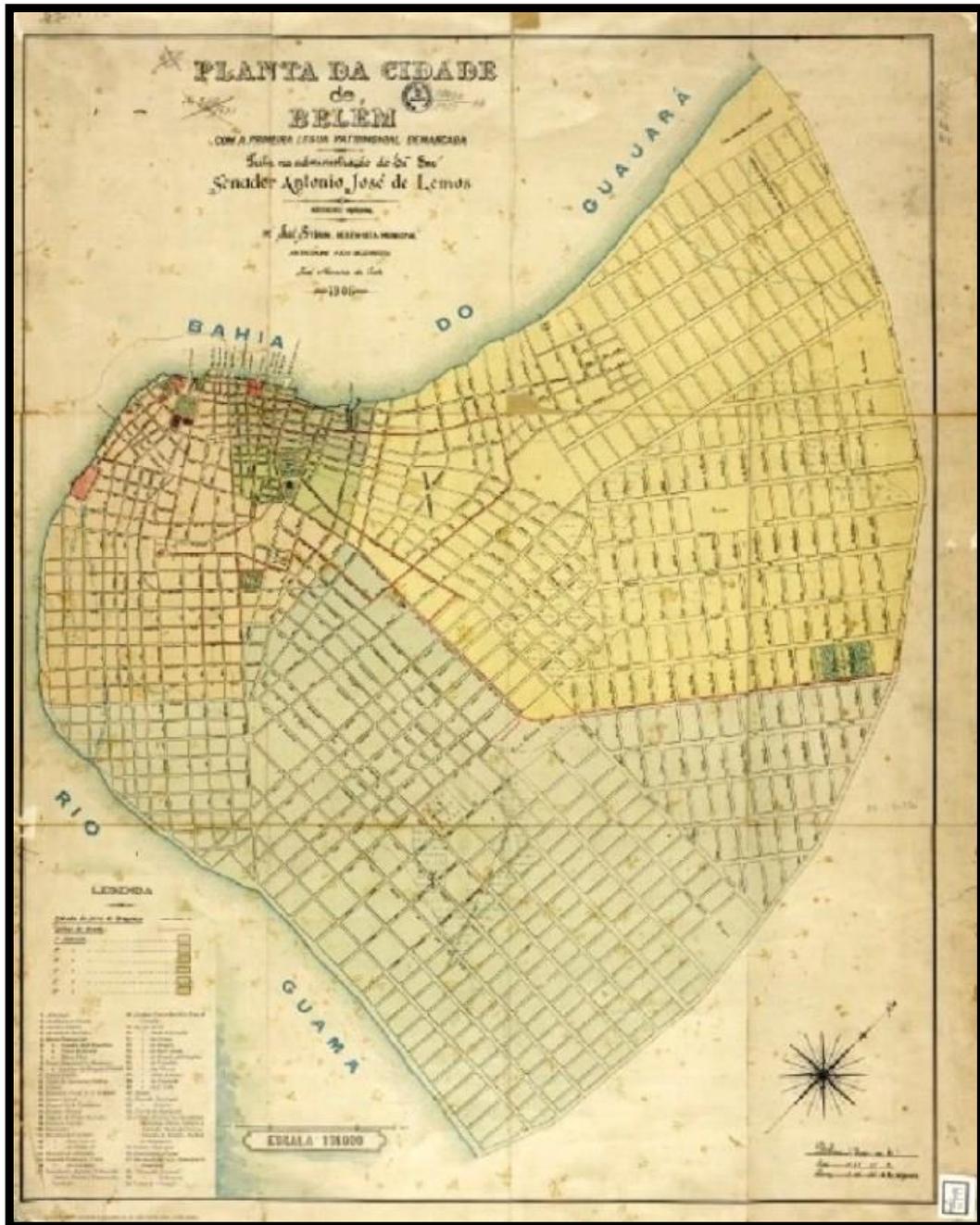
## **1.2 O cenário local: o município de Belém**

Como já dissemos, a Primeira República foi um período de muitas mudanças que ocorreram em diversas regiões do Brasil, incluindo o município de Belém do Pará. Situada na região Norte, Belém foi um importante centro econômico e cultural, especialmente durante o ciclo da borracha.

---

<sup>10</sup> Teoria brasileira “[...] aceita pela maior parte da elite brasileira nos anos que vão de 1889 a 1914, era peculiar ao Brasil [...] baseava-se na presunção branca, às vezes, pelo uso dos eufemismos ‘raça mais adiantada’ e menos ‘adiantada’ e pelo fato de ficar em aberto a questão de ser a inferioridade inata. À suposição inicial, juntavam-se mais duas. Primeiro – a população negra diminuía progressivamente em relação à branca por motivos que incluíam a suposta taxa de natalidade mais baixa, a maior incidência de doenças e a desorganização social. Segundo – a miscigenação produzia “naturalmente” uma população mais clara, em parte porque o gene branco era mais forte e em parte porque as pessoas procurassem parceiros mais claros que elas” (Skidmore, 1989, p. 81).

**Figura 1** - Planta da cidade de Belém (1905)



Fonte: Pará (1998, p. 28).

Na imagem vemos uma planta da cidade de Belém, capital do estado do Pará, com a primeira légua patrimonial demarcada, feita na administração de Antônio Lemos por José Sydrim, desenhista municipal, auxiliado por José Moreira da Costa, no ano de 1905. Geograficamente, a cidade situa-se às margens da Baía do Guajará, que é formada pelos rios Guamá, Acará e Moju. Belém está próxima da foz do Rio Amazonas, o maior rio do mundo em volume de água, sendo a cidade um importante porto de entrada para a Amazônia.

De acordo com Pantoja (2021), a cidade de Belém no ano em questão estava dividida em seis distritos e possuía uma área total de 40.156.568m<sup>2</sup>; destas, 24.103.972m<sup>2</sup> eram áreas edificadas, “o que correspondia a 53 ruas e avenidas, 52 travessas, um número incalculável de ‘corredores’ e pequenos caminhos, 22 largos, 790 construções assobradadas, inclusive palacetes, 9.152 prédios, 2.600 pequenas casas e 11 trapiches e portos” (Nunes *apud* Pantoja, 2021, p. 51).

Nas palavras de Rocque (1996), a instauração da República em Belém não apresentou grande oposição, assim como o restante do país:

o povo foi às ruas, movido pela natural curiosidade; as tropas acataram às instruções vindas do Rio; e os republicanos locais, como no resto do país uma minoria, viram-se, de repente, transformados em senhores da situação (Rocque, 1996, p. 93).

Com os republicanos assumindo o poder, o quadro político da nação foi passando por um processo de reorganização. Assim, os políticos que compunham ao Partido Liberal (PL) e ao Partido Conservador (PC) se uniram para formar o Partido Republicano Democrático (PRD). Nesse contexto, destacamos a figura de Antônio Lemos, que fazia parte do Partido Republicano do Pará (PRP), o qual representava os republicanos históricos que defendiam abertamente o regime republicano antes mesmo de sua instauração. Mesmo tendo sido membro do PL durante o período monárquico, Antônio Lemos optou por se filiar ao PRP, evidenciado assim o caráter político e ideológico do futuro intendente (Farias, 2005 *apud* Coimbra, 2013).

Nesse sentido, com a mudança de regime, a elite política e econômica passou anos alimentando um imaginário europeu, buscando refletir nos espaços urbanísticos e sociais elementos que remetesse às cidades europeias. No Pará, a elite recém-enriquecida com indústria do látex promoveu uma série de mudanças, buscando se aproximar dos ideais de modernidade e civilidade da Europa.

Esse período, chamado pela historiografia de *belle époque*<sup>11</sup>, podemos compreender

---

<sup>11</sup> A Belle Époque em Belém do Pará, ocorrida entre o final do século XIX e o início do século XX, foi um período de notável transformação e modernização impulsionadas pelo auge do ciclo da borracha. Durante essa época, Belém experimentou um grande desenvolvimento urbano e cultural, com a construção de edifícios imponentes e a implementação de novas tecnologias, como a introdução de bondes elétricos, iluminação pública a vapor e, posteriormente, a eletricidade. Arquitetonicamente, ocorreu a construção de marcos emblemáticos como o Theatro da Paz, o Palácio Lauro Sodré e o Mercado Ver-o-Peso, que refletiam a influência do estilo Art Nouveau e do neoclassicismo europeu. Culturalmente, a Belle Époque também se destacou pela efervescência artística e intelectual, com a promoção de eventos culturais, concertos e exposições que atraíam a elite local e internacional. Além disso, houve um crescimento significativo de jornais e revistas que fomentavam o debate público e a disseminação de novas ideias. A influência europeia era evidente não apenas na arquitetura, como nos hábitos e costumes da sociedade belenense, que buscava imitar o estilo de vida parisiense. Contudo, este período de opulência coexistiu com profundas desigualdades sociais, onde a riqueza gerada pela borracha contrastava com a pobreza da maioria da população. De acordo com o antropólogo Samuel Benchimol (1992),

como o esforço histórico para erguer a nação real, cujas bases fundamentais residiam no território de um país imaginário (Coelho, 2011).

Sarges (1998) destaca que o pensamento positivista da época e o movimento urbanizador foram essenciais na configuração da administração de Antônio Lemos, sendo ele uma figura proeminente no cenário político-administrativo da capital paraense, destacando-se como um político incisivo. Durante os quase 14 anos de governo de Antônio Lemos, as mudanças implementadas conferiram à cidade um status comparável ao de “Paris na América”, com suas transformações urbanísticas inspiradas na Europa, refletindo os anseios da burguesia da borracha, embora também servissem para mascarar a pobreza e as desigualdades sociais enfrentadas pela população menos favorecida.

Uma das marcas do governo republicano foi a ascensão do modelo federalista, no qual os intendentess passam a desempenhar um papel decisivo na administração local. No caso de Belém, em especial no período deste trabalho, Antônio Lemos era quem ocupava esse lugar, estando ligado diretamente ao processo de desenvolvimento do município.

Logo, cabe examinar a trajetória política do intendente e suas ações para com a cidade. O caminho para a escalada lemistista iniciou em 1897, quando, com seu constante crescimento dentro do partido, lançou-se a candidato ao cargo de intendente, não podendo ter objeções, pois possuía uma folha de serviços muito grande prestados e era dono do maior jornal do município, *A Província do Pará* (Rocque, 1996).

Coimbra (2013) relata que, nesse período inicial, após Lauro Sodré deixar o Partido Republicano do Pará (PRP) para se juntar ao Partido Republicano Federal (PRF), ocorre o apoio do PRF a Prudente de Moraes, acirrando a disputa política no estado, sendo dividido entre os grupos “lauristas” e “lemistas”, liderados por Lauro Sodré e Antônio Lemos, respectivamente. Este processo de cisão que aconteceu no antigo partido de Lauro Sodré possibilitou a Antônio Lemos consolidar seu poder local.

Antônio Lemos assume em 18 de novembro de 1897 como intendente do município de Belém. Então, encontrou uma cidade que se distanciava muito dos padrões europeus que almejava, iniciando uma série de implementações visando transformar a capital. As obras que ele promoveu não se restringiriam apenas aos limites da cidade, ele procurou promovê-las através da publicação de seus relatórios (Sarges, 1998). Essa abordagem demonstra o caráter de uma das características de seu governo, que, além de viabilizar as mudanças na cidade, utilizava-se de estratégias de comunicação para destacar suas ações políticas.

---

esse período foi marcado pela dualidade, que tinha em lados opostos uma cidade moderna e cosmopolita e do outro marcas de uma sociedade profundamente desigual.

Em parte, os avanços proporcionados pelo Intendente foram implementados em meio à dualidade existente para com a sociedade da época, que, por um lado, tinha a rica burguesia da borracha alocada nos centros, recebendo os avanços estruturais, urbanísticos e educacionais, e, por outro, a população periférica próxima às áreas alagadas e distante dessas transformações. A colocação de Ana Luz Marinho Gonçalves nos esclarece acerca desta “dualidade”:

As principais cidades amazônicas do ciclo da borracha apresentavam contrastes sociais que representavam o paradoxo luxo da burguesia consumidora de produtos, e do outro, miséria e prostituição vividas pelas margens da sociedade da época. A cidade, ao mesmo tempo em que expressava fascínio, configurava seu processo de transformação ao lado de configurações inferiores de vida (Gonçalves, 2022, p. 10).

A gestão de Antônio Lemos não esteve livre de controvérsias e oposição. Seu jornal, *A Província do Pará*, e mais tarde *O Jornal*, até o rompimento em 1911 com João Coelho, eram utilizados para fortalecer sua posição política e atacar as políticas partidárias da oposição (Rocque, 1996). Em contrapartida, a oposição política, na figura de Lauro Sodré e efetivada por Cypriano Santos e Firmo Braga, redatores do jornal *Folha do Norte*, propagavam em suas colunas uma série de denúncias e severas críticas à administração do intendente (Coimbra, 2013), tal como aos relatórios produzidos, sendo vistos como artigos luxuosos e de gasto público.

É nesse cenário que o jornal *Folha do Norte* cresce em meio à tensão, intensificando suas denúncias a respeito da política de Antônio Lemos, mostrando as concessões políticas das alianças por ele formadas e os gastos com seu projeto para a cidade.

Nesse sentindo, Lemos não buscava apenas produzir sua imagem pelo jornal local, como também se utilizava de outros artifícios, distribuindo os relatórios produzidos para representantes das embaixadas estrangeiras, instituições e autoridades locais como bem destaca Sarges:

observa-se a “fabricação” de uma imagem que deveria extrapolar as fronteiras da cidade, do Estado e do país, como forma de adquirir a mesma importância dos chefes das nações ditas civilizadas e, até certo ponto, era também a maneira que o intendente encontra para fazer a propaganda de sua administração (Sarges, 1998, p. 121).

Desta forma, podemos observar que Antônio Lemos buscava gerenciar sua imagem não apenas localmente, mas também internacionalmente, visando aumentar o status da cidade que ele almejava. As publicações do Intendente constituem o mais abrangente documentário de Belém daquela época, destacando-se não apenas pelo texto, mas também pelas formas, plantas e gráficos incluídos (Rocque, 1996).

Além disso, o Intendente buscava com seus relatórios modificar a visão ultrapassada que se tinha sobre o Pará, que colocava a população como “inculta, seminua e moradora de habitações lacustres” (Sarges, 1998, p. 124). Tal situação é complementada pela autora ao expor que, na produção do *Álbum de Belém*, enfatizou-se a exposição de imagens que remetessem às cidades europeias, excluindo os ribeirinhos que viviam nas palafitas ao redor da cidade. Nas palavras da autora, “desprezando-se, por outro lado, todos os outros componentes que poderiam caracterizar uma cidade Amazônica” (Sarges, 1998, p. 125).

Para além disso, entre os pontos importantes da administração de Antônio Lemos, destacamos a iniciativa de limpeza da cidade, que envolveu a contratação de uma nova empresa para realizar os serviços, bem como a construção de um sofisticado forno crematório, com um sistema avançado de tratamento de gases, visando o bem-estar da população. Este empreendimento teve impacto não apenas durante o mandato do intendente, mas também posteriormente (Rocque, 1996).

Outra medida importante foi a criação do asilo de mendicidade, que resultou na proibição da prática da mendicância na cidade, levando a uma redução significativa do número de mendigos por um período considerável. Além disso, ocorre a implementação do necrotério público, a expansão da arborização urbana, com preferência pelas mangueiras, e a modernização do mercado de ferro do Ver-o-Peso (Rocque, 1996).

Tem-se também a construção do bairro do Marco, um dos marcos mais significativos dos primeiros cinco anos da gestão, tendo o intendente liderado o projeto de elevação do bairro, prevendo a expansão urbana para essa área, demonstrando assim sua visão urbanista. Adicionalmente, as medidas de introduzir bondes elétricos e a melhoria da iluminação pública, o calçamento de ruas, a construção de praças e quiosques e a implementação da rede geral de esgotos foram outras medidas marcantes da administração de Lemos (Rocque, 1996).

Por fim, um dos grandes projetos de Antônio Lemos foi o Orfanato Paraense, que mais tarde levaria o nome do gestor. Consta no relatório da Intendência de 1901, o desejo do Intendente de transformar o antigo orfanato em uma natureza municipal, colocando-o em um local mais distante da capital e de seus subúrbios, que oferecesse, segundo palavras do próprio Intendente, condições mais adequadas para a educação das crianças órfãs.

Acerca da aliança estratégica existente entre Antônio Lemos e os outros intendentos dos municípios do Pará, Coimbra (2013) comenta que foi um dos pilares fundamentais do seu poder. A autora ressalta que isso se refletia na gestão do Intendente, ao não ter apenas um apoio vindo da capital, mas também de outras áreas geográficas mais distantes, estendendo sua influência política e financeira para além dos limites da cidade.

Sarges (1998) apresenta que, em 1900, mesmo enfrentando os lauristas, Antônio Lemos conseguiu reeleger-se intendente e obteve uma maioria significativa na Câmara Municipal, indicando uma aparente consolidação do PRP. No entanto, a inauguração do monumento do Frei Caetano Brandão desencadeou uma série de eventos que mudaram drasticamente o panorama político paraense, eventualmente levando à renúncia do Intendente em 1911.

Diante do exposto, podemos inferir que Antônio Lemos foi uma figura central na política local durante período que foi intendente de Belém (1897 a 1911). Além do que, o Intendente governou o município no auge do ciclo da borracha (1890-1910), o que impactou profundamente a economia da cidade de Belém, tornando-a um dos principais centros de exportação de borracha, atraindo comerciantes, investidores e trabalhadores. A prosperidade econômica desse período resultou em um crescimento urbano e em investimentos significativos em infraestrutura.

De acordo com Weinstein (1993), este ciclo tornou a capital paraense em um espaço de dinamismo econômico e com uma elite local enriquecida pela exportação do látex. A riqueza gerada pela borracha permitiu a construção de edifícios imponentes, como o Theatro da Paz e a introdução de tecnologias modernas, como a iluminação elétrica.

Durante a gestão de Antônio Lemos, diversas reformas urbanas foram implementadas, as quais, segundo Benchimol (1992), apresentaram um duplo objetivo, primeiro de melhorar a condição de vida da população com a pavimentação de ruas, a construção de praças e a melhoria dos serviços de saneamento, mas também de afirmar o prestígio da elite local. Para além da modernização da infraestrutura urbana, essas iniciativas proporcionaram o controle social e a promoção de uma imagem civilizada da cidade.

Em suma, a primeira década da Primeira República foi um período de transformações significativas para o município de Belém do Pará. Sob a liderança de Antônio Lemos, a cidade passou por um processo de modernização urbana que buscava alinhar a capital paraense aos modelos europeus de civilidade e progresso.

À vista disso, o estudo do contexto de Belém durante a Primeira República nos permitiu verificar a complexidade desse período e a importância de compreender suas dinâmicas para entender o desenvolvimento histórico da cidade e da região Norte do Brasil. As iniciativas de modernização e as transformações econômicas e sociais que ocorreram em Belém durante esse período deixaram um legado que continuou a influenciar a trajetória da cidade nas décadas seguintes.

### 1.3 O projeto de educação e a constituição da identidade da nação brasileira no entresséculos

Para compreendermos o projeto educacional na Primeira República, faz-se necessária uma breve recuperação sobre o que se entende por projeto de educação da modernidade. Para este entendimento, situamos cronologicamente a distinção entre período moderno e período contemporâneo. A idade moderna é tradicionalmente caracterizada pelo período que vai até Revolução Francesa e está diretamente ligada aos ideais iluministas de declaração dos direitos do homem e do cidadão. Posteriormente, inicia-se a idade contemporânea, que perdura até a atualidade, referindo-se aos ideais liberais de igualdade, liberdade e fraternidade, e a suas revoluções.

Desde a Revolução Francesa foram apregoados os ideais da escola pública, laica e gratuita; segundo Boto (2003), estes princípios democráticos foram traçados no Relatório elaborado por Condorcet, que à época fora nomeado presidente do Comitê de Instrução Pública da Assembleia Legislativa Francesa. Ainda de acordo com a autora, o marquês de Condorcet percebeu a “oportunidade de elaborar um traçado de escolarização capaz de, por um lado, fazer justiça para as camadas menos privilegiadas da população, e ser, ao mesmo tempo, racionalmente projetado” (Boto, 2003, p. 741).

A partir desse plano seria possível, de forma progressiva, equalizar as oportunidades de acesso à escola; entretanto, naquela oportunidade o projeto não foi aplicado, ainda que tenha exercido muita influência. Por conseguinte, já no século XIX, tornou-se “uma referência transnacional, pautando, como modelo, projetos e parâmetros reformadores da instrução pública nos mais variados países do continente europeu (e, inclusive, na América Latina muito particularmente no Brasil)” (Boto, 2003, p. 741).

O tema da instrução pública perpassava pelo imaginário que procurava prever o novo homem a ser formado para aquela nova pátria que se constituía, de modo que a escolarização despontava como um dos meios prioritários na construção da nacionalidade. Esse plano estava no contexto do Iluminismo, também conhecido como Século da Luz, que ganhou este título por ter alimentado a ideia de a educação ser responsável por retirar o indivíduo da menoridade, utilizando um termo kantiano, no qual a

menoridade é a incapacidade de fazer uso de seu entendimento sem a direção de outro indivíduo. O homem é o próprio culpado dessa menoridade se a causa dela não se encontra na falta de entendimento, mas na falta de decisão e coragem de servir-se

de si mesmo sem a direção de outrem. *Sapere aude*<sup>12</sup>! Tem coragem de fazer uso de teu próprio entendimento, tal é o lema do esclarecimento (Kant, 2005, p. 63-64).

Assim, de modo sucinto, o Iluminismo “rejeitou explicitamente as ideias e instituições do passado medieval e articulou as normas essenciais da modernidade” (Perry, 2002, p. 282), enquanto os iluministas foram os “promotores desse novo pensamento [e] queriam levar luzes a todos, pois estavam convencidos de que serviriam ao bem de todos: o conhecimento é libertador, eis o postulado” (Todorov, 2008, p. 17).

Esses princípios tornaram-se uma referência pedagógica, mas não se propagaram de forma homogênea por todos os países e regiões em que circularam. No Brasil, com a Independência e depois com a República, os educadores e reformadores da Primeira República apropriaram-se dos ideais da modernidade projetados no século XVIII e os adequaram para aquele momento histórico como subsídios para a construção de um projeto educacional em defesa da escola pública, universal e gratuita.

O projeto republicano de educação teve pontos de convergências com este plano maior estabelecido desde a Revolução Francesa, porém, também se diferenciou em decorrência de questões históricas existentes na contemporaneidade, além da própria singularidade do contexto cultural do Brasil.

No discurso daqueles que implantaram, no Brasil, o novo regime político em 1889, era preciso, além da justificação racional do poder, a fim de legitimar a República, construir uma nação pautada em valores que demonstrassem estar em definitivo sintonizados com as mudanças que o mundo moderno apresentava. Esse discurso, sem dúvida, sofreu o impacto de concepções elaboradas a partir das experiências civilizatórias norte-americana e européia, que inspiravam os políticos e intelectuais na construção de argumentos discursivos e práticas que enalteciam a República (Bencostta, 2001, p. 104).

As pesquisas históricas apontam para o fato de que as discussões envolvendo a escola pública são anteriores à República, contudo, nosso recorte temporal é específico no entresséculos, razão para nos limitarmos a este período. A Primeira República foi marcada por inúmeras reformas no âmbito da instrução pública, mas com resultados pouco abrangentes, que não alcançavam efetivamente o cerne do problema social brasileiro, que, para muitos intelectuais da época, era o analfabetismo. Couto (1925) comparava o analfabetismo com uma doença grave, na qual o “[...] analfabeto contrapõe o peso morto de sua indolência ou o peso vivo de sua rebelião a toda ideia de progresso [...]” (Couto, 1925, p. 701).

---

<sup>12</sup> “Literalmente, o termo latino *sapere aude* significa ouse saber, atreva-se saber. É esse atrevimento investigativo que impulsiona o saber. Essa ousadia de saber é encontrada em diversas épocas da filosofia. Com os pré-socráticos, quando questionam a forma mítica de responder o mundo, no mundo medieval ao organizar o pensamento cristão a luz da razão, mais evidentemente a ousadia torna-se lema do iluminismo” (Silva Filho, 2018, p. 14).

Em outras palavras Couto (1925) considerava que o analfabeto seria inerte diante do pensamento em prol do progresso, daí a relevância dada pelos intelectuais à educação como mola propulsora para gerar uma alteração da mentalidade da população, edificando valores civis e republicanos, galgando a construção de uma nação unitária. Esse discurso fica mais evidente quando analisamos as reformas educacionais realizadas na Primeira República e nos debruçamos na legislação educacional “como um corpus documental que permite perceber e compreender o processo da instalação do sistema escolar no país e as modificações referentes às políticas educacionais implementadas [...]” (Stamatto, 2012, p. 280).

Vale frisar que, mesmo com a propagação da ideia de instrução para todos e a preocupação dos intelectuais de resgatar a população do analfabetismo, a legislação educacional vinculava o Estado à classe dominante. Por essa razão, há a necessidade de analisar o documento oficial a partir de suas representações sociais, levando em consideração o ordenamento jurídico frente aos aspectos políticos, econômico e sociais. Isso, porque o Estado é resultado das relações sociais, na mediação das

[...] relações entre classes hierarquizadas, ele ganha vinculações mais ou menos estreitas com a classe dominante. Constitui-se nessas relações como órgão das classes dirigentes. Mas não perde nunca o seu caráter de produto das relações de classes antagônicas (Ianni, 1989, p. 117-118).

Na análise dos documentos oficiais, como relatórios, atas, artigos de periódicos, ofícios, pareceres, dados estatísticos, compêndios, regulamentos, entre outras diversificadas fontes, o que podemos observar como semelhança é a preocupação dos intelectuais e políticos da época com a resistência de muitos em aderir ao projeto de uma nova cultura para o progresso. Mesmo com essa certa repulsa, o discurso a favor do projeto de construção de uma identidade nacional nos moldes dos ideais civis, voltados para a ordem e progresso, continuaram a ser propagados, ao passo que as reformas educacionais foram acontecendo em todo país com a tarefa de normatizar e organizar a escolarização das camadas populares.

Como já posto, o pensamento educacional republicano almejava articular o ensino à criação de uma nova cultura nacional, que teria a escola não apenas como promotora do aprendizado da leitura e escrita, mas também como instrumento formador de comportamentos morais e de valores cívicos. Naquele momento, a unidade dos costumes era vital para a unificação do povo brasileiro, e a institucionalização escolar fazia parte da constituição da nacionalidade, como forma de legitimar a República e romper com as tradições monárquicas ainda existentes no modo de vida da sociedade brasileira.

Nesse cenário, o governo federal empreendeu várias reformas no campo da educação

com o intuito de superar a precariedade da instrução pública e o analfabetismo da população, a qual, no último ano do Império no Brasil, de acordo com Paiva (1973) totalizava 14 milhões de habitantes, dos quais apenas 250.000 frequentavam a escola primária. Segundo Nagle (2009), esse esforço para reformar a instrução pública” [...] se processa juntamente com o esforço para proceder a remodelação. [...] procura se reconstruir todo o aspecto interno das instituições escolares” (Nagle, 2009, p. 209).

Dentre as reformas educacionais que ocorrem no período do surgimento da República até 1911, marco final de nossa pesquisa, destacamos as reformas de Benjamin Constant<sup>13</sup> em 1890, responsável pela montagem de uma diretriz educacional que abrangia todos os níveis de ensino, organizando a escola primária em dois ciclos: 1º grau, para crianças de 7 a 13 anos; e 2º grau, para crianças de 13 a 15 anos. A escola secundária passou a ter duração de 7 anos, e o ensino superior foi reestruturado em cursos politécnicos, de Direito e de Medicina. Esta reforma era orientada pelos princípios da liberdade, laicidade do ensino e gratuidade da escola primária, sendo lembrada, também, por ter instituído o processo educativo a partir do modelo seriado e por ter expandido o currículo das escolas brasileiras, incentivando o enciclopedismo<sup>14</sup>.

Posteriormente, houve a Reforma de Epiácio Pessoa<sup>15</sup>, em 1901, que permitiu a concretização do “idealismo” proposto na reforma de Benjamin Constant, realizando algumas correções e adaptações às realidades regionais. Segundo Silva (1969), a reforma Epiácio Pessoa representou um avanço do ensino secundário brasileiro e, comparada com a reforma realizada por Benjamin Constant, representou uma

mudança radical do sentido da atuação federal em face do ensino secundário de todo o país. Essa mudança se retrata em dois pontos principais: a consolidação da equiparação, ao Colégio Pedro II, tanto dos colégios particulares quanto dos estabelecimentos estaduais, e sua transformação em instrumento de rigorosa uniformização de todo o ensino secundário nacional (Silva, 1969, p. 258).

---

<sup>13</sup> Militar, político e professor de matemática, um dos fundadores da República e o primeiro-ministro da Guerra do novo regime. Benjamin chefiou a Secretaria de Estado dos Negócios da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, em 19 de abril de 1890.

<sup>14</sup> “[...] Encyclopédie propõe uma outra maneira de olhar o mundo. Em paralelo com respostas elaboradas sobre temas científicos, artísticos e técnicos, a Encyclopédie veicula inquietações que sacodem os preconceitos e as certezas cristalizadas, apresenta razões que iluminam as trevas da ignorância, do fanatismo, da superstição, desenvolve argumentos que abalam as crenças e a dogmática estabelecida” (Pombo *Apud* Scotta, 2008, p. 44).

<sup>15</sup> Era ministro da Justiça e Negócios Interiores do governo de Campos Sales.

<sup>16</sup> “Fundado em 2 de dezembro de 1837, o Colégio Pedro II é uma das mais tradicionais instituições públicas de ensino básico do Brasil. Ao longo de sua história, foi responsável pela formação de alunos que se destacaram por suas carreiras profissionais e influência na sociedade. Seu quadro de egressos possui presidentes da República, músicos, compositores, poetas, médicos, juristas, professores, historiadores, jornalistas, dentre outros” (Brasil, 2024).

A Reforma Epitácio Pessoa<sup>17</sup> perdurou de 1901 até 1911 e preocupou-se com aspectos regulamentares, como a promulgação de normas para a equiparação das escolas particulares e para o processamento dos exames de madureza<sup>18</sup>. Também abordou horários, programas, exames e salários de professores, além de permitir o acesso feminino aos cursos secundários e superiores.

Nesse contexto de reformas o estado do Pará entre 1900 até a metade de 1901, encontraram-se dificuldades durante o governo de Paes de Carvalho em articular o ensino nas escolas isoladas, como a falta de estrutura física e a distância para averiguar as reais situações das instituições de ensino, além de problemas de falta de professores graduados. Mesmo com as dificuldades e em meio a uma crise econômica e social teve início, ao final de seu mandato, uma reforma na educação voltada para o ensino profissionalizante com vistas a atender o mercado de trabalho.

Com o fim do mandato de Paes de Carvalho, assume o governo Augusto Montenegro, na metade de 1901 a 1908, dando início aos projetos ligados à educação pública no estado, com o investimento de verbas voltadas para a construção e reforma de prédios ligados à educação e a compra de maquinário para educação técnica nos institutos de educação. Montenegro deliberou críticas sobre condutas de professores, o modo de ensino, a aprendizagem e a administração que eram empregados nas escolas. Também foram tomadas medidas para diminuir as dificuldades escolares, como construção e/ou reformulação de novos grupos escolares, trazer as escolas isoladas urbanas para o domínio do Estado e uma maior independência dos municípios para inspecionar e administrar as instituições. Outra providência tomada, de acordo com os relatórios dos governadores, foi a formação de um grupo composto por professores e o desembargador Augusto Olympio de Araújo de Sousa, que teve a finalidade de organizar um novo programa de ensino que atendesse às carências de

---

<sup>17</sup> A título de complemento, a reforma que veio logo após o Epitácio Pessoa foi a reforma Rivadávia Correia (ministro da Justiça do governo Hermes da Fonseca e baixou a Lei Orgânica do Ensino Superior e Fundamental) em 1911, mesmo com reflexos posteriores ao nosso lapso temporal consideramos importante registrar por se tratar da reforma que revogou a que vigorava até o final da existência do ICJPC. Esta nova reforma era fundamentada sob a ótica das ideias do ensino livre, o que permitiu aos estabelecimentos de ensino secundário a realização de exames reconhecidos oficialmente. Havia uma liberdade total do ensino secundário e superior, tanto no aspecto didático quanto no administrativo. Por esta razão, a reforma ficou conhecida na historiografia como aquela que resultou em desregulamentação excessiva, gerando um grande caos na educação nacional com a omissão completa do Estado em sua condução.

<sup>18</sup> “O exame de madureza se constituiu como um instrumento de avaliação da aprendizagem do conteúdo escolar e das habilidades dos alunos no final do ano letivo. Este exame foi instituído para todas as escolas oficiais de instrução secundária, portanto, todas que estavam equiparadas ao Gymnasio Nacional, e versava sobre a assimilação da cultura intelectual necessária à formação do aluno secundarista. O Regulamento dos Gymnasios de 1900 apresenta de forma bastante detalhada como este exame deveria ser realizado no interior da escola, bem como especifica quais seriam as exigências em relação às matérias de ensino e às habilidades dos alunos no tocante à resolução da prova. A comissão avaliadora seria composta pelos professores da instituição de ensino e subdividir-se-ia em dois grupos: ciências e línguas” (Cabral, 2013, p. 8).

aprendizagem existentes.

A partir do ano de 1905, há relatos nas mensagens do governador sobre uma diminuição de matrículas na capital e o aumento no interior, mostrando o desenvolvimento das instituições nos municípios paraenses, cabendo ressaltar que essa diminuição foi maior nas escolas normais. Nos relatórios do ano posterior, Montenegro evidencia em sua fala que os frutos dos investimentos na educação primária, secundária e nas Faculdades estavam impactando na diminuição do analfabetismo, mostrando que o problema das províncias sobre analfabetismo, falta de profissionais e aumento de serviços mudaram para melhor, na visão dele. No ano de 1907 havia no estado um total de 31 grupos escolares e 5 institutos profissionalizantes. Foi observado que, no ano de 1908, o papel da economia teve maior destaque sobre a educação. Nesse período, o país sofria ainda com os efeitos da crise de 1900, motivo pelo qual os registros indicavam cortes em alguns aspectos do sistema educacional com a finalidade de reduzir os impactos financeiros da crise.

No ano de 1910, com o governo de João Antônio Luiz Coelho, a reforma do ensino primário trouxe um pequeno aumento de despesas e trouxe mudanças significativas para a educação, gerando alguns benefícios, a começar pelo novo método de ensino, que melhorou o processo de aprendizagem dos alunos e proporcionou benefícios aos mestres. Esta reforma era vista com muito entusiasmo por Coelho, tanto para aquele momento, quanto para o futuro da educação no estado.

Neste mesmo ano, foi realizado o primeiro concurso no magistério primário para o cargo de professora adjunta na capital. Outro ponto importante a destacar foi que muitas escolas foram extintas pelo governo para economizar e passaram a localizar-se nas sedes dos municípios. Isso provocou a evasão de alunos das áreas mais distantes, já que não havia transporte suficiente e os que possuíam eram precários. Uma nova crise financeira assolava o estado, impedindo a execução de novos projetos voltados para a educação.

### 1.3.1 As bases da educação republicana

A criação do ICJPC se inscreveu em uma conjuntura política e cultural na qual a formação do cidadão republicano era imposta como requisito essencial para a consolidação do novo Regime. Um exemplo de testemunho com base nessa ideia é o trecho de uma carta de Miguel Lemos<sup>19</sup>, citado por Carvalho (2004), no qual o autor assevera que no Brasil “são as

---

<sup>19</sup> Miguel Lemos, filósofo brasileiro, que aderiu ao positivismo e introduziu-o no Brasil, criando um Sociedade Positivista Brasileira em 1876. Ao visitar à Europa, tornou-se adepto de Augusto Comte e “Aspirante ao

classes liberais e instruídas que farão a transformação. Não temos um proletariado propriamente dito, nossa indústria é exclusivamente agrícola e o trabalhador rural é o negro escravo” (Lemos *apud* Carvalho, 2004, p. 136).

Nesse sentido, estudar as bases da educação republicana no entresséculos constitui-se em iniciativa fundante para o suporte teórico da pesquisa, uma vez que o processo de implementação deste Instituto ocorreu em um contexto de ruptura política, marcado por alterações nas relações de trabalho e na concepção de educação – esta última primordial para as mudanças laborais, uma vez que o povo, na sua grande maioria iletrado, necessitava de uma instrução mínima para trabalhar nas indústrias que se expandiam no país. A compreensão do projeto educacional republicano, portanto, é fundamental para conhecermos as ideias a respeito da instrução pública, as práticas pedagógicas e os métodos de ensino que foram sua marca e que reverberaram no processo de idealização e constituição do nosso objeto de análise.

Como mencionado, anteriormente, não havia um proletariado de fato no Brasil no início da República, visto que, desde 1888, com a abolição legal da escravatura, havia no país uma tensão entre aqueles que eram escravizados e os imigrantes, pois estes últimos eram contratados pelas empresas enquanto os negros e seus descendentes continuavam à margem da sociedade, não “progrediam” com a nação. Destarte, as modificações nas relações de trabalho representaram uma questão central no processo de reestruturação do Estado, a ponto de ser necessário um plano de modernização da sociedade brasileira, no qual “a educação da população iletrada passasse a ser vista como condição básica para a garantia e a participação do povo na condução dos negócios públicos” (Schelbauer, 1999, p. 56).

Na mudança do Império para a República, o discurso evidenciado era o de um regime político mais democrático e de melhorias no campo educacional. Assim, os republicanos se viram obrigados a colocar a educação como um dos cernes da política, de modo que a formulação de um projeto educacional de difusão da instrução pública elementar passou a ser essencial para o processo de transição do trabalho escravizado para o livre, com a intenção de contribuir com a qualificação da força de trabalho e consequentemente com a economia do país.

No início do século XX, inaugurou-se a “Política dos Governadores ou dos Estados” (Lessa, 1999), cujo objetivo formal era aproximar as ações federais aos interesses dos Estados, modelo que também recebeu influência das oligarquias a ponto de impregnar no

---

‘Sacerdócio da Humanidade’. Voltando ao Brasil, trouxe novas determinações às atividades da sociedade, passando depois um directo o Apostolado” (Silva, 2006).

Congresso a política de “troca de favores entre a Presidência e os governadores Estaduais, [que] teve a finalidade de neutralizar ainda mais as forças oposicionistas no Congresso” (Araújo, 2009, p. 137). Esse sistema excludente e corrupto favorecia as elites, que continuariam se perpetuando no poder, pois “os analfabetos não votavam; num país quase sem escolas, apenas 6% da população constituía o eleitorado. E a maior parte desse eleitorado era manipulada” (Love, 1975, p. 63).

Diante desses arranjos políticos, o país vivenciou um período de instabilidade ocasionado, entre outros fatores, pelo fato de as classes populares, na sua maioria analfabeta, não terem acesso à política. Como consequência, não tardou para que a questão do analfabetismo emergisse como tema central no Brasil a partir da reforma eleitoral de 1882, denominada de

Lei Saraiva, que derruba a barreira de renda, mas estabelece a proibição do voto de analfabetos, critérios mantidos pela primeira Constituição republicana. Ela se fortalece com uma maior circulação de idéias ligadas ao liberalismo e se nutre também de sentimentos patrióticos. A divulgação dos índices de analfabetismo em diferentes países do mundo na virada do século revelava a importância que a questão vinha adquirindo nos países centrais e, certamente, tocou os brios nacionais. Entre os países considerados, o Brasil ocupava a pior posição (Paiva, 1990, p. 8-9).

Este fator despontou a necessidade de uma nova organização escolar e pedagógica capaz de racionalizar o ensino e de propagar uma escolarização em massa, modernização que se baseou em um novo método de ensino e no funcionamento em espaços próprios – antes ocupados por escolas isoladas –, com uma intensa preocupação com a higiene, pois à época se evidenciava “o quanto a falta de espaços e materiais higienicamente concebidos era prejudicial à saúde e à aprendizagem dos alunos” (Vidal; Faria Filho, 2005, p. 52).

Conforme Carvalho (1990) e Souza (1998), para a realização de um projeto de escolarização, foi imprescindível uma maior intervenção do Estado como forma de deslegitimar a educação doméstica e de torná-lo responsável pela educação das massas, com um ensino público de qualidade e com o intuito de tornar o Brasil um país civilizado. Para atingir essa meta, era necessário construir um imaginário republicano brasileiro, assim como forjar uma “formação das almas” (Carvalho, 1990).

Nesse processo de constituição de uma nova cultura – aqui compreendida no sentido gramsciano<sup>20</sup> e na interpretação de Vieira (1999), como “lugar de síntese das lutas entre os

---

<sup>20</sup> Nos escritos de Gramsci “cultura” é um conceito amplo e móvel, que em contato com outras categorias podem adquirir novos sentidos, em virtude disso recorreremos ao sentido de cultura atrelado com hegemonia. Assim, Gramsci “utiliza ‘cultura’ tanto em sentido forte e central ou geral (e nesse sentido hegemonia e cultura são categorias associadas) quanto fraco e periférico [...]. Criar uma nova cultura, ou seja, uma ‘cultura superior’ que determine a superação tradicional [...] e constitua ‘a forma moderna do laicismo tradicional que está na base do

diversos projetos em disputa na sociedade” (Vieira, 1999, p. 56) –, surgem os intelectuais como sujeitos políticos imbuídos com o sentimento de propagar e confirmar o ideário proposto naquele momento. No campo educacional, estes intelectuais passam a se destacar no processo de organização e expansão da escolarização, uma vez que “a associação progresso, civilização e educação ganha os discursos dos estadistas e faz da instrução pública um tema de debate” (Faria Filho; Rosa, 2006, p. 70).

Tornava-se imprescindível inaugurar no país um novo padrão escolar capaz de concentrar em um mesmo espaço vários alunos, garantindo a expansão numérica de vagas e a distribuição dos discentes de acordo com os níveis de conhecimento. Buscava-se um espaço apropriado para difundir os valores da República e consolidar o projeto educativo republicano, encontrando-se nos grupos escolares os modelos que “projetavam um futuro, em que na República o povo, reconciliado com a nação, plasmaria uma pátria ordeira e progressista” (Vidal; Faria Filho, 2005, p. 53), na medida em que o Brasil precisava sair do atraso educacional para alcançar seu tão almejado progresso.

A implantação desse novo tipo de estabelecimento promoveu uma profunda alteração na organização curricular e administrativa do ensino brasileiro, introduzindo

uma série de modificações e inovações no ensino primário, ajudou a produzir uma nova cultura escolar, repercutiu na cultura da sociedade mais ampla e encarnou vários sentidos simbólicos da educação no meio urbano, entre eles a consagração da República. Ainda, generalizou no âmbito do ensino público muitas práticas escolares em uso nas escolas particulares e circunscritas a um grupo social restrito – as elites intelectuais, políticas e econômicas (Souza, 1998, p. 30).

Ao longo da Primeira República, várias reformas educacionais foram realizadas com o intuito de promover a construção de uma nova identidade nacional e um sentimento patriótico, por meio de uma nova organização do ensino que promovesse “a educação do caráter, a educação cívica, a educação física e o papel da mulher como educadora do caráter das novas gerações” (Saviani, 2013, p. 169), abrangendo tanto o ensino primário quanto o secundário.

É nesse contexto que se enquadra o Instituto Cívico-Jurídico Paes de Carvalho, como referência de educação cívico-jurídica, considerada pelos partidários do governo como uma das “mais inspiradas obras de patriotismo” (Belém, 1902a, p. 235), por se constituir em uma oportunidade para a população belenense ser habilitada “ao exercício consciente de seus deveres e direitos” (Belém, 1902a, p. 236).

---

novo tipo de Estado’ (Q 3, 31, 309), expressão política de uma ‘nova sociedade’: são esses os determinantes propriamente culturais da luta hegemônica” (Baratta, 2017, p. 172).

### 1.3.2 As instituições escolares de um novo tempo

Entre os períodos mais estudados pela historiografia da educação no Brasil, está o da Primeira República (Damasceno *et al.*, 2021); já entre as temáticas mais pesquisadas desponta, mesmo com baixa frequência, a categoria das instituições educacionais (Fialho; Sousa; Freire, 2020). Dentro deste tema, os conteúdos mais investigados são aqueles voltados aos monumentos educativos, bem como a “práticas, saberes e currículos” (Fialho; Sousa; Freire, 2020, p. 394).

Entre os estudos sobre instituições escolares destacamos, como já mencionado na introdução, a obra de Nosella e Buffa (2013), que defende que “os estudos sobre instituições escolares desenvolveram-se, sobretudo, a partir dos anos 90, entretanto, de forma esporádico, surgiu antes disso” (Nosella; Buffa, 2013, p. 15). Seu livro também destaca a relevância e a complexidade de se pesquisar uma instituição a partir do contexto social, relacionando 306 trabalhos científicos para a investigação dos objetivos, metodologia e resultados, concluindo, entre outros aspectos que

as singularidades de uma instituição escolar conferem paixão e emoção aos discursos teóricos gerais. Sem paixão e emoção, as pessoas não têm a desejável motivação para se envolverem em projetos de mudança social, condição essencial do método dialético (Nosella; Buffa, 2013, p. 86).

Para Nascimento, Sandano e Lombardi (2007), os elementos básicos da historiografia de uma instituição escolar surgem quando conceituamos instituição, tanto de modo geral quanto particular. Desse modo, Sanfelice (2007), ao refletir sobre instituições, defende que

por mais que se estude o interior de uma instituição, a explicação daquilo que se constata não está dada de forma imediata em si mesma. Mesmo admitindo que as instituições adquirem uma identidade, esta é fruto dos laços de determinações externas a elas e, como já dito, “acomodadas” dialeticamente no seu interior (Sanfelice, 2007, p. 78-79).

Saviani (2013) esclarece que a origem da palavra instituição é do latim *institutio, onis*. No aprofundamento do léxico da palavra, Saviani (2013) explica que a expressão “instituição educativa” soa como uma espécie de pleonasma, pois na própria noção de educação estaria imbuído o conceito de instituição. Além da definição da palavra, o autor salienta a importância dos estudos sobre instituições, visto que

propor-se a reconstruir historicamente as instituições escolares brasileiras implica a existência dessas instituições que, pelo seu caráter durável, têm uma história que nós não apenas queremos, mas também necessitamos conhecer (Saviani, 2013a, p. 29).

Isso tem mais importância quando partimos do pressuposto de que uma instituição educativa é produto da ação humana, que foi criada para atender a uma demanda daquele momento. Em outras palavras

compreender e explicar a existência histórica de uma instituição educativa é, sem deixar de integrá-la na realidade mais ampla que é o sistema educativo, contextualizá-la, implicando-a no quadro da evolução de uma comunidade e de uma região, é por fim sistematizar e (re)escrever-lhe o itinerário de vida na sua multidimensionalidade, conferindo um sentido histórico (Magalhães, 1996, p. 2).

Nesse contexto, verificamos que, nas primeiras décadas da República, seus adeptos buscavam estratégias para conferir ares democráticos ao novo regime, entre as quais a expansão da instrução pública. Todavia, um grande problema havia sido herdado do Império: o problema da infraestrutura, da falta de higiene, comuns a todos os estados brasileiros, situação que não era diferente nas instituições escolares.

Ao longo do Império o ensino era ministrado nas casas dos próprios professores, havia muitas dificuldades organizacionais e estruturais que tornavam esses locais propícios para a proliferação de doenças. Esses estabelecimentos eram sinônimos de precariedade, em diferentes aspectos, inclusive pedagógico, a ponto de intelectuais e políticos acreditarem ser essencial para o novo regime construir uma nova imagem para a educação e superar a identificação das escolas como “pocilgas, pardieiros, estalagens, escolas de improviso – impróprias, pobres, incompletas, ineficazes” (Schueler; Magaldi, 2009, p. 35).

Nessa direção, a educação escolar seria uma estratégia útil e eficaz para que as mudanças sociais fossem realmente significativas para a maioria da população excluída e a difusão do ensino passasse a ser um “instrumento pelo qual seria possível combater a aristocracia agrária, detentora da hegemonia política do país” (Paiva, 1985, p. 97), sobretudo, porque as novas exigências de ordem política, econômica e cultural estavam a demandar recursos humanos capazes de fazer frente aos desafios de um país que almejava o ingresso imediato no mundo desenvolvido e a recém-criada República precisava se fundamentar nas premissas da ordem e do progresso.

Foi sob essas circunstâncias, com o novo regime se impondo, que a instrução pública passou a representar a redenção nacional e, desde então, deflagrou-se a missão essencial de formação da nacionalidade e transformação de seus cidadãos em patriotas civilizados, capazes de corresponder aos anseios republicanos.

Vale ressaltar que, no que se refere à condição de cidadania, a base legal da República apresentava uma grave incoerência. Nossa primeira Constituição republicana estabeleceu que

todos eram iguais perante a lei, não admitiu privilégios de nascimento, desconheceu foros de nobreza e extinguiu as ordens honoríficas existentes, assim como todas as suas prerrogativas e regalias, caracterizando formalmente um dado conceito de cidadania vinculado à noção de direito, afastando-se da concepção oligárquica e absolutista de benefício e privilégio para poucos. Entretanto, também acabou por excluir os pobres e os analfabetos do exercício do sufrágio universal – um dos seus preceitos fundantes.

Deste modo – e aqui reside sua mais sensível contradição – a “cidadania” republicana brasileira consumou-se a partir de fundamentos de desigualdade e exclusão, não fazendo jus ao sentido da *res publica* e negando a sua prerrogativa seminal de pertencer “ao povo”, de ser “de todos”, pois cidadãos, nesta forma de governo à brasileira, eram somente os portadores de algumas condicionalidades, como a certidão de nascimento e o título de eleitor, o que ratificava a cidadania a partir da lógica de aquisição dos direitos civis.

A República brasileira, de fato, não incentivava a participação popular. Na análise das diferentes correntes que disputavam a definição do novo regime republicano no Brasil, o liberalismo à americana prevaleceu sobre o jacobinismo francês e o positivismo. Esse modelo vitorioso não contemplava a democracia com participação direta dos cidadãos nas decisões governamentais. O liberalismo à americana promovia uma sociedade de indivíduos autônomos, cujos interesses eram regulados pelo mercado, com mínima interferência governamental na vida das pessoas, o que explica o desinteresse e a pouca influência da população nas decisões do novo regime (Damasceno, 2021).

Terra (2012) destaca que a construção da cidadania naquele período ocorreu frequentemente de forma conflituosa em relação ao Estado, com a mobilização e organização dos trabalhadores como um ponto fulcral ao acesso de direitos entre o final do século XIX e início do século XX. Os trabalhadores não foram apenas espectadores, mas atuaram ativamente por meio de requerimentos ao governo, suas associações, tanto mutualistas quanto de resistência e por meio de inúmeras greves (Damasceno, 2021).

Foi em resposta a essas movimentações que as elites republicanas agiram, propondo à sociedade a afirmação de um novo regime mediante a estratégia de se criar “políticas de valorização da instrução pública e da exaltação dos valores cívicos e morais nos conteúdos ensinados nas escolas públicas, objetivando a formação de um povo civilizado e cidadãos úteis à pátria” (Costa; Menezes Neto, 2016, p. 70). Na mesma linha de pensamento, Schueler e Magaldi (2009) defendem que um elemento-chave no projeto da escola primária republicana “[...] diz respeito ao papel assumido por essa instituição na formação do caráter e no desenvolvimento de virtudes morais, de sentimentos patrióticos e de disciplina na criança”

(Schueler; Magaldi, 2009, p. 45).

Partindo desse ponto de vista e após o levantamento e a seleção das fontes foi possível submeter o ICJPC a uma análise acerca do seu processo de instalação, organização, funcionamento e formação para o exercício da cidadania na sociedade belenense em relação ao contexto em que estava inserido, visto que “as instituições não são recortes autônomos de uma realidade social, política, cultural, econômica e educacional” (Sanfelice, 2007, p. 78), pois seu estudo resulta da articulação entre

o singular (instituição escolar) e o geral (contexto histórico), pois cada instituição educativa acompanha o desenrolar da sociedade conforme a produção da época. As instituições são compostas por elementos associados à formação da sociedade” (Toledo; Andrade, 2014, p. 183).

A partir desse binômio (singular/geral) constatamos que a criação do ICJPC foi sustentada por uma posição de insatisfação de intelectuais, como Virgílio de Oliveira, crítico das instituições escolares da época, por acreditar que elas se limitavam ao ensino das primeiras letras, deixando de lado conteúdos considerados, por ele, essenciais, a exemplo das temáticas de cunho cívico-jurídico, visto que era dever dos governos republicanos “ensinar o povo pela lição da prática e do exemplo, que nas Republicas a Constituição e as leis são freios para todas as demasias, e constituem a única força invencível, o único poder verdadeiramente soberano [...]” (Oliveira, 1898, p. 23).

## **2 DA IDEALIZAÇÃO À CONCRETIZAÇÃO: A CRIAÇÃO DO INSTITUTO CÍVICO-JURÍDICO PAES DE CARVALHO**

Tido como “a alma do Instituto”, Virgílio de Oliveira exerceu um papel precípuo como fundador e diretor, sobre o qual se faz necessário realizar algumas considerações nesta próxima subseção.

### **2.1 O idealizador: Virgílio Cardoso de Oliveira**

As contribuições de Virgílio Cardoso de Oliveira estavam intimamente ligadas à proposta de oferecer à sociedade belenense uma instrução cívica e jurídica, destinada a formar cidadãos conscientes de seus direitos e deveres. Por essa razão, foi grande defensor da criação de um estabelecimento de ensino que proporcionasse, além de conteúdos gerais, conhecimentos acerca de direitos civis e das leis vigentes no país. Tal ideia foi compartilhada pelo intendente Antonio Lemos, que criou tal estabelecimento em 1898, sendo este pautado pela educação cívica e pelos ensinamentos práticos do Direito, com o intuito de fomentar na população uma consciência jurídica.

**Figura 2** - Fotografia de Virgílio Cardoso de Oliveira



Fonte: Biblioteca Digital de Literatura de Países Lusófonos

Virgílio Cardoso de Oliveira nasceu em Salvador-BA, em 15 de dezembro de 1868, era filho de Rodolpho Cardoso de Oliveira e Maria Virginia da Motta Cardoso e tinha um irmão, Climério Cardoso de Oliveira<sup>21</sup>. Fez faculdade de Direito na cidade de Recife, onde se tornou bacharel em 1889; em um de seus discursos, relatou que contribuiu na fundação da Faculdade de Direito da Bahia, sendo um dos membros do corpo docente. Em outro momento, reportou para a sua atuação em torno da causa republicana, admitindo sua radicalização como militante quando se vinculou ao grupo de Silva Jardim<sup>22</sup>. Justificando essa opção, dizia que

empreendida a reacção por todos os meios arbitrarios, a ponto de já não ser mais permitido pela policia um ‘viva’ á Republica, não era possível mais apellar para a

---

<sup>21</sup> De acordo com o *Diccionario Bibliographico Brasileiro* de Augusto Blake (1893) o irmão de Virgilio foi “doutor em medicina pela faculdade de sua provincia, e professor da cadeira de clinica obstetrica, antes de formar-se serviu como interno de medicina e de cirurgia da mesma faculdade. Deu-se com dedicacão ao cultivo das letras, já escrevendo, já fazendo parte de associações como o Instituto academico. Foi tambem um dos fundadores da sociedade de beneficencia academica e seu orador” (Blake, 1893, p. 126).

<sup>22</sup> Silva Jardim era tido como político radical e, por causa de sua postura inflexível, foi marginalizado até no interior do próprio Partido Republicano a ponto de, instalada a República, ele ter sido afastado gradativamente do governo.

dôce paz das escholâs, para a lenta acção da propaganda. Tornei-me então sectario da dissidencia Silva Jardim: — a Republica por quaesquer meios (Oliveira, 1898, p. 12).

A partir de notícias de jornais, constatamos que Virgílio de Oliveira foi morar em Manaus, no Amazonas, onde começou a exercer a profissão de advogado. No estado do Amazonas, além de manter um escritório de advocacia com seu sócio, foi funcionário do Estado, quando desempenhou as funções de Procurador Fiscal da Fazenda, Intendente Municipal da Capital, Secretário da Junta Comercial, Curador das Massas Falidas, examinador em concursos públicos em provas de português e francês, e membro do Conselho Superior da Instrução.

Ao longo de sua estadia no município de Belém, Virgílio de Oliveira exerceu notórios cargos públicos, entre eles, o de diretor da instrução pública, o de chefe da Secretaria do Interior, Justiça e Viação, e o de diretor do Instituto Cívico-Jurídico Paes de Carvalho. À frente dessas funções, manifestou seu posicionamento em defesa da República e de uma educação pautada nos valores morais e cívicos.

No Pará, Virgílio de Oliveira estabeleceu forte relação com o jornal *A Provincia do Pará*, de propriedade do intendente Antônio Lemos. Assim, o advogado, que também era escritor, publicou alguns livros e revista<sup>23</sup> sobre assuntos variados, como por exemplo a obra *Rimas: coleção de versos*, de 1893, constituída por versos dedicados à sua mãe. Outros escritos foram mais acadêmicos com vistas a difundir os ideais republicanos da época.

Nas publicações do campo educacional, Virgílio de Oliveira foi o fundador e o redator-chefe da revista oficial de ensino do município de Belém, denominada de *A Escola*, criada em 1900, com temas diversificados que auxiliavam os docentes em suas práticas escolares. No segmento de literatura didática, escreveu uma importante obra, denominada *A Patria Brasileira*, livro muito elogiado pelo intendente municipal de Belém, que, em ofício direcionado ao Conselho, relatou os relevantes serviços dessa obra para a juventude escolar brasileira ao prepará-los para a vida cívica. Neste ofício, o Intendente também destacou outro livro de Virgílio, intitulado de *Leitura Cívica*, que abordava sobre o civismo e, segundo

---

<sup>23</sup> Conseguimos identificar algumas obras como: “Ligeiros traços” e “Leitura amena”, de 1892; “O Instituto cívico-jurídico: artigos publicados n’ A Provincia do Pará”, de 1898; “Os próprios nacionaes: justificação constitucional do direito que os estados assisti sobre os antigos proprios nacionaes”, de 1898; “Discurso. 2ª Conferência Cívica”, de 1900; “Affonso Celso contra Affonso Celso: contradicta historia ao oito annos de parlamento”, de 1902; “Apontamentos históricos e notícia sobre a Constituição Federal destinados ás escolas publicas.”, de 1902; “A Patria Brasileira: Leitura escolar illustrada com 260 gravuras”, de 1903; “A Terra Brasileira: Chorografia dos Estados Unidos do Brazil para uso das escolas primarias brasileiras”, de 1907; “A terra: Curso primário de Geographia e Cosmographia. Ornado de 14 mappas e 59 gravuras”, de 1908; “Nossa pátria: Pequena Encyclopedia Nacional para uso das escólas brasileiras”, de 1908; e “Meu lar: narrativa romântica, poético – illustrada, votada a fins cívicos”, sem data.

Antônio Lemos, havia sido bem aceito por todo o país.

A finalidade deste ofício era solicitar ao Conselho um valor pecuniário para patrocinar a produção de *A Patria Brasileira*, concedido pelos conselheiros sob o argumento da importância da obra para a instrução e difusão dos valores republicanos. Os pareceristas consideraram que o referido trabalho era

efectivamente de valor, não só como elemento de educação nacional, mas ainda como propaganda valiosa pelas coisas brasileiras, e propaganda tanto mais proveitosa quanto deverá ser o livro ilustrado com 260 gravuras (Oliveira, 1903, p. III).

As contribuições de Virgílio de Oliveira estavam intimamente ligadas à proposta de oferecer a sociedade belenense uma instrução cívica e jurídica, destinada a formar cidadãos conscientes de seus direitos e deveres. Por essa razão, foi grande defensor da criação de um estabelecimento de ensino que proporcionasse, além dos conteúdos gerais, conhecimentos acerca de direitos e estudo das leis, o que ocorreu posteriormente idealizado e criado por Antônio Lemos.

Ainda sobre a vida profissional de Virgílio de Oliveira, destacamos o fato de ele ter sido um dos sócios fundadores do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP), instituição criada em 3 de maio de 1900, durante o governo de José Paes de Carvalho, sob a denominação de Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Pará, cuja finalidade era a construção de “uma identidade nacional e colaborar com o processo civilizador através de um dado olhar para o passado” (Cardoso, 2013, p. 54).

Como intelectual que se propunha a cumprir uma missão vital para a implantação da República, utilizava-se de discursos. Segundo Vieira (2011) o “discurso da intelectualidade brasileira [servia] para expressar o imperativo do dever e a decisão de engajamento político” (Vieira, 2011, p. 36). Virgílio de Oliveira em seus discursos tomou partido e faz alianças, cujo resultado foi sua relação de intensa proximidade com uma das maiores lideranças estaduais naquele período e chefe do Partido Republicano do Pará, Antonio Lemos, inimigo político de Lauro Sodré, “chefe” do Partido Republicano Federal. Damasceno e Vieira (2023) situam o posicionamento do intelectual

em uma franja mais radical do republicanismo que, para além da defesa da forma de governo republicano, defendeu uma pauta social mais ampla, incluindo, especialmente, a questão da educação popular. Essas teses levaram Virgílio Cardoso e muitos republicanos ao confronto com os rumos políticos dos governos republicanos, uma vez que o cenário social brasileiro, após uma década de poder republicano, seguia sem grandes alterações, especialmente em relação à formação do povo (Damasceno; Vieira, 2023, p. 16).

Como era comum à época, cada um desses partidos possuía seu órgão de veiculação de ideias e propostas; por isso, eram essenciais as veiculações das mensagens de Virgílio de Oliveira, principalmente quando este esteve à frente da Diretoria Geral de Instrução Pública, pois na educação, de acordo com Vieira (2011), “o engajamento político representou uma característica comum dos intelectuais que se associaram ao campo, pois a educação foi e permanece sendo espaço de prática e de intervenção social” (Vieira, 2011, p. 36).

Tendo consciência da existência de antagonistas no meio em que atuava, Virgílio de Oliveira, ao assumir a presidência do Conselho Superior de Instrução Pública, usou seu discurso para alertar seus pares acerca das opiniões que circulavam sobre ele, advertindo-os do receio de que “a grita desordenada, que, por muitos dias após a minha investidura n’este cargo, atou meu obscuro nome ao negro poste das insinuações malignas, possa ter, de alguma forma, prevenido o vosso espirito” (Oliveira, 1898, p. 9). Continua, alegando que “não é por mim, pois, que eu receio; é por vós, em desproveito da instrução” (Oliveira, 1898, p. 9).

Era comum que Virgílio de Oliveira defendesse maiores investimentos em educação em contraste com os investimentos em símbolos de modernidade das urbes, pois a considerava como fator essencial para a emancipação social.

Nos orçamentos, antes de cuidar-se de embelezamentos, edificações luxuosas, etc., etc., separe-se uma grande quota para a diffusão, por todos os meios, da instrução do povo, que mais lucrará ter o espirito esclarecido do que bellos panoramas para deliciar-lhe os olhos.

Em que póde adiantar á Republica, ao seu engrandecimento e prestigio, ostentarmos ás vistas estrangeiras as nossas capitaes bem garridas, luxuosamente edificadas, brilhantemente illuminadas, jazendo o povo na mais céga ignorancia do systema de governo que o dirige, dos seus mais rudimentares deveres e direitos politicos? Como é que havemos de disputar na America do Sul o logar de honra, que a natureza destinou-nos, a hegemonia que os Estados-Unidos já conquistaram na America do Norte, se a nossa Republica não passar das paginas da Constituição e das leis para a consciencia do povo, se este não souber compenetrar-se de sua soberania? (Oliveira, 1898, p. 27).

Com o advento da modernidade, Virgílio de Oliveira, como um intelectual, visualizou que um projeto educacional seria um fator decisivo para o avanço do país. Os intelectuais da época, conforme Vieira (2011), identificaram que

a ideia de modernidade, que foi representada como uma espécie de éden que se conquistaria a partir de investimentos em diferentes frentes, mas, de forma especial, a cultura e a educação representaram áreas estratégicas nesse projeto (Vieira, 2011, p. 39).

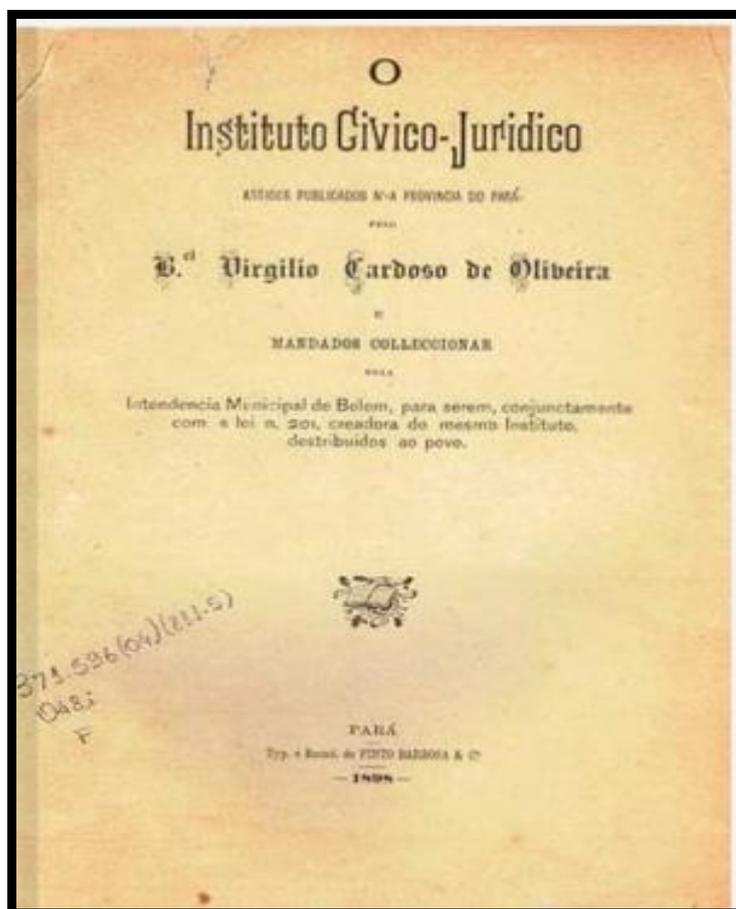
Nestes termos, é possível afirmar que, para Virgílio de Oliveira, o progresso se realizaria por meio da instrução, que era “a luz, a ignorancia a treva: uma é o aroma que inebria o espirito; a outra é o miasma que corrompe a alma” (Oliveira, 1898, p. 20), em

especial a instrução cívica, que seria para os cidadãos da República aquela que difundiria os direitos e deveres de todos, tendo por base a formação dos professores como principal catalisador, pois “o mestre é o pivot da instrucção, a alma grandiosa d’esse mecanismo melindroso” (Oliveira, 1898, p. 14).

Virgílio de Oliveira, após significativas contribuições para o serviço público em geral, sempre propagando os valores republicanos à sociedade belenense da Primeira República e a importância da instrução, faleceu aos 66 anos na cidade de Salvador, na Bahia, em 9 de dezembro de 1935.

Antes da criação do Instituto, um conjunto de textos propagandísticos subsidiava sua necessidade. Estes foram compilados no folheto denominado *O Instituto Cívico-Jurídico*, composto por artigos publicados na Província do Pará por ordem da Intendência Municipal de Belém. A coleção foi publicada em 1898 e é formada por uma introdução e mais 6 artigos de autoria de Virgílio de Oliveira, além da redação da Lei nº 201, que criou o Instituto. É interessante destacarmos que, na própria capa do artigo, havia a orientação de que a obra deveria ser distribuída ao povo.

**Figura 3 - Folheto *O Instituto Cívico-Jurídico***



Fonte: Acervo digital Obras Raras da Biblioteca Pública Arthur Vianna

A análise dos artigos do folheto nos permitiu identificar termos que mais se destacaram ao longo do texto, para os relacionarmos, conforme exposto no Quadro 11, elaborado a fim de facilitar a identificação das ideias apresentadas pelos republicanos, as que se repetiram com alguma frequência.

**Quadro 11 - Termos mais utilizados**

TERMO	QUANT.	TERMO	QUANT.	TERMO	QUANT.
alma	6	federação	7	Patriotismo (pátria/patriótico/ patriota)	9
cidadão	6	governo	9	Político	6
consciência	17	ignorância	27	Povo/popular	51
Constituição/ constitucional	16	Inconsciência (inconsciente/ inconsciência/ Inconscientemente)	8	propaganda	7
Civismo (cívico/cívica)	8	instrução	15	República (republicano(a)/ Republicanismo)	109
Democracia/ democrático(a )	19	Jurídico	7	soberania	9
direito	16	liberdade	6		
deveres	8	leis	5		
educação	7	Monarquia (monárquico/ Monarquista)	12		
espírito	8	Nacional/nação	11		

Fonte: elaborado pela autora

Analisando o folheto, identificamos que Virgílio de Oliveira utilizou-se de uma linguagem própria da política e associou termos do discurso republicano e de educação no período. A decodificação dessa linguagem foi traduzida no quadro anterior, com a utilização dos termos mais utilizados no artigo. Para a melhor visualização desses achados da pesquisa, elaboramos uma nuvem de palavras para representar visualmente a frequência das palavras.

Para compreendermos, a figura devemos levar em consideração que, quanto maior a palavra, maior a quantidade de vezes em que foi mencionada. É interessante notar que as palavras que mais se destacaram foram: República, povo e ignorância. Isso reflete o que viemos discutindo até o momento, isto é, o fato de que, para a consolidação da República, fazia-se necessário gestar um projeto educacional para “tirar o povo da ignorância”, como se

verifica abaixo:

**Figura 4** - Nuvem de palavras sobre o folheto



Fonte: elaborado pela autora

Concluimos a análise do folheto com um trecho em que Virgílio de Oliveira sintetiza duas ideias que marcaram o projeto formativo do cidadão republicano no início da República no Brasil.

Animava-me, n'essa emergência, a esperança de que proclamada a nova forma política, os seus governos, que já haviam experimentado os grandes resultados da demonstração falada e escripta, ao povo, de seus direitos, de sua soberania, tratariam de derramar sobre as camadas populares uma instrução proveitosa e adaptada á nova organização, como o mais poderoso sustentaculo das instituições, o seu principal alicerce. [...] Infelizmente, assim não succedeu. O povo, que assistiu bestializado, na phrase de Aristides Lobo, á proclamação da República, continuou na mesma criminosa ignorancia, que nos legou a monarchia (Oliveira, 1898, p. 12-13).

A primeira, muito difundida à época, era a esperança de que, com o fim da Monarquia e com o declínio de um modelo educacional que privilegiava a elite em detrimento da educação popular, iria ocorrer um período de transformações marcado pela modernidade com consequências para diversos segmentos da sociedade brasileira. Entre elas, estava a implantação de um novo modelo de organização escolar, com inovações nas práticas educativas e nas instituições de ensino, surgindo no Brasil a escola urbana, graduada, laica e racional, idealizada com o propósito de universalizar, modernizar e normatizar o ensino

elementar no país. Por outro lado, Virgílio de Oliveira também apresentou um posicionamento segundo o qual os ideais republicanos brasileiros ainda traziam, internamente, resquícios do velho sistema monárquico e finalizou parafraseando Aristides Lobo, ao dizer que o povo continuava na ignorância e as desigualdades sociais entre ricos e pobres se mantinham no mais alto patamar.

## 2.2 A criação do Instituto Cívico-Jurídico Paes de Carvalho

Com o intuito de criar uma instituição com o ensino quase que exclusivamente voltado para assuntos cívicos e sociais, Antônio Lemos encontrou, no então diretor geral da Instrução Pública, Virgílio de Oliveira, as aptidões necessárias para propagar a ideia de criar “um brilhante e futuroso instituto de ensino secundário” (Belém, 1903a, p. 249), independente da organização de ensino dos liceus, o que coadunava com os propósitos do Intendente,

não só pelos benefícios iminentes mas também pelo ensejo que lhe facultava de despender da maneira mais útil e mais patriótica uma pequena porção dos dinheiros públicos, criando um fecundo centro de cidadãos conscientes, que tal tem sido a função benéfica do Instituto, hoje mantido em plena prosperidade (Belém, 1902a, p. 39).

Naquela época, a cidade de Belém se encontrava em consonância com o anseio de integração nacional e de progresso, como se verifica na fala de José Veríssimo, quando manifesta traços de um ambicioso projeto de desenvolvimento intelectual da Amazônia, pois era imprescindível

torná-la conhecida, dentro e fora do país, pelo estudo dos múltiplos aspectos por que pode ser encarada, aos sábios, letrados, economistas e financeiros empreendedores; estreitar numa comunidade de desejos e, até certo ponto, de idéias, as relações entre as duas províncias que formam a Amazônia; propagar o espírito novo que atualmente agita o mundo intelectual; [...] Não basta, cremos nós, produzir borracha, cumprir também gerar idéias; não é suficiente escambar produtos, é ainda preciso trocar pensamentos; e um desenvolvimento material que se não apoiasse correlativo progresso moral seria não somente improfícuo, mas funesto pela extensão irregular que daria aos institutos - já a esta hora muito exagerados - do mercantilismo (Verissimo *apud* França, 2004, p. 25).

A criação deste Instituto seria uma resposta direta à necessidade de educar a população sobre o direito constitucional e os deveres cívicos. Segundo Antônio Lemos, “o Conselho Municipal desempenhar-se-ia perfeitamente de uma de suas atribuições [...] instituindo nesta capital uma escola destinada especialmente à educação cívico-jurídica” (Belém, 1902a, p. 1).

A instituição mencionada tratava-se do Instituto Cívico-Jurídico Paes de Carvalho, “perfeita escola de civismo, que é única no Brasil” (Belém, 1902a, p. 39). O Instituto foi

criado pela Lei nº 201, de 15 de setembro de 1898, na cidade de Belém e se constituía em “um instituto de educação cívico-jurídica, com aulas nocturnas e gratuitas, obedecendo às bases consignadas em dita Lei” (Belém, 1902a, p. 236). Sendo inaugurado com a matrícula inicial de 32 alunos no dia 16 de novembro do mesmo ano, por ocasião de um ato solene.

As datas de formalização e inauguração do Instituto foram pensadas como um ato político, pois manipular o imaginário social, de acordo com Carvalho (1990, p. 11) “é particularmente importante em momentos de mudança política e social, em momentos de redefinição de identidades coletivas” e, conseqüentemente, de consolidação dos ideais do novo regime. Nesse sentido, no estado do Pará, além do dia 15/11, também era comemorado o 16/11, constando no calendário oficial de festas como “o dia em que o Estado aderiu à Proclamação da República Brasileira, através do decreto nº 19 de 11/01/1890, que declarou ‘de gala e feriado o dia 16 de novembro’” (Moura, 2008, p. 30).

**Figura 5** - Sessão Solene do Conselho Municipal de Belém



Fonte: Belém (1908, p. 20).

A imagem retrata uma sessão solene do Conselho Municipal de Belém, realizada no contexto das festividades republicanas. A composição da fotografia e os elementos visuais presentes nos fornecem uma visão aproximada do ambiente político e social da época, bem como das práticas cerimoniais associadas ao governo republicano. As festividades

republicanas, como a representada na imagem, eram momentos importantes para a afirmação dos valores e ideais republicanos, servindo essas sessões solenes para legitimar a nova ordem política e promover a coesão social entre as elites governantes.

Percebemos que havia a preocupação com o ambiente e decoração, sendo o salão decorado com cortinas vermelhas e brancas, um grande lustre central e detalhes arquitetônicos elaborados. A decoração solene sublinha a importância dada ao evento e a dignidade das funções exercidas no espaço. Havia também a preocupação com cores predominantes, vermelho e branco, tradicionalmente associadas ao poder e à pureza, respectivamente, além de uma iluminação destacada no lustre central, que adicionava uma sensação de grandeza e formalidade.

Notamos na imagem uma grande quantidade de pessoas, que, de acordo com o relatório da intendência, eram conselheiros, autoridades, membros da elite local e diplomados pelo ICJPC. A disposição dos participantes, sentados em fileiras e atentos ao que parece ser um discurso, indica a natureza formal e estruturada da sessão, tendo no centro, atrás de um púlpito, uma figura que estava provavelmente discursando, cercada por outras autoridades. A posição central do orador destacava a importância da fala e da retórica nas cerimônias públicas.

A cerimônia contava com a presença de todos os participantes em trajés formais, incluindo fraques e vestidos, refletindo a formalidade do evento. A organização dos participantes e a disposição metódica dos elementos no espaço também nos indicam um alto grau de planejamento e um esforço para projetar uma imagem de ordem e coesão governamental.

Ao reunir a elite política e social em um ambiente formal, o governo reforçava sua autoridade e promovia os ideais republicanos e, embora a República tenha representado uma ruptura com o período monárquico, a continuidade de certas práticas cerimoniais, como a solenidade das sessões do conselho, aponta uma adaptação das tradições anteriores ao novo contexto.

A imagem, predominantemente, mostra membros da elite política e social, o que reflete a natureza excludente do poder na época, quando as decisões importantes eram tomadas por um grupo restrito de indivíduos, com pouca participação direta das camadas populares. No caso em questão, estas eram representadas pelos concluintes do curso no ICJPC, uma vez que “era livre às classes mais pobres”<sup>24</sup>. Contudo, cabe salientar que o curso

---

<sup>24</sup> Trecho retirado do artigo 1º, alínea c da Lei nº 201 de 15 de setembro de 1898, que cria o instituto cívico-jurídico.

oferecido pelo Instituto era de livre acesso, não se limitava apenas aos mais desfavorecidos, pois à época ainda não existia a Faculdade de Direito em Belém, sendo o ICJPC um precursor desta.

A primeira idéia da fundação de um Instituto dos Advogados nasceu nos idos de 1898 e 1899, portanto, na passagem do século. Coube, porém, ao Senador Antônio José de Lemos, Intendente do Município de Belém, graças à influência do Dr. Virgílio Cardoso de Oliveira, a fundação do Instituto Cívico-Jurídico "Paes de Carvalho", "Escola essencialmente republicana pela educação cívica que prodigaliza e pelos ensinamentos práticos do Direito com que contribuiu para a formação de uma mais forte consciência jurídica do mesmo povo", nos dizeres do Dr. João Batista de Vasconcelos Chaves, em "Memória Histórica da Faculdade de Direito do Pará" (Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Pará, 2023).

Ainda de acordo com os simbolismos da República, a Lei nº 345, de 24 de dezembro de 1902, concedeu como distintivo o uso de um anel simbólico para os diplomados pelo ICJPC, reforçando o prestígio e a valorização da formação cívico-jurídica. Essa medida incentivou ainda mais a adesão de novos alunos e o reconhecimento da importância do instituto para a sociedade (Belém, 1903a, p. 226). De acordo com Pantoja (2021), havia outras simbologias republicanas utilizadas no Instituto, como o

sinete com três zonas: a do centro contendo o brasão de armas do município, outra com a inscrição "Pro vita civium proque universa Republica" e a última com sua denominação "Instituto Cívico-Jurídico 'Paes de Carvalho'". Os diplomados recebiam um distintivo com o formato de uma roseta dividida em quatro zonas, sendo a primeira e a terceira de cor vermelha, a segunda de cor branca e a quarta da cor azul, tendo sobre ela bordado o emblema da República (Pantoja, 2021, p. 76).

Para os republicanos, o sinete ou selo oficial tinha um significado profundo durante a Primeira República, era muito mais do que um mero instrumento burocrático, pois carregava uma carga simbólica que refletia os ideais e as aspirações do novo regime, representando a autoridade e a legitimidade do novo governo republicano. Era utilizado em documentos oficiais, conferindo autenticidade e validade jurídica aos atos administrativos e legais. Esta prática era essencial para estabelecer a confiança nas novas instituições e diferenciar o novo regime da antiga Monarquia.

O sinete era um símbolo tangível do compromisso do governo republicano com os valores de igualdade, justiça e participação democrática, a sua utilização em decretos e leis que promoviam esses valores reforçava a mensagem de que o novo regime estava dedicado à promoção do bem comum, do respeito pelos direitos dos cidadãos e da consolidação da confiança nas novas instituições, e à promoção da identidade republicana no Brasil.

A expressão latina *pro vita civium proque universa republica*, que significa "pela vida

dos cidadãos e por toda a república”, carregava um significado profundo que buscava refletir os valores centrais e os objetivos do movimento republicano em consolidar a nova ordem política e social no país.

Desmembrando a expressão e destacando apenas *pro vita civium*, observamos a importância dada à pretensa proteção e valorização da vida dos cidadãos, o que significava para os republicanos a tentativa de garantir os direitos fundamentais visando a promoção do bem-estar, da segurança e da justiça social. Em contrapartida, a frase *proque universa republica*, isolada, enfatizava o compromisso com o bem comum e o interesse geral da República.

Nessa perspectiva, a expressão se relacionava diretamente com o objetivo de educar os cidadãos sobre seus direitos e deveres cívicos e jurídicos, como proposto pelo ICJPC, que tinha como missão formar cidadãos conscientes e ativos, capazes de participar plenamente da vida republicana e de defender os valores da República.

No dia seguinte à inauguração do ICJPC, deram-se início às aulas em uma sala do Lyceu Paraense, cedida pelo Governo do Estado. O curso oferecia disciplinas de Língua Portuguesa, Geografia, Noções de História Geral e do Brasil, Aritmética e Contabilidade Comercial e Pública, Álgebra e Geometria, Instrução Moral e Cívica e Estudo das Constituições, além de noções de Direito Pátrio. É importante destacar que essa estrutura curricular já havia sido bastante ampliada se considerarmos o conjunto de disciplinas que originalmente compunha o currículo do Instituto, pois, de acordo com o Decreto de criação, estavam previstas apenas as disciplinas de Língua Portuguesa, Educação Cívica, História da propaganda e fundação da República Brasileira, direito Constitucional Federal e Estadual.

Este Regulamento também estabelecia uma estrutura administrativa clara, com papéis e responsabilidades bem delineados para cada membro do corpo administrativo. O Diretor, que podia ser escolhido externamente ou entre os professores, era o líder do Instituto, responsável pelo cumprimento das atribuições administrativas e pedagógicas. O Vice-Diretor, era escolhido entre os professores e auxiliava o Diretor em suas funções. Além disso, havia os cargos de Secretário, Bibliotecário-Arquivista, Amanuense e Bedel definidos com funções específicas, aspirando a organização e o funcionamento da instituição.

Esta estrutura administrativa foi considerada essencial para garantir que o ICJPC funcionasse de maneira eficaz, juntamente com o apoio dos demais funcionários, as lideranças do Diretor e do Vice-Diretor, permitiram a implementação da proposta curricular e a manutenção da disciplina e da ordem dentro do Instituto. A tabela de gratificações para os cargos reflete um esforço de valorização desses profissionais, incentivando o bom

desempenho de suas funções. Vejamos a seguir um comparativo entre as tabelas de vencimentos dos funcionários e professores do ensino público municipal em comparação com a tabela do ICJPC:

**Figura 6** - Tabela de vencimentos do ensino público municipal

	ORDENADO	GRATIFICAÇÃO	TOTAL
1 Director do ensino.....	6:400\$000	3:200\$000	9:600\$000
1 Inspector escolar.....	4:000\$000	2:000\$000	6:000\$000
16 Professores primarios na sede do Municipio.....	25:600\$000	12:800\$000	38:400\$000
42 Professores primarios no interior do Municipio.....	56:000\$000	28:000\$000	84:000\$000
Aluguel de casas na sede do Municipio.....	—	—	9:600\$000
Aluguel de casas no interior do Municipio.....	—	—	15:120\$000
1 Amanuense.....	2:400\$000	1:200\$000	3:600\$000
1 Porteiro.....	—	1:080\$000	1:080\$000
1 Contínuo.....	—	900\$000	900\$000
1 Correio.....	—	900\$000	900\$000
Expediente das escolas e do Instituto Cívico-Jurídico e aquisição de livros escolares..	—	—	12:000\$000
			181:200\$000

Fonte: Belém (1903, p. LXXVI).

**Figura 7** - Tabela de vencimentos do Instituto Cívico-Jurídico Paes de Carvalho

	CARGOS	Ordenado	Gratificação	TOTAL
1	Director . . . . .	3:200\$000	1:600\$000	4:800\$000
7	Professores . . . . .	22:400\$000	11:200\$000	33:600\$000
1	Secretario . . . . .	2:800\$000	1:400\$000	4:200\$000
1	Bedel . . . . .	1:600\$000	800\$000	2:400\$000
	Gratificação ao professor que exercer as funções de Director . . . . .		1:600\$000	1:600\$000
	Quando, nos termos da lei n. 242, forem providos os cargos de Bibliothecario-archivista e Amanuense, e desannexadas as funções do Porteiro das do Bedel, perceberão taes funcionarios os seguintes vencimentos:			
1	Bibliothecario-archivista . . . . .	2:400\$000	1:200\$000	3:600\$000
1	Amanuense . . . . .	2:000\$000	1:000\$000	3:000\$000
1	Porteiro . . . . .	2:000\$000	1:000\$000	3:000\$000

Gabinete do Intendente Municipal,  
Belém do Pará, 11 de Outubro de 1899.

ANTONIO JOSÉ DE LEMOS  
Intendente.

Fonte: Regulamento do Instituto Cívico-Jurídico Paes de Carvalho (Belém, 1899, p. 605).

As duas tabelas fornecem informações sobre os vencimentos de funcionários e professores do ensino público municipal e do ICJPC em Belém do Pará durante a Primeira

República. Cabe pontuar que não podemos comparar os cargos de diretores das duas tabelas, pois são distintos; se na primeira, temos o diretor geral da instrução, na segunda, aparece o diretor do Instituto. Sobre esta questão específica, o Regulamento da Instrução Pública Municipal de 25 de fevereiro de 1903 faz algumas observações:

1. Enquanto o cargo de director do Ensino Municipal for accumulado pelo director do Instituto Civico-Juridico Paes de Carvalho, perceberá estes apenas dois terços dos vencimentos marcados na presente tabella<sup>25</sup>, sem prejuizo do que lhe compete pelo referido Instituto.
2. Para effeito de licença, a simples gratificação arbitrada n'esta tabella vigorará como vencimento (Belém, 1903b, p. LXXVI).

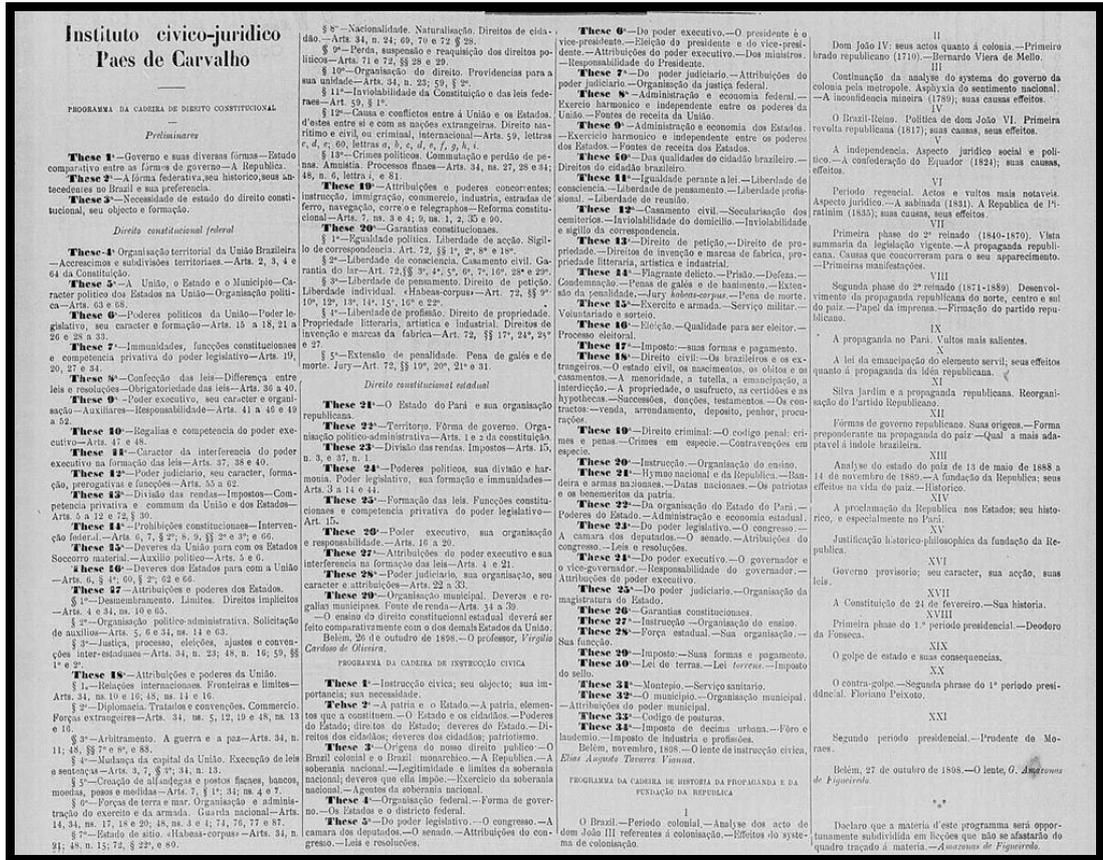
Feitas as devidas ponderações quanto ao diretor, vejamos os cargos de professores, que, na primeira tabela, inclui vencimentos para professores primários na sede (16 docentes) e no interior do município (42 docentes), totalizando 38:400\$000 réis na sede e 84:000\$000 réis no interior. Na segunda tabela, o cargo de professores (7 no total) recebe um total de 33:600\$000 réis (22:400\$000 de ordenado e 11:200\$000 de gratificação). Fazendo uma simples comparação entre as gratificações dos professores do ensino primário que atuavam na sede do município com os do Instituto, verificamos que deste último recebiam o dobro do valor do primeiro.

Retornando ao regulamento, observamos também regras claras para o corpo docente. No caso de cadeiras vagas, deveriam ser preenchidas por concurso, que incluía provas de dissertação impressa, exame escrito e ato oral. Este processo seletivo garantia que os professores do ICJPC fossem qualificados e capazes de realizar um processo de ensino adequado; além disso, eles seriam obrigados a seguir um programa e a manter a disciplina em sala de aula.

---

<sup>25</sup> Refere-se à tabela dos vencimentos dos professores e funcionários do ensino público municipal.

Figura 8 - Programa da Cadeira de Direito Constitucional



Fonte: O Pará (1898, p. 3).

A imagem anterior reproduz uma publicação do jornal *O Pará* sobre o programa da cadeira de Direito Constitucional do ICJPC. Este documento nos forneceu uma visão detalhada do currículo e dos temas abordados nesta disciplina, destacando a profundidade e a abrangência da formação oferecida pelo Instituto.

O programa estava dividido em várias teses (conteúdos), cobrindo uma ampla gama de assuntos relacionados ao Direito Constitucional, como: estudo comparativo entre formas de governo, especialmente a República; organização econômica federal e estadual; relações jurídicas constitucionais e poderes do Estado; conflito de leis, competência do poder executivo e judiciário; funções do Presidente da República, vice-presidente e ministros; liberdade e igualdade, direitos políticos e sociais; administração econômica republicana e separação dos poderes; análise histórica dos períodos colonial, imperial e republicano; estudo de constituições, reformas e atos históricos; entre outros.

A estrutura curricular do curso indicava a intenção do ICJPC de proporcionar uma formação sólida em Direito Constitucional, com foco na inclusão de tópicos como o estudo

comparativo de formas de governo e a necessidade do estudo do direito constitucional, além de abranger desde questões internas de organização do Estado e direitos dos cidadãos até aspectos externos, como relações internacionais e história constitucional, inclusive com ênfase em temas de direito cívico e histórico.

A seleção dos professores e a exigência do cumprimento de programas pedagógicos bem definidos demonstrou o compromisso com o ensino exercido no ICJPC. Professores qualificados e dedicados eram essenciais para a formação cívica e jurídica dos alunos, preparando-os para participar ativamente da vida pública e exercer suas funções com competência e responsabilidade.

Entre outros aspectos, o regulamento do ICJPC detalhava as obrigações, proibições e direitos dos alunos. Estes deviam comparecer às aulas com “asseio e decência”, portar-se com atenção e respeito, obedecendo aos professores. Essas normas visavam promover um ambiente de aprendizado disciplinado e respeitoso, essencial para a formação de cidadãos responsáveis e conscientes.

O regulamento também estabelecia as penalidades para o descumprimento das obrigações, seguindo as aplicáveis no Regulamento do Lyceu Paraense, salvo algumas diferenças na instância de aplicação. A pena de eliminação, por exemplo, impedia a readmissão do aluno no Instituto, reforçando a seriedade das normas disciplinares.

A imposição de penalidades rigorosas serviu para manter a ordem e a disciplina no Instituto, elementos fundamentais para a efetividade do processo educacional. Ao exigir que os alunos cumprissem suas obrigações com asseio, decência e respeito, o ICJPC tentava promover uma cultura de responsabilidade e comprometimento, preparando-os para enfrentar os desafios da vida pública e profissional.

Havia também a previsão de que o ensino fosse gratuito e acessível a todas as classes, permitindo que trabalhadores e operários pudessem acessar a educação cívica e jurídica. O Regulamento do ICJPC organizou e definiu as bases de formação dos alunos, procurando defender postulados teóricos diferenciados de outras instituições, de modo a se impor como uma das expressões da modernidade pretendida pelos fundadores da República, além de oferecer prêmios e regalias aos diplomados no Instituto, como no caso de preferência na ocupação de cargos na esfera “da administração municipal, quer nas primeiras nomeações, quer nas promoções, dispensando os exames comuns nos concursos a que tiver de submeter-se para obtenção dos mesmos cargos” (Belém, 1899, p. 589).

O primeiro ano de funcionamento do ICJPC foi marcado por desafios logísticos, como a inadequação das instalações no Lyceu Paraense, onde as aulas eram ministradas em uma

sala acanhada e mal ventilada, o que dificultava o andamento adequado das atividades. Antônio Lemos destacou que “a sala era acanhada, sita na parte ocidental superior do prédio, sem ar e cômodos necessários ao bom andamento das aulas” (Belém, 1902a, p. 1). Reconhecendo esses problemas, o Conselho Municipal prontamente votou a Lei n.º 242, de 21 de setembro de 1899, que reorganizou o Instituto, estabelecendo um novo regulamento, ampliando o currículo e autorizando o aluguel de um prédio na travessa S. Matheus. Posteriormente, com a Lei n.º 332, de 7 de junho 1902, Instituto passou a funcionar na Travessa Frutuoso Guimarães, n.º 59.

O ICJPC enfrentou desafios relacionados à infraestrutura devido ao crescente número de alunos matriculados. Por esta razão, em 1902, o regulamento do Instituto foi revisado para melhor atender às suas necessidades educacionais, pois, de acordo com o relatório da Intendência, “de ano para ano avulta o número de alunos ali matriculados, sendo animador o resultado dos respectivos exames” (Belém, 1903a, p. 248).

O relatório de 1903 destacou a regularidade das reuniões do Conselho Municipal, realizadas em março, junho, setembro e dezembro, com sessões extraordinárias para tratar de assuntos específicos. A sessão solene de 15 de novembro de 1902 foi particularmente significativa, pois foi o momento no qual se deu a distribuição dos diplomas aos alunos do ICJPC, em uma cerimônia que contou com a presença do Chefe do Estado, representantes da administração, corpo consular estrangeiro e diversos cidadãos ilustres (Belém, 1903a, p. 223). No ano letivo de 1903, a matrícula geral foi de 86 alunos (Belém, 1903a, p. 248).

O relatório também detalhou os resultados dos exames, destacando que, dos 19 alunos que requereram exame no primeiro ano, 11 passaram para o segundo ano e 6 foram diplomados com distinção. O sucesso dos alunos nos exames e a crescente matrícula demonstravam a eficácia do ICJPC em cumprir sua missão educacional (Belém, 1903a, p. 248).

O corpo docente do Instituto era composto por professores efetivos e interinos, selecionados por sua competência e dedicação. Em 1903, o relatório mencionou como professores efetivos João Marques de Carvalho, Tito Cardoso de Oliveira e Virgínio Santa Rosa, além de professores interinos, como Heitor Gil Castello Branco, Laudelino Baptista e Astrogildo Silva (Belém, 1903a, p. 224). Neste mesmo ano, foram diplomados Miguel Pedro Schelley, Raymundo Mendes e Joaquim Baptista de Carvalho (Belém, 1903a, p. 248).

O relatório de 1903 também menciona que, por economia e disposição regulamentar, a secretaria do Ensino funcionaria no mesmo prédio do ICJPC, contando com a presença de um amanuense, um porteiro e um bedel, responsáveis pela escrituração e manutenção da ordem

interna (Belém, 1903a, p. 226).

Como componente do conjunto de recursos didáticos do Instituto foi utilizado o livro *A Pátria Brasileira*<sup>26</sup>, solicitação feita pelo Intendente a uma comissão, que aprovou o pedido e deu um parecer favorável à importância daquele material para os alunos da instituição. Assim, a Lei nº 358, de 12 de março de 1903, fixou que era dever do autor do livro fornecer 500 exemplares da obra para serem utilizados tanto no ICJPC, como nas escolas do município (Pantoja, 2021, p. 80).

Um possível impacto do ICJPC na sociedade belenense começou a ser percebido no relatório de 1904, ao ser sinalizado o aumento progressivo da matrícula anual desde a inauguração do Instituto. No ano de 1904, foram registrados 110 alunos matriculados, o maior número até então, com as aulas funcionando com regularidade e com a frequência diária dos alunos alta. Neste período, dos 37 alunos que requereram exame (27 do primeiro ano e 10 do segundo ano), nove concluíram o curso e foram diplomados em uma sessão solene. Diante desse quadro, Antônio Lemos apontou que esses resultados deveriam ser vistos como um “incentivo a toda mocidade que sabe compreender a significação do estudo, como elemento fortíssimo de exito, na lueta pela vida” (Belém, 1904, p. 265).

O aumento das matrículas demandava mais espaço e mobília escolar, como constatado pelo próprio Intendente, “o Instituto Cívico-Jurídico Paes de Carvalho, regido pelo Regulamento de 7 de abril de 1902, já não se comporta bem no edifício onde funciona” (Belém, 1904). Além da necessidade de instalações adequadas, o ICJPC enfrentou desafios significativos, como a substituição de professores e, em 1904, a morte prematura do professor de história e geografia, Dr. Virgínio Santa Rosa, que representou uma perda para o Instituto.

Ainda no ano de 1904, com a edição da Lei nº 371 de 28 de dezembro, ocorreu a reorganização do ensino municipal, incluindo, além do ensino primário e cívico-jurídico, o ensino artístico. Este regulamento teve como novidade o estabelecimento de que os professores efetivos poderiam ser oriundos tanto da Escola Normal quanto do ICJPC, conforme o artigo 13: “É indispensável, para a nomeação de professor efetivo, o título de normalista, observados os demais requisitos exigidos, pelo regulamento respectivo, para os professores do Estado, ou o diploma do Instituto Cívico-Jurídico Paes de Carvalho” (Belém, 1904).

Em suas manifestações Antônio Lemos deixava patente a importância da instrução cívica e jurídica como possibilidade de estimular nos alunos o sentimento patriótico e a

---

<sup>26</sup> De autoria do Diretor Geral da Instrução Virgílio de Oliveira.

participação política, formando cidadãos por meio da instrução. Segundo Vieira (2012), pela instrução também era possível “desenvolver sentimentos patrióticos, transmitir sistemas de valores ou a oferecer conhecimentos necessários para livre prática da liberdade do cidadão na vida pública [...]” (Vieira, 2012, p. 327).

Para o intendente, a instrução cívica era essencial para a formação moral, assim como a educação jurídica o era para o exercício do civismo, pois “só é grande o povo consciente de seus direitos, mas respeitador d’essa delimitadora de seus deveres, que é a lei” (Belém, 1902a, p. 241). Dentro deste raciocínio, o Instituto se inscrevia no rol das iniciativas governamentais que tinham como escopo a

harmonia social, e da luta pelo direito como uma condição da personalidade humana. Mas entre as várias fórmulas por que essa luta pôde se realizar, aconselhou as fórmulas legais, justificáveis, a luta disciplinada, única que ennobrece, e estimula para as vitórias pacíficas dos grandes idéias (Belém, 1905, p. 294).

O ICJPC foi criado como uma possibilidade de uma instrução cívica e jurídica pautada na formação de um cidadão e de um intelectual que deveria exercer seus conhecimentos na sociedade belenense, sendo consequência de um processo composto a partir do plano de curso, das práticas de ensino, das regras de conduta e dos requisitos para admissão e formatura.

A cada ano, os resultados apresentados pelo ICJPC à sociedade belenense se tornavam mais significativos, com o aumento constante na matrícula de alunos, de 46 em 1900 para 136 em 1905, o que demonstrou a crescente demanda e a confiança da sociedade na educação oferecida pelo Instituto, que não só buscou educar cidadãos para a vida republicana, como também serviu como um modelo de educação cívica e jurídica para outras regiões (Belém, 1905, p. 290).

Em 1905, o ICJPC implementou novas metodologias com vistas a estimular o aprendizado e a participação dos alunos. Uma dessas iniciativas se constituiu em palestras, nas quais os alunos debatiam sobre personagens históricos e a organização de um tribunal de júri na aula de Direito Pátrio, simulando um ambiente jurídico real, objetivando desenvolver a capacidade crítica e a expressão oral dos alunos, preparando-os para a vida pública (Belém, 1905, p. 291).

Ainda em 1905, dos treze alunos que se inscreveram para o segundo ano, apenas sete conseguiram terminar o curso: Leoncio Braga de Abreu, Boaventura Tertuliano da Silva-Santos, Pedro Jorge de Carvalho, Almerindo Trindade, Carlos Justo Ribeiro, Antonio Joaquim de Lima, Armando Furtado de Mendonça. A entrega dos diplomas, assim como era

de costume, aconteceu no dia 15 de novembro, por ocasião da cerimônia comemorativa da Proclamação da República, em sessão do Conselho Municipal, conforme consta na imagem a seguir.

**Figura 9** - Os diplomados de 1905



Fonte: O Malho (1906).

A imagem publicada pela revista *O Malho*, intitulada “Bachareis no Pará”, foi produzida no dia da entrega dos diplomas, em 15 de novembro de 1905, data significativa que reforçava a preocupação do ICJPC na promoção dos valores republicanos, como a cidadania, a justiça e a responsabilidade cívica, por meio da formação jurídica recebida pelos diplomados, apresentada como uma ferramenta essencial para a construção de uma sociedade republicana, baseada em direitos e deveres claros e na participação ativa dos cidadãos.

Os trajes formais dos diplomados indicam o prestígio associado ao curso na época. O uso de fraques sugere a formalidade e a importância da cerimônia de formatura. A disposição dos indivíduos e suas posturas indicam um senso de seriedade e solenidade, típico das fotografias formais da época, que visavam transmitir dignidade e respeito.

Na legenda da fotografia, há a identificação dos diplomados pelo nome, mencionados anteriormente, o que não só documenta quem participou do evento, mas também confere individualidade a cada um, reconhecendo suas conquistas pessoais. A inclusão do capitão Leoncio Braga de Abreu (orador) sugere a presença de militares, indicando interesse pela formação jurídica para diversas carreiras profissionais, incluindo a militar.

Durante a Primeira República, o título de bacharel era altamente valorizado, especialmente em Direito, pois muitos bacharéis se tornavam advogados e líderes políticos. A formação em direito era uma porta de entrada para a elite política e intelectual; mesmo que a formação no Instituto Cívico-Jurídico Paes de Carvalho não fosse de ensino superior, e sim secundária, havia vantagens concedidas aos concluintes, como a garantida pela Lei n. 795, que assegurava aos alunos diplomados pelo ICJPC a faculdade de advogar nas comarcas do interior do Estado. Também havia os prêmios e regalias previstos no Regulamento do Instituto de 1899, além de gozarem dos favores concedidos pela Lei do Estado nº 700, de 3 de março de 1900:

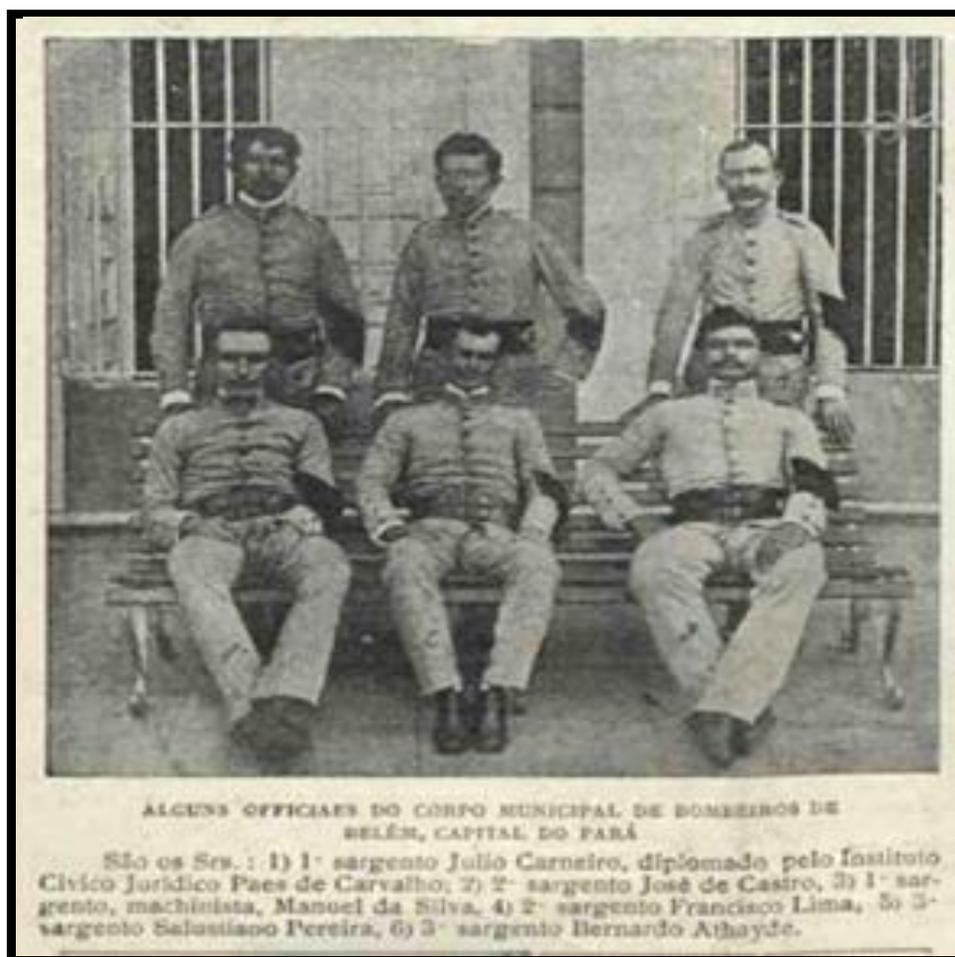
- a) direito a obterem provisão, por tempo indeterminado e isenta de quaisquer impostos, para advogarem em qualquer comarca do Estado que não tenha preenchido o número de advogados fixados por tabeliã do Tribunal Superior de Justiça, valendo o título conferido pelo instituto como prova do exame de língua portuguesa e aritmética, restrito o exame que houverem de prestar perante o Tribunal Superior às seguintes matérias: processo civil, comercial e criminal, pratica forense e hermenêutica jurídica;
- b) preferência nas nomeações de promotores provisórios e professores interinos;
- c) preferência nos ofícios de justiça, dada a igualdade de condições nos concursos e salvos direitos adquiridos (Belém, 1902a, p. 240).

À vista disso, dos formandos era esperado que assumissem papéis de liderança e influência, conforme os ideais republicanos da época, dado que o ICJPC tinha como objetivo principal proporcionar uma educação que combinasse os aspectos cívicos e jurídicos, preparando os alunos para participar ativamente na vida pública e contribuir para a construção do novo regime. Assim, a imagem celebrava o sucesso dos diplomados em alcançar esse objetivo, simbolizando a transição de alunos para cidadãos preparados para servir à República, além de documentar um momento de mudança que teria repercussões significativas na vida política e social de Belém do Pará e do Brasil como um todo.

A fotografia dos diplomados do Instituto em 1905, neste sentido, manifesta-se como evidência da importância da formação cívica e jurídica daquele momento, com a formalidade e a seriedade dos trajes, a disposição dos diplomados e a identificação individual, o que sublinhou a importância do evento e a contribuição significativa do ICJPC para a consolidação dos valores republicanos. Este momento de formatura representava uma

conquista pessoal para os diplomados e um passo importante na construção de uma sociedade republicana que pretendia ser baseada na justiça, na cidadania e na responsabilidade cívica.

**Figura 10** - Oficiais do Corpo Municipal de Bombeiros de Belém



Fonte: O Malho (1910).

Esta imagem apresenta alguns oficiais do Corpo Municipal de Bombeiros de Belém, capital do Pará, destacando-se especialmente o 1º sargento Julio Carneiro, como diplomado pelo Instituto Cívico-Jurídico Paes de Carvalho. Ao analisarmos esta fotografia, constatamos a abrangência, a influência e o destaque do ICJPC na formação de profissionais em diversas áreas da administração pública, incluindo serviços essenciais como o Corpo de Bombeiros.

Os oficiais uniformizados simbolizam a organização, a disciplina e a formalidade do Corpo de Bombeiros, como também os uniformes indicam a identidade e o papel desses profissionais na sociedade. A uniformização reforça a ideia de coesão e ordem dentro da instituição, aspectos primordiais para a eficácia dos serviços de emergência e segurança

pública.

Os nomes relacionados na fotografia são 1º sargento Julio Carneiro, 2º sargento José de Castro, 3º sargento, maquinista, Manoel da Silva, 4º sargento Francisco Lima, 5º sargento Salustiano Pereira, e 3º sargento Bernardo Athayde. Como mencionado, o primeiro é caracterizado como diplomado pelo ICJPC, o que demonstrava o prestígio e a qualificação associada ao Instituto.

A menção do ICJPC no contexto da formação de um sargento do Corpo de Bombeiros sublinha a relevância da educação oferecida, indicando que o ICJPC não apenas formava profissionais para o setor jurídico e administrativo, mas também contribuía para a qualificação de indivíduos em áreas operacionais e de segurança pública.

A presença de um diplomado pelo ICJPC no Corpo de Bombeiros reforçava a ideia de que os valores republicanos eram disseminados e incorporados em diversas esferas da administração pública. Deste modo, os bombeiros, como servidores públicos, contribuía na proteção e no serviço à comunidade e à formação no ICJPC almejava garantir que esses profissionais estivessem preparados para desempenhar suas funções com um forte senso de dever cívico e ética profissional.

A legitimação social da educação oferecida pelo ICJPC também implicava aos diplomados maiores oportunidades de ascensão profissional e reconhecimento público, fortalecendo a coesão e a ordem dentro das instituições públicas, ademais de representar as grandezas do regime republicano, como exposto pelo Intendente ao citar em seu relatório de 1908 uma nota da imprensa local fazendo o registro sobre a diplomação do sargento Julio Carneiro:

Mais do que todas estas avulta a manifestação oficial do Conselho Municipal de Belém, cuja nota de verdadeira e irrecusável significação democrática se encontra na entrega do diploma ao bacharelado Julio Carneiro, aluno do Instituto Civico-Juridico Paes de Carvalho e orador da turma.

Somente um regime de completo nivelamento social, como o regime republicano, admitiria o que ontem vimos: - esse jovem, um simples cabo do Corpo Municipal de Bombeiros, ostentando a sua farda, comunicar diretamente com a primeira autoridade do Município, sem quebra da rigorosa disciplina da corporação e com o aplauso caloroso da população inteira.

É um facto que ninguém se negará a aceitar como uma das grandes belezas do regime republicano (Belém, 1908, p. 22).

Apesar dos avanços, o ICJPC continuava enfrentando os desafios relacionados à infraestrutura e à necessidade de instalações adequadas. O relatório de 1906 mencionou a esperança de que um vasto palacete na rua Paes de Carvalho fosse entregue à Intendência para abrigar o Instituto, juntamente com o Instituto Pedro Américo e a Diretoria do Ensino Municipal. Essa mudança visava melhorar as condições de ensino e proporcionar um

ambiente mais adequado para a educação (Belém, 1906, p. 216).

Em 1906, a matrícula atingiu 110 alunos de diversas classes sociais, incluindo estudantes, funcionários públicos, operários e artistas, com uma frequência média de 50 alunos por noite (Belém, 1906, p. 214). O rigor dos exames foi mantido, resultando em 26 alunos aprovados entre os 38 inscritos para os exames gerais daquele ano. A entrega dos diplomas ocorreu em uma cerimônia solene em 15 de novembro de 1906 (Belém, 1906, p. 215-216).

Em 1907, ocorreram mudanças significativas na administração do ICJPC, como em 17 de fevereiro, com a substituição de Virgílio de Oliveira do cargo de diretor pelo reverendo padre João Pedro de Figueiredo. Neste ano, foram 77 alunos matriculados nos dois anos do curso, com uma frequência média de 37 alunos frequentando o primeiro ano e 10 alunos na turma do segundo ano, refletindo o comprometimento dos estudantes e a eficácia das práticas pedagógicas implementadas (Belém, 1907, p. 163).

Com o passar do tempo, observavam-se nos relatórios da Intendência questionamentos a respeito das instalações para o funcionamento do Instituto que era considerado “uma das melhores instituições municipais de Belém” (Belém, 1903a, p. 248). Diante disto, após uma série de problemas relacionados a logística e infraestrutura, dez anos após sua inauguração, o Intendente celebrou, em 1908, a “nova e excelente” instalação do ICJPC, que passou a se tornar um estabelecimento de ensino com

condições materiais invejáveis para expandir-se e prosperar, como sinceramente desejam todos os que reconhecem a necessidade moral de ministrar fecundas lições de civismo á mocidade. Tais condições, aliadas aos bons esforços do respectivo Corpo Docente, e á applicação e aproveitamento dos que lhes vêm receber as luzes nas prelecções, vão produzindo os desejados fructos para o soerguimento da geração de amanhã, a qual, por ser mais instruída, mostrar-se-á, mais, do que a nossa, compenetrada da grandeza do amor pátrio (Belém, 1908, p. 290).

O relatório de 1908 mencionou a nova instalação do ICJPC no palacete pertencente ao Dr. Paes de Carvalho, apontando que a mudança para este novo edifício, descrito como amplo e moderno, marcou uma melhoria significativa nas condições físicas do Instituto. Antônio Lemos detalhou a inauguração do novo prédio, destacando a presença de autoridades e a qualidade das instalações (Belém, 1908, p. 22).

Considerando o problema constante ao longo dos anos relacionado à “quantidade numerica, tornava-se necessaria a mudança do Instituto para um predio que pudesse comportar os alumnos estaveis, assegurando-lhes a hygiene e commodidade precisas” (Belém, 1902b, p. 41), em 1908, o ICJPC foi transferido para uma casa na Travessa São Matheus (Atual Tv. Padre Eutíquio). A edificação elegante possuía dois andares, “com um jardinsinho

plantado á frente, que lhe imprime uma feição diversa da abafadiça e sombria, característica das escolas quasi que em geral” (Belém, 1902b, p. 41). No pavimento térreo, encontrava-se o gabinete do secretário e duas salas de aula onde funcionavam as classes do primeiro e segundo ano. No pavimento superior, estava o gabinete do Diretor, um salão usado como biblioteca e uma sala de espera.

**Figura 11** - O Instituto Cívico-Jurídico Paes de Carvalho



Fonte: Álbum de Belém (Belém, 1902b).

O prédio possuía formato retangular e pé-direito<sup>27</sup> alto, o que dava proporção horizontal e vertical à edificação e lhe conferia destaque e suntuosidade. A simetria também era evidenciada pela presença rítmica de janelas em vãos amplos, com peitoril baixo, que preenchiam quase toda a área das paredes, criando alusão bem aproximada a um templo do saber. Tal intencionalidade foi amplamente difundida durante a Primeira República em prédios escolares como instrumento de propaganda do regime, possuindo caráter positivista, pois exaltava-se as ciências e o ensino laico, e usava a fachada para esboçar símbolos republicanos como a bandeira do Estado hasteada.

O conforto ambiental e salubridade também foi um fator levado em consideração na

<sup>27</sup> Diferença (altura) entre o piso e o teto de um cômodo ou de uma edificação inteira.

escolha do edifício, proporcionados pela grande quantidade de janelas e pelo alto pé-direito. A iluminação e ventilação era uma grande preocupação para os governantes influenciados pelo movimento higienista, pois acreditavam que “o contágio de moléstias se dava por comunicação entre moléculas de um indivíduo com outro pelo contato ou pelo ar, e a infecção se dava por meio dos miasmas do ambiente” (Beltrão, 2004, p. 98 *apud* Costa, 2021, p. 79).

A arquitetura do Instituto foi um exemplo do ecletismo, estilo muito popular no Brasil durante a Primeira República, caracterizado pela combinação de elementos arquitetônicos de diferentes períodos históricos, buscando uma aparência monumental e imponente, adequada para edifícios públicos e educativos.

Os elementos desse ecletismo podem ser observados na fachada do prédio, com uma simetria marcante e elementos decorativos uniformemente distribuídos. As janelas apresentam arcos, como um elemento clássico que remete a estilos arquitetônicos renascentistas e barrocos, conferindo uma sensação de solidez e permanência. Há também o uso de frontões triangulares e platibandas denticuladas (decoração em forma de dentes) no topo da fachada, outra característica eclética que acrescenta um ar de grandiosidade ao edifício.

Os prédios públicos dessa época, como o adquirido para o funcionamento do Instituto, eram projetados para simbolizar a estabilidade e a prosperidade do regime republicano. A escolha do estilo e dos elementos arquitetônicos visava transmitir uma imagem de ordem, progresso e modernidade, que eram valores centrais do ideário republicano. Ressaltamos que este prédio não foi construído para a finalidade de atender ao ICJPC, pois ele já existia; era o palacete de propriedade do Dr. Paes de Carvalho, situado à rua que tinha o seu nome, mas foi escolhido por atender às necessidades e aos padrões exigidos para aquela instituição. Como relata o Intendente em seu relatório:

O edifício, que dispõe de cômodos amplos e numerosos, presta-se sobremaneira para o fim em que o empregou a Intendência, resultando disso estarem os dois departamentos da Comuna instalados com todo o conforto e higiene, de par com os mais modernos preceitos da pedagogia (Belém, 1908, p. 285).

A instalação desse prédio foi concluída em 24 de fevereiro de 1908, e ele foi entregue em uma cerimônia intimista, que, de acordo com Antônio Lemos, foi noticiada pela imprensa da seguinte forma:

O belo palacete Paes de Carvalho, situado á rua do mesmo nome, no qual ficaram reinaugurados a Diretoria do Ensino Municipal e o Instituto Cívico, foi completamente remodelado, apresentando magnificas dependências adaptáveis ao regular funcionamento das várias secções e aulas, arejadíssimas e abundantes de luz e mobiladas todas sóbria e elegantemente. Abrem para as ruas as salas onde funcionam o gabinete do Diretor do Ensino e o do Instituto, separadas pela escadaria

da entrada. Seguem-se a ambas as salas as respectivas secretarias as quais terminam no grande salão destinado às sessões e conferencias (Belém, 1908, p. 285).

O Instituto Cívico-Jurídico Paes de Carvalho, tanto na sua atribuição educativa quanto em sua expressão arquitetônica, refletiu os esforços da Primeira República para consolidar um novo regime político e social no Brasil. Por meio de uma arquitetura imponente e do papel formador de elites republicanas, essa instituição simbolizava a tentativa de construção de um Estado moderno e secular, alicerçado em valores cívicos e jurídicos.

Após sofrer remodelagem e adequações como prédio escolar, a arquitetura do ICJPC o concedia características diferentes das demais edificações públicas na Primeira República, pois foram demarcadas por “uma concepção espacial historicamente construída e cuja configuração dotou-lhes de identidade particular, representando um significativo empreendimento visual e simbólico de propaganda do Novo Regime Político instaurado” (Bencostta; Ermel, 2019).

O relatório de 1910 mencionou diversas reformas realizadas no ICJPC, refletindo um compromisso contínuo com a melhoria das condições de ensino. Entre os serviços executados, estavam concertos no prédio e gastos com a iluminação pública do Instituto, o que demonstrava uma suposta preocupação com a segurança e o conforto dos alunos durante as aulas noturnas (Belém, 1910, p. 196).

O relatório de 1910 forneceu um mapa detalhado do movimento dos alunos no ICJPC de 1º de março a 31 de maio, constando que, no primeiro ano, estavam matriculados 31 alunos, enquanto no segundo ano, 7 alunos, frequentando regularmente todas as aulas. A média de frequência diária era de 25 alunos (Belém, 1910, p. 196).

Em 5 de julho de 1911, ocorreu a suspensão das atividades do Instituto Cívico-Jurídico Paes de Carvalho em Belém, Pará, conforme determinação da Lei nº 576. A decisão de suspender as aulas e colocar os funcionários em disponibilidade, sem vencimentos, refletiu as complexas dinâmicas políticas, a fragilidade financeira e a dependência dessa instituição do apoio governamental, após Antônio Lemos sair do governo.

A imprensa veiculou notícias sobre a formação de uma comissão para arrolar e receber os móveis e utensílios do Instituto, sobre a transferência do serviço sanitário municipal para os compartimentos do prédio onde funcionava o ICJPC, indicando uma reconfiguração do uso do espaço físico. Além disso, veiculou-se que o professor vitalício de contabilidade do ICJPC, Tito Cardoso de Oliveira, havia sido nomeado para exercer o cargo de inspetor escolar, com um vencimento de 4:800\$000 anuais.

Outra informação importante dizia respeito aos alunos que já haviam se matriculado

ou que tinham completado os exames acadêmicos, que deveriam consultar o Conselho Municipal para resolver suas situações.

Assim, concluímos que a implementação do Instituto Cívico-Jurídico Paes de Carvalho foi um processo complexo, mas essencial para a consolidação dos ideais republicanos e a formação de uma cidadania ativa em Belém. Por intermédio de reformas contínuas, dedicação do corpo docente e administrativo, bem como um compromisso com a educação de qualidade, o ICJPC conseguiu cumprir sua missão de promover a educação cívica e jurídica.

### **3 O PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DO INSTITUTO CÍVICO-JURÍDICO PAES DE CARVALHO: UMA ANÁLISE HISTÓRICA**

O Instituto Cívico-Jurídico Paes de Carvalho foi fundado em 1898 em Belém do Pará, durante um período de significativas transformações políticas, sociais e econômicas no Brasil. A criação desta instituição pretendia ser uma resposta direta às demandas da recém-estabelecida República Brasileira, que buscava consolidar um novo ideário por meio da educação cívica e jurídica de seus cidadãos. Nomeado em homenagem ao político José Paes de Carvalho<sup>28</sup>, o Instituto foi concebido com o objetivo de proporcionar uma formação abrangente que capacitasse os cidadãos para a vida pública e para o exercício consciente de seus direitos e deveres republicanos.

Sua criação foi um marco significativo na história educacional e política de Belém do Pará. Formalizada pela Lei n.º 201, promulgada em 15 de setembro de 1898, a fundação do ICJPC representou um esforço deliberado da classe dirigente da República brasileira na cidade para estabelecer um aparelho privado de hegemonia. Para Gramsci (1989), esses aparelhos são instituições não estatais que desempenham um papel crucial na disseminação e consolidação das ideias e valores da classe dominante, contribuindo para a manutenção da hegemonia cultural e política. O ICJPC, dedicado à educação cívica e jurídica, serviu como um veículo para promover os ideais republicanos e moldar cidadãos de acordo com os interesses da nova ordem.

A fundação foi uma iniciativa da intendência Antônio Lemos, que viu na educação um instrumento fulcral para a construção de uma nova ordem social republicana. A instituição foi estruturada para oferecer educação gratuita e noturna, especialmente voltada para trabalhadores e cidadãos que, de outra forma, não teriam acesso a uma formação formal. Com um currículo que incluía disciplinas como direito constitucional, instrução moral e cívica, o

---

<sup>28</sup>José Paes de Carvalho nasceu em Belém do Pará no ano de 1850 e teve uma carreira política distinta, especialmente no Pará. Ele foi um político influente e atuou como presidente do estado do Pará durante a Primeira República. Foi um dos fundadores do Clube Republicano do Pará e tornou-se presidente do mesmo em 1889. Na carreira política Paes de Carvalho foi eleito senador pelo estado do Pará, escolhido como segundo secretário da Constituinte, além de signatário da Constituição de 1891. Também concorreu à vice-presidência da República nas eleições presidenciais de 1894, mas foi derrotado por Manuel Vitorino, do Partido Republicano Federal. Governou o estado do Pará de 1º de fevereiro de 1897 até 1º de fevereiro de 1901. Em 1903 retornou ao Senado e foi reeleito para as legislaturas subsequentes, exercendo o mandato até 31 de janeiro de 1912 (Setemy, 2015). Uma das suas contribuições mais notáveis foi o apoio à criação de instituições educacionais, sendo o Instituto nomeado em sua homenagem e em reconhecimento ao seu compromisso cívico, que refletia sua visão de uma educação que promovesse os valores republicanos e formasse cidadãos conscientes de seus direitos e deveres.

instituto buscava inculcar os valores republicanos na população, promovendo uma cidadania ativa e informada.

Desde sua criação, o ICJPC ofereceu uma formação cívica e jurídica dos belenenses em resposta às necessidades e desafios de uma sociedade em transição. Desse modo, para traçarmos o processo de implementação do ICJPC, partimos do pressuposto de que a criação dessa instituição escolar fez parte de uma política pública, com diretrizes e princípios norteadores da própria ação do poder público, o que se reflete em

políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamentos) que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos. Nem sempre, porém, há compatibilidade entre as intervenções e declarações de vontade e as ações desenvolvidas (Teixeira, 2002, p. 2).

A implementação das políticas educacionais, portanto, deve ser compreendida como um processo histórico e socialmente determinado, em que práticas pedagógicas são mediadas por condições materiais e pela correlação de forças entre os diversos grupos sociais. Vale ressaltar que, para Dermeval Saviani, a dimensão política da educação não se dissocia da prática pedagógica, sob pena de não se fazer educação, mas outra coisa. Ou seja, a educação e a política se entrelaçam e não estão isentas uma da outra (Saviani, 2008b).

Segundo Di Giusto e Ribeiro (2019), também há que se considerar outros fatores ao se analisarem estudos de implementação de políticas públicas, como contextos, condições de trabalho, padrões de interações entre os agentes implementadores, suas diversas interpretações decorrentes dos processos de comunicação, treinamentos, crenças, interesses e valores pessoais. Implementar políticas públicas educacionais refere-se a um processo de concretização de diretrizes e intenções pré-estabelecidas em práticas operacionais e tangíveis dentro do sistema educacional. Nessa medida, “a política educacional diz respeito às decisões que o poder público, isto é, o Estado, toma em relação à educação” (Saviani *et al.*, 2008, p. 7).

Esse conceito envolve a transformação das decisões e objetivos políticos em ações práticas, abrangendo desde a organização e mobilização de recursos até a atuação de docentes e demais profissionais, para exercerem um “papel ativo no processo de interpretação e reinterpretção das políticas educacionais e, dessa forma, o que eles pensam e no que acreditam têm implicações para o processo de implementação das políticas” (Mainardes, 2011, p. 98), além do monitoramento dessas atividades.

Todo esse processo ocorreu no contexto da transição do regime monárquico para o republicano em 1889 e, como já mencionado, trouxe consigo a necessidade de legitimar a nova ordem política e promover os valores republicanos entre a população. A elite

republicana reconheceu a educação como uma ferramenta fundamental para alcançar esses objetivos. Em Belém, essa necessidade foi ainda mais acentuada pela prosperidade econômica decorrente do ciclo da borracha, que atraiu uma grande quantidade de migrantes e acentuou as desigualdades sociais.

### **3.1 Estrutura e objetivos do ICJPC**

A Lei n.º 201 especificava os objetivos do ICJPC, que incluíam a formação cívica e jurídica dos cidadãos de Belém, oferecendo educação gratuita e noturna, acessível a trabalhadores e operários que não podiam frequentar escolas durante o dia.

O currículo foi planejado para promover os valores republicanos e incluía disciplinas como direito constitucional, instrução moral e cívica, além de outras matérias que ensinavam aos alunos sobre a estrutura e os princípios do novo regime. A ênfase na educação cívica e jurídica visava formar cidadãos bem-informados, conscientes de seus direitos e deveres, e comprometidos com a moralidade pública.

Apesar do apoio legislativo, a implementação enfrentou diversos desafios. Inicialmente, o Instituto foi instalado em uma das salas do Lyceu Paraense, o que se revelou inadequado devido à falta de espaço e recursos apropriados. No entanto, a determinação dos líderes educacionais e do governo municipal garantiu que o ICJPC continuasse a funcionar e a se expandir.

À frente do ICJPC, Virgílio de Oliveira se destacou como uma liderança constantemente preocupada em superar os desafios para que a educação cívica e jurídica fosse eficaz. Para tanto, contou com o apoio de Antônio Lemos no processo de implementação e promoção do Instituto. Podemos inferir, em consonância com nossa perspectiva gramsciana, que Virgílio de Oliveira e Antônio Lemos atuavam como intelectuais orgânicos da classe dirigente da emergente República brasileira em Belém do Pará, na medida em que eles desempenhavam um papel crucial na consolidação dos valores e ideais republicanos. Por meio do ICJPC, buscavam não apenas instruir as novas gerações sobre os direitos e deveres cívicos, mas também criar um consenso em torno da legitimidade do novo regime político – papel que, segundo Gramsci (1989), cabia aos intelectuais orgânicos. Assim, contribuía para a construção de uma hegemonia cultural e política que consolidaria a ordem republicana, alinhando as instituições educacionais com os objetivos do Estado e integrando setores da sociedade ao projeto republicano. Dessa forma, o ICJPC tornou-se um veículo para disseminar a ideologia dominante, moldando o imaginário social e preparando o terreno para

a hegemonia política das elites republicanas.

Antônio Lemos foi um dos principais articuladores da modernização de Belém e um fervoroso defensor dos ideais republicanos. Ele acreditava que uma cidade modernizada e educada refletia o espírito do positivismo, que influenciou muitos líderes republicanos da época. Nessa linha de raciocínio, identificou a necessidade de uma instituição que pudesse oferecer educação cívica e jurídica aos cidadãos de Belém, especialmente àqueles que, devido às suas condições socioeconômicas, não tinham acesso à educação formal durante o dia.

Após a promulgação da Lei n.º 201 de 15 de setembro de 1898, Antônio Lemos continuou a desempenhar um papel ativo na implementação do ICJPC, assegurando de que a administração municipal fornecesse os recursos necessários para o funcionamento do Instituto. Como já mencionado, isso incluiu a disponibilização de uma sala no Lyceu Paraense para sediar as aulas do ICJPC. Embora essa solução provisória apresentasse desafios, como a inadequação das instalações, a determinação do intendente garantiu que o Instituto pudesse iniciar suas atividades.

O intendente não apenas facilitou a criação do ICJPC, mas também defendeu que o currículo deveria incluir disciplinas que ensinassem sobre a estrutura do Estado republicano, os direitos e deveres dos cidadãos, e a importância da moralidade pública. Para atingir esse objetivo, a organização administrativa do ICJPC foi desenhada para garantir um funcionamento eficiente e um ambiente propício para a educação cívica e jurídica. Isso incluía uma direção central que supervisionava todas as atividades do Instituto e assegurava que os objetivos educacionais fossem alcançados.

A estrutura administrativa do ICJPC consistia em: um diretor, responsável pela supervisão geral do Instituto, sendo Virgílio de Oliveira o primeiro a exercer a função; um secretário, que auxiliava o diretor nas tarefas administrativas diárias, na manutenção da infraestrutura do Instituto e na coordenação das atividades acadêmicas; e um amanuense, responsável pela redação e organização dos documentos oficiais do ICJPC, incluindo atas de reuniões, registros de alunos e correspondência oficial, garantindo que todas as atividades administrativas fossem devidamente documentadas e arquivadas.

O corpo docente era composto por professores comprometidos em promover os valores republicanos por meio da educação cívica e jurídica, atuando assim, como intelectuais orgânicos da classe dirigente da emergente República Brasileira, e contava em seu quadro com:

1. Virgílio Cardoso de Oliveira (Diretor e Professor), que não apenas liderou a instituição como diretor, mas também lecionou disciplinas centrais como Direito Constitucional e Instrução Moral e Cívica;
2. Dr. Eustáquio da Costa Rodrigues, que substituiu interinamente o professor efetivo João Marques de Carvalho em várias disciplinas jurídicas;
3. Dr. Laudelino Baptista, que lecionava Geografia e História, disciplinas essenciais para entender o desenvolvimento da sociedade brasileira no contexto republicano;
4. Tito Cardoso de Oliveira, professor efetivo de Aritmética e Contabilidade, fundamental na formação dos alunos nas áreas de matemática e gestão financeira, preparando-os para o serviço público e para a administração eficiente;
5. Arthur Stiévenard, que ensinava Álgebra e Geometria, indispensáveis para o desenvolvimento do pensamento lógico e analítico dos alunos, habilidades essenciais para a resolução de problemas jurídicos e administrativos;
6. Dr. Francisco de Paula Pinheiro, que lecionava Noções de Direito Pátrio, cuja disciplina abrangia os fundamentos do direito brasileiro, preparando os alunos para compreender e aplicar as leis do país em diversos contextos;
7. Dr. Heitor Gil Castello-Branco, que ensinava Instrução Moral e Cívica, com foco na ética e na moralidade pública, e ajudava a inspirar nos alunos os valores republicanos de honestidade, integridade e serviço público.

Um dos principais desafios enfrentados pelo ICJPC foi a inadequação das instalações. As limitações físicas do espaço, como as salas de aula pequenas e mal equipadas e a ausência de infraestrutura apropriada, prejudicavam seu funcionamento.

Buscando resolver esses problemas, o intendente Antônio Lemos e a administração do ICJPC procuraram alternativas para melhorar as instalações da instituição. Em 1899, foi promulgada a Lei n.º 242, que autorizava a aquisição de um novo prédio para o ICJPC, acreditando-se que a mudança para instalações mais adequadas permitiria ao Instituto expandir suas atividades e melhorar a qualidade do ensino oferecido.

A nova localização proporcionou um ambiente mais apropriado para as atividades do ICJPC, pois apresentava salas de aula maiores e melhor equipadas. As reformas na infraestrutura e as estratégias de inclusão e convencimento adotadas para promover o ICJPC permitiram que a instituição não apenas sobrevivesse, mas também prosperasse.

Além de melhorias físicas e do corpo docente, foram implementadas também reformas curriculares e metodológicas para alinhar melhor a oferta educacional do ICJPC com os

valores republicanos e as necessidades da sociedade. O currículo foi atualizado para incluir disciplinas que refletissem os ideais republicanos de cidadania, responsabilidade cívica e moralidade pública, promovendo a cidadania e a compreensão desses valores. As disciplinas incluíam:

- Direito Constitucional - Focava na estrutura e funcionamento do Estado republicano, ensinando os alunos sobre a Constituição, os direitos e deveres dos cidadãos e as instituições republicanas. Esta disciplina era central no currículo do ICJPC, refletindo a importância de educar os cidadãos sobre a estrutura e o funcionamento do Estado republicano. Os alunos aprendiam sobre a Constituição, os direitos e deveres dos cidadãos e as instituições republicanas, fomentando o respeito às leis e à ordem democrática, além de preparar os alunos para participarem ativamente na vida política e cívica;
- Instrução Moral e Cívica - Ensinava os princípios éticos e morais necessários para a vida pública, enfatizando a importância da moralidade, da ética e da responsabilidade cívica, alinhando-se com o ideal republicano de formar cidadãos íntegros e comprometidos com o bem comum. A ênfase na moralidade pública refletia o desejo de promover uma sociedade baseada em valores éticos sólidos;
- Geografia e História - Integrava o estudo do desenvolvimento histórico do Brasil com uma compreensão das transformações geográficas e sociais, contextualizando a República no cenário nacional e global, ajudando os alunos a entenderem as mudanças políticas e sociais que ocorreram com a transição do regime monárquico para o republicano;
- Aritmética e Contabilidade - Preparava os alunos para a administração pública e privada, ensinando habilidades práticas de gestão financeira e matemática, essenciais para a eficiência administrativa. A formação em contabilidade também refletia a necessidade de transparência e responsabilidade na gestão dos recursos públicos;
- Álgebra e Geometria - Desenvolvia o pensamento lógico e analítico dos alunos, habilidades essenciais para a resolução de problemas complexos, promovendo a capacidade de raciocínio crítico, fundamental para a tomada de decisões informadas na vida pública e privada;
- Noções de Direito Pátrio - Proporcionava uma compreensão dos fundamentos do Direito brasileiro, preparando os alunos para aplicar o conhecimento jurídico em contextos práticos, formando cidadãos bem-informados sobre suas obrigações legais e

seus direitos.

As metodologias adotadas foram desenvolvidas para promover a participação ativa dos alunos e desenvolver suas capacidades críticas e de argumentação. Debates, tribunais simulados, palestras e seminários foram incorporados como práticas regulares, incentivando os alunos a aplicarem seus conhecimentos.

Embora a instrução moral e cívica não fosse exclusividade do ICJPC, ela era relevante por enfatizar a importância da ética, da moralidade pública e da responsabilidade cívica, essenciais para inculcar nos alunos os valores republicanos de honestidade, integridade e compromisso com o bem comum. Ao promover esses princípios, o ensino oferecido pelo Instituto visava moldar uma geração de cidadãos comprometidos com a construção de uma sociedade mais avançada do que a do período monárquico, ou seja, alinhada ao ideário republicano. A classe dirigente enfrentou o desafio de substituir a antiga ordem monárquica por um novo conjunto de valores republicanos. Para consolidar seu poder, era essencial fortalecer e amadurecer a hegemonia republicana, promovendo a ideia de cidadania ativa, participação política e dever cívico.

O desenvolvimento das habilidades jurídicas e administrativas foi outro destaque. Com disciplinas como aritmética, contabilidade, álgebra e geometria, os alunos desenvolveram habilidades práticas e analíticas, capacitando-os para o serviço público e outras funções administrativas, bem como para promover a eficiência e a transparência na gestão pública. Por isso, instituições como o ICJPC desempenharam um papel vital nesse processo ao educar as novas gerações sobre os princípios republicanos, criando uma base social e técnica que não apenas aceitava, mas também apoiava e reforçava a longevidade e estabilidade do novo regime republicano no Brasil.

A partir da análise das fontes e das notícias de jornais da época, podemos inferir que a formação proporcionada pelo ICJPC preparou muitos de seus alunos para ocupar posições no serviço público e na administração municipal, contribuindo para a criação de uma administração pública composta por indivíduos leais ao novo regime. Essa profusão de graduados pelo ICJPC forneceu à sociedade belenense e ao serviço público da capital cidadãos determinados a fortalecer ainda mais a hegemonia republicana, garantindo que as instituições públicas refletissem e promovessem os ideais do novo regime. A hegemonia, conforme entendida por Gramsci (1989), refere-se ao domínio cultural, moral e ideológico exercido por uma classe dirigente sobre a sociedade, transcendendo o controle coercitivo ou meramente econômico e político. Ela é crucial para manter a estabilidade social e o consenso, legitimando a posição de liderança e assegurando que suas normas e valores sejam

amplamente aceitos e internalizados pela população.

Podemos considerar que o impacto do ICJPC na sociedade belenense durante a Primeira República foi profundo e duradouro, uma vez que, mesmo com o fim das atividades da instituição, os seus diplomados continuaram a exercer suas atividades profissionais com destaque. O legado do ICJPC pode ser visto na formação de líderes e profissionais que desempenharam papéis importantes na administração pública e na vida política de Belém.

As cerimônias públicas de entrega de diplomas conferidos pelo ICJPC eram eventos importantes que reforçavam a legitimidade e o prestígio da instituição, que contavam com a presença de autoridades locais e dignitários, eram momentos de celebração e reconhecimento. A entrega de diplomas por figuras proeminentes, como o governador do estado ou cônsules de países amigos, destacava a importância da cerimônia e conferia prestígio aos formandos.

Segundo os relatórios de Antônio Lemos, a oferta de aulas noturnas e gratuitas no ICJPC foi uma estratégia para incluir os trabalhadores no sistema de ensino, contribuindo para legitimar o regime republicano entre as classes populares, promovendo a ideia de que a República era um sistema político que servia aos interesses de todos os cidadãos e não apenas das elites.

Trata-se de uma combinação entre educação cívica e jurídica e a difusão ideológica, na perspectiva da formação de cidadãos comprometidos com valores essenciais para a estabilidade e a legitimidade do regime republicano. Além disso, é destacável o pioneirismo do ICJPC na introdução da educação cívica e jurídica em Belém e no Brasil, ao estabelecer um modelo para outras instituições educacionais. Sua metodologia inovadora, que combina disciplinas acadêmicas com a formação moral e cívica, estabeleceu um precedente importante para a educação republicana brasileira.

A criação do ICJPC deve ser compreendida dentro das condições materiais e das relações sociais de produção da época. Isso inclui o contexto econômico do ciclo da borracha e as transformações sociais resultantes da Proclamação da República, que estabeleceram as bases materiais para a fundação do Instituto. Buscamos identificar as contradições sociais e econômicas como impulsionadoras da necessidade de uma educação cívica e jurídica para a nova ordem republicana, refletindo as lutas internas das classes dirigentes e as tensões presentes na sociedade belenense.

Observamos que o processo de implementação do ICJPC fez parte de uma estratégia mais ampla para a construção da hegemonia republicana, com o Instituto funcionando como um meio de disseminar os valores republicanos e criar um consenso em torno da nova ordem política, ou seja, como um aparelho de hegemonia da classe dirigente. As análises mostraram

que a educação cívica e jurídica oferecida pelo ICJPC foi projetada para consolidar a hegemonia cultural das classes dirigentes, moldando as crenças e comportamentos dos cidadãos de acordo com seus ideais.

A cultura foi examinada como um campo de disputa onde a hegemonia republicana era construída e contestada. O currículo e as metodologias pedagógicas do ICJPC, incluindo disciplinas como direito constitucional e instrução moral e cívica, foram analisados como instrumentos para promover a cultura republicana. Além disso, permitiu-nos considerar o ICJPC como um espaço que poderia ter servido para a formação de uma contra-hegemonia, uma vez que não existia um único ideário republicano, possibilitando que ideias críticas e alternativas também fossem articuladas e disseminadas.

A atuação de Virgílio de Oliveira foi explorada por nós como a de um intelectual orgânico que articulou e promoveu os interesses da classe dirigente em seu viés republicano. A investigação destacou indivíduos como ele, que contribuíram para a construção da hegemonia republicana, não apenas disseminando os valores e ideias do novo regime, mas também mobilizando e organizando os cidadãos em torno desses valores.

Neste sentido, o ICJPC não foi apenas um reflexo passivo das condições sociais e econômicas, mas um agente ativo na construção de uma nova ordem política e cultural em Belém. Ele deve ser entendido como resultado das dinâmicas de poder, das lutas sociais e dos processos culturais que moldaram sua implementação e funcionamento, bem como seu impacto duradouro na sociedade belenense.

Durante o final do século XIX e início do século XX, a economia de Belém foi transformada pela exploração e exportação do látex, o que trouxe uma onda de riqueza e desenvolvimento urbano para a cidade. Essa prosperidade econômica permitiu investimentos significativos em infraestrutura, saúde e em educação. A afluência de recursos possibilitou a construção de novos edifícios públicos, a melhoria dos serviços municipais e a criação de instituições educacionais que pudessem atender às novas demandas sociais e políticas da República recém instaurada.

As transformações sociais decorrentes dessa prosperidade econômica foram igualmente importantes, uma vez que expansão da economia do látex atraiu um grande número de migrantes para Belém, resultando em uma sociedade mais diversa e complexa.

Esse influxo populacional gerou novas demandas por serviços públicos e educação, pois muitos dos recém-chegados buscavam oportunidades de ascensão social e integração na nova ordem republicana. A elite local, consciente da necessidade de legitimar a nova estrutura de poder republicana, viu na educação cívica e jurídica uma ferramenta essencial para formar

cidadãos que pudessem sustentar e perpetuar os valores e instituições do regime republicano.

Neste contexto, a fundação do ICJPC representou uma resposta concreta às necessidades materiais e sociais da época. A prosperidade econômica forneceu os recursos necessários para a criação de uma instituição dedicada à educação cívica e jurídica, enquanto as transformações sociais criaram uma demanda por essa forma de educação. O ICJPC foi concebido não apenas como uma instituição educacional, mas como um instrumento para moldar a consciência cívica e jurídica dos cidadãos, promovendo os valores republicanos e integrando os novos membros da sociedade a uma ordem política estável e legitimada.

As condições objetivas para a criação do ICJPC tiveram como base econômica a exploração e o comércio da borracha, bem como as transformações sociais que, associadas, criaram as condições materiais para sua fundação. A instituição emergiu como uma resposta às necessidades e contradições de uma sociedade em rápida transformação, buscando consolidar a hegemonia republicana por meio da educação e da formação cívica.

Como já pontuamos, o ciclo econômico da borracha atingiu seu auge entre o final do século XIX e o início do século XX, transformando Belém em um centro econômico de grande importância na Amazônia. A extração e exportação de látex geraram uma enorme acumulação de capital, que foi reinvestido em infraestrutura urbana, como a construção de edifícios públicos, estradas e outras estruturas essenciais e equipamentos públicos.

Gramsci argumenta que a hegemonia cultural é alcançada quando a visão de mundo da classe dominante é aceita como natural e universal pela população em geral. Nessa leitura, percebemos o ICJPC como uma ferramenta crucial para se alcançar essa hegemonia. Por meio da educação, os republicanos buscavam transformar a consciência coletiva, promovendo uma nova identidade cívica que se alinhava com os princípios republicanos.

Intelectuais orgânicos, como Virgílio de Oliveira, articularam e promoveram os valores republicanos dentro e fora da sala de aula, intelectuais fundamentais para a estratégia de hegemonia, pois suas atividades ajudavam a disseminar a ideologia republicana de maneira ampla e eficaz.

Outro elemento importante que refletia a estratégia de hegemonia cultural eram as práticas pedagógicas do ICJPC. A realização de exames rigorosos e a entrega solene de diplomas em cerimônias públicas reforçavam a importância e caracterizavam a educação oferecida pela instituição. Essas cerimônias não eram apenas momentos de celebração, mas também oportunidades para reafirmar os valores republicanos e promover a coesão social em torno do novo regime.

A atuação e liderança de intelectuais como Virgílio de Oliveira são evidências de que

o ICJPC funcionava como um aparelho privado de hegemonia da classe dirigente. O Instituto não era apenas um espaço de transmissão de conhecimentos, mas também um instrumento de mobilização e organização da sociedade em torno dos valores republicanos, desempenhando um papel crucial na construção da hegemonia cultural. A liderança de Virgílio de Oliveira à frente do ICJPC testemunha a importância dos intelectuais orgânicos na consolidação de novos regimes políticos.

Virgílio de Oliveira e seus colegas educadores do ICJPC atuaram como intelectuais orgânicos ao articular os valores republicanos e integrá-los no currículo e nas práticas pedagógicas, educando os alunos sobre os princípios do novo regime e mobilizando a sociedade em torno desses princípios, conseqüentemente fortalecendo a hegemonia republicana.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta tese, procuramos entender como o processo de implementação do Instituto Cívico-Jurídico Paes de Carvalho materializou os tensionamentos do contexto educacional da Primeira República em Belém do Pará, abordar essa problemática em interface com o contexto histórico de criação do ICJPC, as bases do discurso educacional republicano, os marcos legais que estruturaram a instituição e os fundamentos da educação cívico-jurídica promovida.

Como constatado, o ICJPC foi fundado em 1898, durante um período de intensas transformações políticas e sociais no Brasil, no período denominado de Primeira República, instaurada após a Proclamação da República, em 1889, momento que trouxe consigo a necessidade de consolidar um novo ideário republicano. Esse contexto foi marcado por esforços para modernizar e racionalizar a administração pública e promover a cidadania ativa, emergindo o ICJPC como uma resposta a essas necessidades, visando formar cidadãos conscientes de seus direitos e deveres republicanos.

O discurso educacional republicano no período enfatizava a necessidade de uma educação que fosse além da simples alfabetização, era essencial formar cidadãos que pudessem participar ativamente na vida política e administrativa do país. O ICJPC, ao oferecer um currículo que combinava instrução cívica e jurídica, alinhava-se perfeitamente com esses objetivos, visto que a educação oferecida pelo Instituto não apenas transmitia conhecimento jurídico, mas também inculcava valores republicanos, preparando os alunos para exercerem funções públicas com a competência e ética pretendidas pelos defensores do novo regime.

A organização administrativa do ICJPC foi estruturada para garantir o bom funcionamento e a eficácia do ensino. Com uma administração composta por um Diretor e um Vice-Diretor, além de cargos técnicos, como Secretário, Bibliotecário-Arquivista e Amanuense, o Instituto visava manter uma administração adequada e um processo de seleção dos professores, realizado por meio de concursos com vistas a assegurar a qualidade do ensino. O currículo abrangia disciplinas fundamentais para a formação cívica e jurídica, como Direito Constitucional, Instrução Moral e Cívica, e Matemáticas Elementares, refletindo a interdisciplinaridade necessária para a formação completa do cidadão republicano.

A repercussão do ICJPC na sociedade belenense se demonstrou significativa ao preparar alunos para ocuparem posições de destaque na administração pública e em outras esferas da vida social. Os diplomados do ICJPC, como documentado em várias fontes,

ocuparam posições de destaque, o que atestou o sucesso do Instituto em promover uma educação de qualidade e em formar cidadãos comprometidos com os valores republicanos.

A análise histórica nos permitiu entender o ICJPC como um produto das condições materiais e das relações de poder da época. As mudanças econômicas e sociais decorrentes do ciclo da borracha criaram as condições materiais para a fundação do Instituto, enquanto as contradições sociais influenciaram sua implementação e funcionamento. Além do mais, as categorias gramscianas de hegemonia, cultura e intelectual orgânico foram cruciais para analisar como o ICJPC ajudou a construir uma hegemonia republicana. Assim, é possível afirmar que o Instituto funcionou como espaço de produção e disseminação da cultura republicana, enquanto figuras como Virgílio de Oliveira atuaram como intelectuais orgânicos, promovendo ideais e contribuindo para a consolidação da hegemonia republicana.

O estudo do processo de implementação do Instituto Cívico-Jurídico Paes de Carvalho demonstrou a importância das instituições educacionais na consolidação de novos regimes políticos e na promoção de transformações sociais. O ICJPC não apenas refletiu os tensionamentos e as demandas do contexto educacional da Primeira República, mas também atuou como um agente ativo de mudança, promovendo formação cívica e jurídica, como elemento constitutivo para a construção de uma sociedade republicana. Em síntese, tendo como escopo fornecer uma educação que combinava instrução cívica e jurídica, o ICJPC também aspirava proporcionar aos cidadãos formação básica para participar ativamente na vida pública e administrativa do país.

Dessa forma, a partir da acepção gramsciana, inferimos que os intelectuais orgânicos, que atuaram no ICJPC, buscaram transmitir conhecimentos técnicos, além de articularem e promoverem os interesses da classe dominante republicana. Por meio dessas atividades educacionais e culturais, esses líderes buscavam moldar a consciência coletiva para consolidar a hegemonia republicana.

Portanto, a combinação de educação cívica e jurídica, da promoção ideológica e da legitimação pública, ajudou o Instituto a construir uma base de apoio para o novo regime ao longo de sua existência, de 1898 a 1911, deixando um legado para a educação e a sociedade de Belém do Pará, no que tange à formação cívica e jurídica dos cidadãos, voltada para a promoção dos valores republicanos e para o progresso da administração pública.

Além do mais, destacamos o pioneirismo do ICJPC na introdução da educação cívica e jurídica em Belém e no Brasil, estabelecendo um modelo para outras instituições educacionais. Sua metodologia inovadora combinou disciplinas acadêmicas com a formação moral e cívica, estabelecendo um precedente inovador para a educação republicana brasileira.

Esta tese contribui para a historiografia das instituições escolares no Brasil, destacando a relevância da educação cívico-jurídica na consolidação do regime republicano e na formação da identidade nacional. O legado do ICJPC continua a ser relevante para as discussões contemporâneas sobre educação e cidadania, oferecendo lições valiosas sobre o papel contínuo e vital da educação na construção de uma sociedade justa e democrática.

Uma das principais limitações desta pesquisa foi o acesso restrito e a disponibilidade de fontes. Muitos documentos relevantes, especialmente aqueles relacionados ao funcionamento interno do Instituto, não estão amplamente disponíveis ou foram perdidos ao longo do tempo. A ausência de registros completos pode ter limitado a profundidade da análise histórica e dificultado a construção de um quadro mais detalhado e preciso das atividades e do impacto do ICJPC.

A pesquisa focou especificamente no período de 1898 a 1911 e na cidade de Belém do Pará. Embora esse recorte temporal e geográfico tenha permitido uma análise detalhada do ICJPC, ele também restringiu a capacidade de contextualizar o Instituto em um panorama mais amplo das transformações educacionais e políticas no Brasil como um todo.

Futuras pesquisas poderiam expandir o escopo geográfico e temporal, realizando estudos comparativos entre o ICJPC e outras instituições educacionais. Comparar diferentes abordagens de educação cívica e jurídica poderia revelar variações e semelhanças significativas na implementação de políticas educacionais republicanas.

Explorar o impacto de longo prazo do ICJPC na sociedade belenense e brasileira é outra direção valiosa para futuras pesquisas. Isso incluiria examinar como os ideais e práticas promovidos pelo Instituto influenciaram gerações subsequentes e contribuíram para a evolução das políticas educacionais e administrativas no município de Belém.

Por fim, embora esta pesquisa tenha oferecido uma análise do Instituto Cívico-Jurídico Paes de Carvalho, as limitações identificadas apontam para várias direções promissoras para futuras investigações. Expandir o escopo geográfico e temporal, incorporar metodologias, investigar novas perspectivas e explorar o impacto de longo prazo são apenas algumas das possibilidades que poderiam enriquecer a compreensão da função do ICJPC na história da educação e da sociedade brasileira. A contínua exploração dessas áreas contribuirá para uma historiografia mais completa e complexa das instituições educacionais no Brasil.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ian Coelho de Souza; CROCE, Marcus Antônio. Abolição, encilhamento e mercado financeiro: uma análise da primeira crise financeira republicana. **Rev. Econ. do Centro-Oeste**, Goiânia, v. 2, n. 2, p. 19-36, 2016.

ANDRADE, Caio César Vioto de. A política da economia cafeeira: os conflitos entre as oligarquias republicanas no projeto do Convênio de Taubaté. **Revista Crítica Histórica**, Maceió, ano X, n. 20, p. 251-274, dez. 2019.

ARAÚJO, Bernardo Goytacazes de. A instabilidade Política na Primeira República Brasileira. **Revista Estudos Filosóficos**, São João del-Rei, n. 3, p. 129-141, 2009.

BACELLAR, Carlos. Fontes documentais. Uso e mau uso dos arquivos. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2019. p. 23-79.

BARATTA, G. Cultura. *In*: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (Org.). **Dicionário Gramsci**. São Paulo: Boitempo, 2017. p. 171-174.

BARMAN, Roderick J. **Imperador Cidadão**. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

BENCHIMOL, Samuel. **A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)**. Belém: EDUFPA, 1992.

BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. Arquitetura e Espaço Escolar: reflexões acerca do processo de implantação dos primeiros grupos escolares de Curitiba (1903 – 1928). **Educar**, Curitiba, n. 18, p. 103-141, dez. 2001.

BOTO, Carlota. Na Revolução Francesa, os princípios democráticos da escola pública, laica e gratuita: o relatório de Condorcet. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 24, n. 84, p. 735-762, set. 2003.

BRASIL. Colégio Pedro II. História do CPII. **Colégio Pedro II**, [on-line], 2024. Disponível em: [https://www.cp2.g12.br/historia\\_cp2.html](https://www.cp2.g12.br/historia_cp2.html) Acesso em: 20 mar. 2024.

BUFFA, Ester; PINTO, Gelson de Almeida. **Arquitetura e Educação: organização do espaço e propostas pedagógicas dos grupos escolares paulistas, 1893-1971**. São Carlos: Brasília: EdUFSCar/INEP, 2002.

CABRAL, Maria Aparecida. O papel dos exames finais na configuração do currículo escolar do ensino secundário paulista: um estudo do Primeiro Gymnasio da Capital na Primeira República. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 7., 2013, Cuiabá. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: SBHE, 2013. p. 1-12.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Novos domínios da história**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo. Companhia das Letras: 2004.

COELHO, Geraldo Mártires. Na Belém da belle époque da borracha (1890-1910): dirigindo os olhares. **Escritos**: revista da Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro, ano 5, n. 5, p. 141-168, 2011.

COIMBRA, Adriana Modesto. A cidade concedida: urbanização e disputas políticas em Belém do Pará na virada do século XX. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27., 2013, Natal. **Anais [...]**. São Paulo: ANPUH, 2013.

COSTA, Mayco Bruno Cruz; MENEZES NETO, Geraldo Magella de. Livros escolares e provas de “portuguez”: formação civilizadora na instrução pública do Pará (1898 1912). **Revista Latino-Americana de História**, São Leopoldo, v. 5, n. 15, p. 69-90, jul. 2016.

COUTO, Miguel. A educação popular. **Educação**, Rio de Janeiro, v. X, n. 5-6, p. 701, 1925.

DAMASCENO, Alberto. O Congresso Pedagógico do Pará: um projeto educacional na Primeira República (1895-1897). **História da Educação**, v. 25, e104836, p. 1-32, 2021.

DAMASCENO, Alberto; RESCHKE, Monika; CAMPOS, D.; PANTOJA, Suellem; SILVA, G. F.; DOURADO, Viviane; VASCONCELOS, J. M.; MIRANDA, J. I. A história da educação nos programas de pós-graduação em educação na Amazônia: o estado do conhecimento da produção no campo. **Brazilian Journal of Development**, São José dos Pinhais, v. 7, p. 55671-55691, 2021.

DAMASCENO, Alberto; VIEIRA, Carlos Eduardo. Discurso republicano e o debate sobre a formação do povo brasileiro na trajetória de Virgílio Cardoso de Oliveira. **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia, v. 22, p. 1-22, e163, 2023.

DI GIUSTO, Silvana Menegoto Nogueira; RIBEIRO, Vanda Mendes. Implementação de Políticas Públicas: conceito e principais fatores intervenientes. **Revista de Estudos Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, Ponta Grossa, v. 4, p. 1-10, 2019.

ERMEL, Marcus Levy; BENCOSTTA, Tatiane de Freitas. Escola graduada e arquitetura escolar no Paraná e Rio Grande do Sul: a pluralidade dos edifícios para a escola primária no cenário brasileiro (1903-1928). **História da Educação**, Porto Alegre, v. 23, p. 1-35, e83527, 2019.

DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. Propriedade e uso da terra na «plantation» brasileira. **Revista Geográfica**, v. 22, n. 48, p. 66–100, 1958.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; ROSA, Walquíria Miranda. A instrução elementar em Minas Gerais na primeira metade do século XIX. *In*: FARIA FILHO, Luciano Mendes de; CHAMON, Carla Simone; ROSA, Walquíria Miranda (Org.). **Educação elementar: Minas Gerais na primeira metade do século XIX**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. p. 70-89.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

FIALHO, Lia Machado Fiuza; SOUSA, Francisca Genifer Andrade de; FREIRE, Vitória Chérída Costa. Pesquisas Em História Da Educação Publicadas Por Periódicos Do Norte E Nordeste Do Brasil. **Revista Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 16, n. 40, p. 382-403, jul./set. 2020.

FRANÇA, Maria do Perpetuo Socorro Gomes de Souza Avelino de. **José Veríssimo (1857-1916) e a Educação Brasileira Republicana: raízes da Renovação Escolar Conservadora**. 2004. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas. São Paulo, 2004.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GATTI JR., Décio. A História das Instituições Educacionais: inovações paradigmáticas e temáticas. In: ARAUJO, José Carlos Souza; GATTI JR., Décio (Org.). **Novos Temas em História da Educação Brasileira: instituições escolares e educação na imprensa**. Campinas; Uberlândia: Autores Associados; EDUFU, 2002. p. 3-24.

GATTI JR., Décio. Percursos da Pesquisa em História da Educação e Formas de Compreensão das Instituições Escolares. In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (Org.). **Navegando pela História da Educação Brasileira**. Campinas: Graf. FE: HISTEDBR/UNICAMP, 2006. Disponível em: [https://www.histedbr.fe.unicamp.br/pf-histedbr/decio\\_gatti\\_junior\\_artigo.pdf](https://www.histedbr.fe.unicamp.br/pf-histedbr/decio_gatti_junior_artigo.pdf) Acesso em: 10 ago. 2019.

GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GONÇALVES, Analuz Marinho. O processo de urbanização na cidade de Belém do Pará durante a Belle Époque e seus impactos. **Oficina do Historiador**, Porto Alegre, v. 15, n. 1, p. 1-13, jan.-dez. 2022.

GRAMSCI, Antonio. **Intelectuais e a organização da cultura**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1989.

HOBBSAWM, Eric. **Sobre história: ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

IANNI, Octavio. **Estado e capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

JANOTTI, Maria de Lourdes. O livro *Fontes Históricas* como fonte. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2019. p. 9-22.

KANT, Immanuel. **Textos seletos**. Petrópolis: Vozes, 2005.

KARNAL, Leandro; TATSCH, Flávia Galli. Documento e história: A memória evanescente. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **O Historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2020. p. 9-27.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora UNICAMP, 2013.

LESSA, Renato. **A invenção republicana**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

LIRA NETO, João. **O Inimigo do Rei: Uma Biografia de José Bonifácio de Andrada e Silva**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

LOMBARDI, José Claudinei *et al.* **História da Administração Escolar no Brasil**. Campinas: Editora Alínea, 2012.

LOVE, Joseph. Autonomia e Interdependência: São Paulo e a Federação Brasileira: 1889-1937. *In:* FAUSTO, Boris. (Org.). **História geral da civilização brasileira v. 8: o Brasil republicano; estrutura de poder e economia (1889-1930)**. v. 8. São Paulo: Difel, 1975. p. 58-83.

MAGALHÃES, Justino. Um apontamento metodológico sobre a história das instituições educativas. *In:* SOUSA, Cynthia Pereira de; CATANI, Denice Bárbara (Org.). **Práticas Educativas, Culturas Escolares, Profissão Docente**. São Paulo: Escrituras Editora, 1998. p. 51-69.

MAGALHÃES, Justino. **Contributo para a História das Instituições Educativas: entre a memória e o arquivo**. Braga: Universidade do Minho, 1996.

MAGALHÃES, Justino. Breve apontamento para a História das Instituições Educativas. *In:* SANFELICE, José Luis; SAVIANI, Dermeval; LOMBARDI, José Claudinei (Org.). **História da Educação: perspectivas para um intercâmbio internacional**. Campinas: Autores Associados, 1999a. p. 67-72.

MAGALHÃES, Justino. **Contributo para a História das Instituições Educativas: entre a memória e o arquivo**. Braga: Universidade do Minho, 1999b.

MAGALHÃES, Justino. **Tecendo nexos: história das instituições educativas**. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004.

MAINARDES, Jefferson. A abordagem do ciclo de políticas e suas contribuições para a análise da trajetória de políticas educacionais. **Atos de pesquisa em educação**, Blumenau, v. 1, n. 2, p. 94-105, 2006.

MEDEIROS NETA, Olivia Moraes de; DANTAS, Lidemberg Régis Santos. O ofício do historiador na Era Digital: entre os desafios e as potencialidades produzidas pelas tecnologias digitais. **Rev. Pemo**, Fortaleza, v. 3, n. 3, e335597, 2021.

MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck. Do levantamento de fontes à construção da historiografia: uma tentativa de sistematização. *In:* Lombardi, José Claudinei; Nascimento, Maria Isabel Moura (Org.). **Fontes, História e Historiografia da Educação**. Campinas: Autores Associados, 2004. p. 111-140.

MOURA, Daniella de Almeida. **A república paraense em festa (1890-1911)**. 2008. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República**. São Paulo: Editora Edusp, 2009.

NASCIMENTO, Maria Isabel Moura; SANDANO, Wilson; LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval (Org.). **Instituições Escolares no Brasil: conceito e reconstrução**

histórica. Campinas: Autores Associados: HISTEDBR; Sorocaba: UNISO; Ponta Grossa: UEPG, 2007. p. 1-28.

NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. **Instituições escolares:** por que e como pesquisar. Campinas: Editora Alínea, 2013.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SEÇÃO PARÁ. Origem do Casarão. **OAB-PA**, [on-line], 2023. Disponível em: <https://www.oabpa.org.br/index.php/noticias/origem-do-casarao> Acesso em: 20 mar. 2024.

PAIVA, Vanilda. **Educação popular e educação de adultos:** contribuição à história da educação brasileira. São Paulo: Edições Loyola, 1973.

PAIVA, Vanilda Pereira. Perspectivas da Educação brasileira. **Em Aberto**, Brasília, n. 25, p. 53-60, 1985.

PAIVA, Vanilda Pereira. Um Século de Educação Republicana. **Revista Pro-Posições**, Campinas, n. 2, p. 7-18, jul. 1990.

PANTOJA, Suellem Martins. **A organização do Ensino Primário municipal no Governo de Antônio Lemos 1898-1908.** 2021. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2021.

PERRY, Marvin. **Civilização ocidental:** uma história concisa. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

RIBEIRO, Marinalva Lopes. História das políticas educacionais: a questão das fontes. *In:* LOMBARDI, José Claudinei; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (Org.). **Fontes, história e historiografia da educação.** Campinas: Autores Associados, 2004. p. 87-96.

RICCI, Paolo; ZULINI, Jaqueline Porto. A política dos governadores na contramão do regionalismo político: revisitando o pacto Campos Sales. *In:* SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27., 2013, Natal. Anais [...]. São Paulo: ANPUH, 2013.

RODRIGUEZ, Margarita Victoria. Pesquisa histórica: o trabalho com fontes documentais. *In:* COSTA, Célio Juvenal; MELO, Joaquim José Pereira; FABIANO, Luiz Hermenegildo (Org.). **Fontes e Métodos em História da Educação.** Dourados: Ed. UFGD, 2010. p. 35-48.

ROCQUE, Carlos. **Antônio Lemos e sua época:** história política do Pará. Belém: Cejup, 1996.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil (1930-1973).** 15. ed. Petrópolis: Vozes. 1993.

SAES, Guillaume Azevedo Marques de. **A república e a espada:** a primeira década republicana e o florianoismo. 2005. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

SANFELICE, José Luís. História das instituições escolares. *In:* NASCIMENTO, Maria Isabel Moura; SANDANO, Wilson; LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval (Org.). **Instituições Escolares no Brasil:** conceito e reconstrução histórica. Campinas: Autores Associados, 2007. p. 3-27.

SARGES, Maria de Nazaré dos Santos. **Memórias do “velho” intendente: Antônio Lemos – 1869-1973**. 1998. Tese (Doutorado em História Social do Trabalho) – Universidade Estadual de Campinas. São Paulo, 1998.

SARGES, Maria de Nazaré. **Belém: riquezas produzindo a belle-époque**. Belém: Paka-Tatu, 2000.

SARGES, Maria de Nazaré . Antonio Lemos: a construção do mito. **Revista Pará Zero-Zero - PZZ**, Belém, p. 48-59, 16 abr. 2014.

SAVIANI, Dermeval. Breves considerações sobre fontes para a história da educação. *In: LOMBARDI, José Claudinei; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (Org.). Fontes, história e historiografia da educação*. Campinas: Autores Associados, 2004. p. 3-12.

SAVIANI, Dermeval. Instituições escolares: conceito, história, historiografia e práticas. **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia, n. 4, p. 27-33, jan./dez. 2008a.

SAVIANI, Dermeval. Política educacional brasileira: limites e perspectivas. **Revista de Educação**, Campinas, n. 24, p. 7-16, jun. 2008b.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 4 ed. Campinas: Autores Associados, 2013.

SAVIANI, Dermeval *et al.* **O legado educacional do século XIX no Brasil**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2014.

SAVIANI, Dermeval *et al.* **A pedagogia no Brasil: história e teoria**. Campinas: Autores Associados, 2008.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de; MAGALDI, Ana Maria Bandeira Mello de. Educação escolar na Primeira República: memória, história e perspectivas de pesquisa. **Tempo**, Niterói, v. 13, n. 26, p. 32-55, 2009.

SEGABINAZI, Daniela Maria; SILVA, Ana Paula Serafim Marques da; OLIVEIRA, Valnikson Viana de. Os livros de leitura e as ilustrações no Brasil do entresséculos. **Em Aberto**, Brasília, v. 32, n. 105, p. 145-164, maio/ago. 2019.

SHELBAUER, Anaete Regina. Os congressos agrícolas de 1878 e o debate sobre a educação do povo no Brasil. *In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL*, 3., 1999, Curitiba. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: ANPED, 1999.

SCOTTA, Larissa. **Da Enciclopédia enquanto em círculo que se fecha à Wikipédia enquanto uma rede que se abre: Um gesto interpretativo**. 2008. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2008.

SETEMY, Adrianna. Paes de Carvalho. *In: ALVES DE ABREU, Alzira. Dicionário histórico-biográfico da Primeira República (1889–1930)*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

SEVCENKO, Nicolau. **A Revolta da Vacina: mentes insanas em corpos rebeldes**. São Paulo: Scipione, 2003.

SILVA, Geraldo Bastos. **A educação secundária: perspectiva histórica e teoria.** São Paulo: Cia Editora Nacional, 1969.

SILVA, João Carlos da. Miguel Lemos. *In:* LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (Org.). **Navegando pela História da Educação Brasileira.** Campinas: Graf. FE: HISTEDBR/UNICAMP, 2006. Disponível em: <https://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/miguel-lemos> Acesso em: 10 ago. 2019.

SILVA FILHO, Tomaz Martins da. Crítica e perspectiva filosófica do Sapere Aude Kantiano no Instituto Federal do Pará: o retrocesso do novo ensino médio. **Revista Digital de Ensino de Filosofia**, Santa Maria, v. 4, n. 2, p. 11-22, 2018.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templo da Civilização: A Implantação da Escola Primária Graduada no Estado de São Paulo: 1890-1910.** São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

STAMATTO, Maria Inês Sucupira. A legislação como fonte para a História da Educação. *In:* Souza, Elizeu Clementino de; Vasconcelos, José Geraldo; Castro, César Augusto (Org.). **História da Educação: memória, arquivos e cultura escolar.** Rio de Janeiro; Salvador: Quartart; UNEB, 2012. p. 277-292.

TAVARES, Célia Cristina da Silva. História e Informática. *In:* CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Novos domínios da história.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p. 301-317.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade. **Revista AATR**, Salvador, p. 1-11, 2002.

TERRA, Paulo Cruz. **Cidadania e trabalhadores: cocheiros e carroceiros no Rio de Janeiro (1870-1906).** 2012. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

TODOROV, Tzvetan. **O espírito das luzes.** São Paulo: Barcarolla, 2008.

TOLEDO, Cesar de Alencar Arnautde; GIMENEZ, José Carlos. Educação e pesquisa: Fontes e documentos. *In:* CASIMIRO, Ana Palmira Bittencourt Santos; LOMBARDI, José Claudinei; MAGALHÃES, Lívia Diana Rocha (Org.). **A pesquisa e a preservação de fontes para a educação, cultura e memória.** Campinas: Alínea, 2009. p. 109-125.

TOLEDO, Cezár de Alencar Arnaut de; ANDRADE, Rodrigo Pinto de. História da educação, instituições escolares, fontes e pesquisa em arquivos na região oeste do Paraná. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 15, n. 28, p. 175-199, jan./jun. 2014.

VIDAL, Diana Gonçalves; FARIA FILHO, Luciano Mendes. **As lentes da história: estudos de história e historiografia da educação no Brasil.** Campinas: Autores Associados, 2005.

VIEIRA, Carlos Eduardo. Cultura e formação humana no pensamento de Antonio Gramsci. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 51-66, jan./jun. 1999.

VIEIRA, Carlos Eduardo. **Erasmus Pilotto**: identidade, engajamento político e crenças dos intelectuais vinculados ao campo educacional no Brasil. *In*: LEITE, Juçara Luiza; ALVES, Claudia (Org.). **Intelectuais e História da Educação no Brasil**: Poder, Cultura e Políticas. Vitória: EDUFES, 2011. p. 25-54.

VIEIRA, Cleber Santos. Civismo, República e manuais escolares. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 32, n. 63, p. 325-340, 2012.

WEINSTEIN, Barbara. **A borracha na Amazônia**: expansão e decadência (1820-1920). São Paulo: HUCITEC: Editora da Universidade de São Paulo, 1993.

### Fontes

BELÉM. **Ata do Conselho Municipal**. Belém: [s. n.], 1898.

BELÉM. **Ata do Conselho Municipal**. Belém: [s. n.], 1899.

BELÉM. **Lei Municipal nº 201, de 15 de setembro de 1898**. Cria o Instituto Cívico-Jurídico Paes de Carvalho. Belém: Intendência Municipal, 1898.

BELÉM. **Lei Municipal nº 183 de 15 de Março de 1899**. Aprova o Regulamento das Escolas municipais de Belém. Belém: Intendência Municipal, 1899.

BELÉM. **O município de Belém - 1902**: relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém na sessão de 15 de novembro de 1902 pelo senador Antônio José de Lemos. Belém: Typografia de Alfredo Augusto Silva, 1902a.

BELÉM. Intendência Municipal. **Album de Belém do Pará**. Paris: Philippe Renoverd, 1902b.

BELÉM. **O município de Belém - 1903**: relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém na sessão de 15 de novembro de 1904 pelo senador Antônio José de Lemos. Belém: Typografia de Alfredo Augusto Silva, 1903a.

BELÉM. **Lei Municipal nº 359 de 09 de junho de 1903**. Aprova o Regulamento da Instrução Pública Municipal. Belém: Intendência Municipal, 1903b.

BELÉM. **O município de Belém - 1904**: relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém na sessão de 15 de novembro de 1905 pelo senador Antônio José de Lemos. Belém: Archivo da intendência municipal, 1904.

BELÉM. **O município de Belém - 1905**: relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém em 1906 pelo senador Antônio José de Lemos. Belém: Archivo da intendência municipal, 1905.

BELÉM. **O município de Belém - 1906**: relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém em 1907 pelo senador Antônio José de Lemos. Belém: Archivo da intendência municipal, 1906.

BELÉM. **O município de Belém - 1907**: relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém em 1908 pelo senador Antônio José de Lemos. Belém: Archivo da intendência municipal, 1907.

BELÉM. **O município de Belém - 1908**: relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém em 1909 pelo senador Antônio José de Lemos. Belém: Archivo da intendência municipal, 1908.

BELÉM. **O município de Belém - 1910**: Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém na 1ª Sessão da 3ª Reunião Ordinária da 8ª Legislatura em 1 de junho de 1910 pelo Intendente Senador Antônio José de Lemos. Belém: Archivo da intendência municipal, 1910.

BLAKE, Augusto. **Diccionario Bibliographico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893.

O MALHO. **O Malho**, Rio de Janeiro, 1906.

O MALHO. Os inimigos do fogo. **O Malho**, Rio de Janeiro, ano IX, n. 424, p. 55, 29 out. 1910.

O PARÁ. Instituto civico-juridico Paes de Carvalho. Programa da cadeira de Direito Institucional. **O Pará**, Belém, p. 3, 1898.

OLIVEIRA, Virgilio Cardoso de. **O Instituto Civico-Juridico**: artigos publicados na Província do Pará. Belém: Typ. e Encad. de Pinto Barbosa & C<sup>a</sup>. Pará, 1898.

OLIVEIRA, Virgilio Cardoso de. **A Patria brasileira**: leitura escolar illustrada com 260 gravuras. Bruxelas: Constant Gouweloos & Cia, 1903.

PARÁ. Secretaria de Estado de Cultura. **Belém da saudade**: a memória de Belém do início do século em cartões-postais. 2. ed. Belém: Secult, 1998.